

**ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2011**

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, pelas nove horas e quarenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 4ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Cristina Margarida Alves de Sousa.

**A - PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:*

**Grupo Municipal do Partido Socialista**

Anabela Mancebo Gomes, António Gabriel Fraga Martins Maio, António Toledo Alves, Cristina Margarida Alves de Sousa, Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros, Hélio Manuel Melo Vieira, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Manuel Teixeira Salvador, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Guilherme de Ávila Brasil, Luís Leonel Teixeira Salvador, Manuel Gabriel Dias Lopes, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, Maria Raquel Loureiro Machado Melo, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Salvador da Rocha Lopes, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

**Deputados municipais independentes**

José Cipriano de Sousa Martins.

**Grupo Municipal do Partido Social democrata**

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Basílio Narciso de Sousa, Carla Eduarda Borges Terra, Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, Jorge Henrique da Costa Belerique, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Manuel Conde Bettencourt, Mónica Reis Simões Seidi, Rita Olaio de Mendonça Andrade, Rómulo de Ficher Correia.

**Do CDS-PP**

José Alberto Moniz Borges, Maria Eduarda Ferreira Borba, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

**Da Câmara Municipal**

Alonso Teixeira Miguel, Andreia Martins Cardoso da Costa, Francisco Cota Rodrigues, Raquel Margarida Pinheiro da Silva.

*Posta à votação, sem que se registassem quaisquer intervenções, a ata da 3ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo foi aprovada com 25 votos a favor e 5 abstenções.*

**O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente:**

**– Musealização da Central Hidroelétrica do jardim Duque da Terceira:**

*«Junto se envia fotocópia de uma recomendação aprovada em Assembleia Municipal realizada a 29 de abril último, solicitando a avaliação por parte da EDA, da disponibilidade para a proposta da recomendação em causa.»*

**Sr. presidente da Mesa:** – Tenho aqui a cópia enviada pela Câmara Municipal, ao Conselho de Administração da EDA.

**– Recomendação da interdição de paragem e estacionamento no troço entre a curva da Twin's e a rotunda da Silveira:**

*«Venho informar pela presente, que a vossa comunicação acima indicada foi objeto de Parecer da Comissão Municipal de Trânsito e submetida à deliberação camarária a 4 de julho de 2011, tendo sido aprovada por unanimidade, a proibição de paragem e estacionamento no local, autorizando o estacionamento por um período entre 15 a 20 minutos na bolsa de estacionamento imediatamente à frente, bem como a reserva de um local para cargas e descargas.»*

**– Semáforos do Caminho de Baixo de S. Pedro, rua da Quinta das Almas:**

*«Encarrega-me a Sra. presidente da Câmara Municipal de enviar a V. Exa., a cópia do ofício 686 de 19 de julho de 2011 da delegação da ilha Terceira da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, respeitante ao funcionamento dos semáforos do Caminho de Baixo de S. Pedro, rua da Quinta das Almas.»*

**Sr. presidente da Mesa:** – Também está à disposição dos senhores deputados que o queiram consultar.

**– Arquivamento do processo administrativo:**

*«Encarrega-me a senhora presidente da Câmara de enviar a V. Exa., para conhecimento, fotocópia do teor do despacho de arquivamento proferido no processo administrativo instaurado na sequência de uma exposição feita ao Ministério Público, por 2 vereadores da Câmara Municipal.»*

**Sr. presidente da Mesa:** – Não vou ler o Parecer todo. Fica à disposição dos senhores deputados, apenas o seguinte:

*«Os senhores vereadores da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, António Lima Cardos Ventura e Fernando Francisco Paiva Dias transmitiram ao Ministério Público, factos que entendem suscetíveis de violar o impedimento estabelecido quanto ao fornecimento de bens e serviços no exercício de atividade comercial por parte de João de Freitas Cardoso, enquanto empresário em nome individual e pai da presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, o que, a verificar-se, é sancionado com a perda de mandato.»*

**Sr. presidente da Mesa:** – Citação do disposto da alínea a) do nº 3 do artigo 10º da lei 64/93 de 26 de agosto.

*«A Inspeção Administrativa Regional procedeu, sob solicitação do Ministério Público, a averiguações, tendo elaborado relatório e efetuado recolha de documentação arquivada no sistema de gestão documental do município de Angra do Heroísmo relativa aos procedimentos com os números de registo: 940 – Procedimento por ajuste direto para o*

*aluguer de máquina para 2010/2011, 942 – Procedimento por ajuste direto para o aluguer de carrinhas e camiões para 2010/2011 e 947 – Procedimento de ajuste direto para a aquisição de inertes para 2010/2011 e bem assim de outras informações consideradas relevantes.*

*Esses elementos constam de 5 volumes apensos a este processo administrativo.*

*Encontra junto aos autos, Parecer solicitado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.»*

**Sr. presidente da Mesa:** – Estes são os factos que deram origem a este processo. Se me permitem, leria apenas parte da conclusão do Ministério Público:

*«Um impedimento de tal forma amplo, levaria a que um empresário em nome individual que exercesse exclusivamente a sua atividade no município do Corvo, ficasse impedido de aí obter qualquer contrato público se, por hipótese, um seu filho fosse eleito presidente da Câmara Municipal de Vinhais ou levaria um possível aspirante à presidência de uma câmara, a confrontar-se com o dilema de a ela se candidatar ou não, sabendo que, do primeiro caso, poderia impedir o seu pai, empresário em nome individual, de voltar a contratar com essa ou outra qualquer autarquia possível, principal origem dos seus contratos habituais.*

*Afigura-se, em face desses elementos interpretativos, que não há que fazer interpretação extensiva da norma, ou seja, que a letra do preceito não consente a interpretação de que o impedimento previsto no artigo 8º nº 2 alínea b), incide sobre o empresário em nome individual.*

*Em face do exposto, porque os elementos colhidos não revelam a existência de condições de «procedibilidade» que permitissem ao Ministério Público interpretar qualquer das ações acima referidas, determino arquivamento do processo administrativo.»*

**Sr. presidente da Mesa:** – Fica para consulta dos senhores deputados municipais que o queriam fazer.

## **B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

*Não se registaram intervenções por parte do público.*

## **C - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. d. m. João Tavares:** – Exma. Mesa, Exma. Câmara, Bom dia a todos.

Como fui eleito para representar esta Assembleia no Conselho Municipal de Municípios, farei um resumo muito breve do que lá foi tratado.

Foram tratados vários assuntos, um deles sobre o pagamento do IRS aos municípios, ficando o compromisso de que seria feito. Também se falou sobre o papel dos mesmos e a sua futura extinção no atual quadro político.

Foi salientado que o investimento feito pelos municípios, (quer pelas câmaras, quer pelas juntas de freguesia), varia entre 25 a 50% do investimento a nível do país e que, a nível de efeitos de receitas e orçamento, equivale praticamente a 10% do orçamento, não servindo como razões para a redução de despesas na máquina do Estado com a extinção de freguesias.

As freguesias e os municípios têm um papel fundamental na dinamização e empregabilidade no contexto nacional.

Houve muitas intervenções de vários presidentes de Câmara sobre a situação de cada município.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Bom dia Sra. presidente, Srs. vereadores, caros colegas.

Já passaram alguns meses desde abril, altura em que o assunto que vou mencionar foi abordado pela última vez. A época desportiva já começou e continuamos sem saber para quando a implementação dos Desfibriladores Automáticos Externos.

Gostaria de saber o motivo, uma vez que é um dado assente que a câmara já tem o material, cuja utilização é muito importante para a prevenção e para salvar vidas.

**Sr. d. m. Jorge Belerique:** – Sr. presidente, Sras. e Srs. deputados municipais, Exma. Câmara, a todos, bom dia.

Este ano o sol marcou presença assídua, o que fez com que as zonas balneares fossem extremamente procuradas. Penso que estas zonas, ao contrário de outros municípios, continuam a ser um dos parentes pobres desta Câmara, não só porque não se investe, mas porque se desinveste, não cuidando.

É fundamental cuidar bem e zelar pelo que já existe, o que não se tem verificado aqui no concelho. Enquanto o investimento é uma opção, o zelo é uma obrigação. Ao longo desta época, nas várias zonas balneares do concelho, verificaram-se situações de alguma falta de cuidado e zelo.

Este ano houve problemas com a falta de limpeza e não sei porquê. Talvez a senhora presidente nos possa dar algumas achegas em relação a isto.

É um facto que, em determinados períodos, houve falta de limpeza. Algumas rampas de acesso ao mar estiveram com limos durante períodos prolongados que condicionavam o acesso à água e existem escadas mal concebidas que dificultam a saída da água por parte de alguns utentes.

Alguns daqueles duches ao ar livre avariaram a meio da época banhar e pura e simplesmente, não foram reparados.

Uma daquelas plataformas que se colocam nas zonas balneares esteve em cima do cais até meados de agosto e só nessa altura é que foi colocada na água. À partida, são situações inadmissíveis.

Tudo isto, para além dos problemas eternos de falta de ordenamento em algumas dessas zonas, como a falta de estacionamento, o que não potencia as características e as condições físicas existentes, que são fantásticas, e poderiam criar harmonia nessas zonas.

Infelizmente, isso não existe. O que relatei são factos. Pergunto à senhora presidente da Câmara: o que é que nós, munícipes angrenses, fizemos para merecermos apenas isto?

**Sr. d. m. Luís rendeiro:** – Sr. presidente, Srs. membros da Mesa, Exma. Câmara Municipal, Srs. deputados.

Queria complementar a achega que o senhor deputado Jorge Belerique aqui trouxe sobre as zonas balneares, com mais um caso, o da zona banhar da Salga, contemplada com bandeira azul e que, em consequência de um período de mau tempo, viu toda aquela pedra rolada a ser colocada em cima da zona de solário por ação do mar.

Isto passou-se no princípio de setembro, julgo que a época balnear acabou a 20 e poucos desse mês e as ditas pedras não foram removidas. Há muita gente ainda em férias em setembro e aquela é uma das zonas mais utilizadas do concelho. Julgo que, com uma pequena máquina, um BOBCAT e 2 ou 3 pessoas, se poderia ter resolvido o problema num curto espaço de tempo.

Estas questões que levantámos não necessitam de grande investimento financeiro, mas sim de algum cuidado e atenção. Suponho que agora terão que ser feitas algumas intervenções de maior monta em consequência do mau tempo.

Pergunto se há informações que nos possam ser dadas acerca de estragos acontecidos na orla costeira, fruto do mau tempo dos últimos dias.

Queria saber também se a senhora presidente nos pode informar quando começa a requalificação das calçadas do concelho e qual o ponto da situação do concurso para a sua requalificação.

Acho que, devido ao mau tempo, houve mais estragos na muralha. Gostaria que nos explicasse que obras estão a decorrer no caminho entre o restaurante Beira-Mar e o Clube Náutico.

Sei que foram feitas umas perfurações para análises ao solo na zona da estrada que contorna a zona balnear da Salga. Gostaria que nos informasse o que está previsto fazer-se ali em termos de obras.

Outra questão. Tendo em conta os desenvolvimentos relativos a eventuais reestruturações de fundo que a RTP - Açores possa sofrer, gostaríamos de saber em que pé fica a atribuição do imóvel da antiga escola de S. Carlos àquela empresa, objeto de votação favorável por parte da nossa Assembleia, como forma de auxiliar aquele canal de televisão regional.

Mais uma questão de pormenor: para quando a conclusão da cobertura das pérgolas do Relvão?

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Bom dia Sr. presidente da Mesa, elenco camarário, Srs. deputados.

Gostaria de perguntar à senhora presidente da Câmara para quando se prevê a chegada dos candeeiros para a rua da Sé, para substituição dos que se encontram em falta. Já se partiu, pelo menos, mais um.

Pergunto também qual o critério para a retirada dos mastros da rua da Sé. Começaram a ser colocados em maio e a iluminação só agora foi colocada. A não ser que seja para disfarçar os candeeiros.

Gostaria de saber para quando está prevista a pintura do campo de jogos que deveria ter sido feita no verão. A época futebolística já começou e não é bonito ver o estado em que se encontra aquele muro.

Pergunto também para quando se prevê a ação de formação dos desfibrilhadores porque, para além do BASQUETE, este ano teremos também o FUTSAL com o campeonato regional, a série Açores e, certamente, haverá mais jogos no pavilhão. Também não sei se já foi colocada a maca que referi na anterior reunião da Assembleia Municipal.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Muito bom dia Sr. presidente da Assembleia, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente e Srs. membros da Câmara.

Apenas duas pequenas questões. Uma prende-se com as obras de repavimentação da zona do Pico da Urze, no acesso à Terra Chã. Já uma vez levantámos a questão de que algum do piso apresentava ligeiras ondulações pouco tempo depois da conclusão da obra.

Gostaríamos de saber se foi feita alguma diligência junto do empreiteiro para que este procedesse à reparação antes de se aceitar uma obra que, daqui a 2 ou 3 anos, poderá trazer problemas e encargos graves à Câmara. Queremos salvaguardar que isso não aconteça. Deixamos aqui este lembrete e um pedido para que a Câmara intervenha nesse sentido e não aceite um pavimento que não esteja em condições.

Há uma segunda questão, que talvez possa ser respondida pelo senhor presidente da junta de freguesia da Serreta, que se trata de saber se já está feito o tal parque de campismo que estava previsto para a mata da Serreta e que motivou a votação contra do PS e do PSD a uma proposta do CDS-PP apresentada em Sede de Assembleia Municipal em junho do ano passado.

Gostaríamos de saber se esse parque já está construído e se a Câmara ou a junta de freguesia têm alguma informação ou previsão em relação a esse assunto.

**Sra. presidente da Câmara:** – Sr. presidente da Assembleia, Srs. deputados municipais.

Em relação à primeira questão colocada pelos senhores deputados Mónica Seidi e José Borges, como sabem, a colocação dos desfibrilhadores depende unicamente da formação que será ministrada por médicos do hospital de Angra. Aguardamos que seja marcada essa mesma formação.

Temos insistentemente solicitado essa informação mas acho que está dependente de outras situações a nível regional. Já os podíamos ter lá colocado mas, por cautela, não o fizemos porque poderiam ser utilizados indevidamente o que não oferece qualquer segurança.

Quanto às questões colocadas pelo senhor deputado Jorge Belerique sobre as zonas balneares, vou dispensar-me de fazer qualquer comentário às considerações e juízos de valor, atendendo aos supostos factos que o senhor levanta.

Quando refere as plataformas, refere-se a «uma plataforma» e não «às plataformas». Trata-se de uma única plataforma que, no início da época balnear, foi colocada como todas as outras e teve que ser removida porque as poitas que a mantêm num determinado local, rebentaram devido ao mau tempo naquela zona.

Por razões de segurança, a plataforma foi retirada para o cais, como o senhor muito bem sabe, e voltou a ser colocada... Não! Não esteve todo esse período porque foi colocada em junho no início da época balnear, foi retirada e recolocada. Houve um período em que esteve fora de água mas foi recolocada.

Não são «plataformas»! Está a querer dar uma dimensão que não existe. Ninguém ficou impedido de utilizar a zona balnear do Negrito, pelo facto daquela plataforma não se encontrar no mar. Estamos a falar de um acessório que tanto pode lá estar como não estar.

O acesso ao mar faz-se de forma idêntica. Normalmente, as crianças e os adultos nadam até à referida plataforma e regressam, como fizeram na Prainha durante todo o verão.

Quanto à limpeza, a mesma decorre de um procedimento que a CULTURANGRA realiza anualmente. Este ano, pela primeira vez, houve uma empresa que, pelos preços que apresentou, ganhou esse mesmo concurso e ficou responsável pela limpeza de todas as zonas balneares do concelho, à exceção da Prainha, cuja limpeza é garantida pelos colaboradores da CULTURANGRA.

No início da época balnear, provavelmente por inexperiência da empresa que ficou responsável por esse serviço, tivemos problemas na zona balnear do Negrito, enquanto todas as outras mantiveram os níveis de limpeza desejáveis. Foi garantida a limpeza, não só dos solários como das casas de banho de apoio.

Ao contrário das outras zonas balneares que têm limpeza garantida 2 vezes por dia, a Silveira é limpa 3 vezes, atendendo ao número de pessoas que utilizam aquele espaço e à má utilização do mesmo.

Quando as pessoas não utilizam os recipientes apropriados para depósito de lixo, preferindo deitá-lo no chão, é natural que se exija mais de quem tem a responsabilidade pela manutenção e limpeza do espaço.

Para além disso, no final da época balnear, penso que houve uma situação de deposição indevida de resíduos que teve mais a ver com piqueniques numa zona próxima da zona balnear da Salga, em que o lixo foi depositado à volta e não dentro do caixote do lixo, apesar de existirem 21 recipientes naquela zona.

Como esses 21 recipientes não foram suficientes, foi reforçado o espaço para deposição de lixo naquela zona balnear.

Investimento nas zonas balneares: todos os anos, as zonas balneares carecem de investimento e manutenção. Penso que no ano passado foram investidos mais de 200 000€ na sua manutenção. Para além disso, como sabem, só a despesa associada aos nadadores-salvadores, mesmo nas zonas que não têm bandeira azul, tem um custo bastante elevado para a autarquia. Não nos podemos esquecer dos contratos de limpeza e manutenção, da reposição anual das escadarias de acesso, das guardas dos solários, etc.

Todos os anos são feitos investimentos bastante avultados pela CULTURANGRA e pela Câmara Municipal que vai complementando o trabalho efetuado por aquela empresa e antes do início de cada época balnear, é feita uma fiscalização a todas as zonas balneares.

A época balnear não terminou a 20, mas sim, a 15 de setembro. Finda a época, é feita uma avaliação, cujo relatório já foi remetido pela CULTURANGRA à Câmara Municipal, dando conta das necessidades de reparação e investimentos mais prementes. Por exemplo, é necessário proceder-se à repavimentação e ao ordenamento do parque de estacionamento das Cinco Ribeiras, com a respectiva pintura.

As necessidades de manutenção mais prementes das zonas balneares são avaliadas detalhadamente, para além de tudo o que é conservação corrente.

Como sabem, consta do Plano de Investimentos da autarquia e já nos foi apresentado o projeto base do primeiro investimento de maior dimensão que pretendemos desenvolver na zona balnear da Salga. Daí, decorre o estudo geológico e geotécnico a que o Sr. deputado Luís Rendeiro fez referência. Foram feitas perfurações no local para avaliar a consistência do solo e a sua permeabilidade para que as edificações que ali sejam levantadas o sejam nas melhores condições de segurança.

Como decorre da própria lei, qualquer empreitada é obrigada a um estudo geológico e geotécnico e foi o que aconteceu naquele espaço. Fica já respondida a questão do senhor deputado Luís Rendeiro.

Quanto ao calhau rolado no solário. De facto, toda a gente viu as condições do mar nos últimos dias. É natural que, ao galgar, ele traga muito calhau rolado e também muito lixo. Daqui em diante, como acontece com muita regularidade, é feita a limpeza dos solários, eliminando calhaus e lixo.

Em resposta à questão da estrada Gaspar Côrte-real, entre o Beira-mar e o Clube Náutico, foi solicitado à Câmara Municipal e autorizado por todos os vereadores o condicionamento do trânsito naquela zona devido a uma empreitada que está a decorrer a cargo da APTG, com vista à manutenção das muralhas daquele espaço. Na quarta ou quinta-feira da semana passada, o mar abriu uma cratera com 4 metros de diâmetro naquela estrada o que levou à necessidade de condicionamento do trânsito.

Quanto à cedência do imóvel à RTP Açores, que eu saiba, está cedido porque a empresa continua a existir, a não ser que o senhor deputado tenha alguma informação de que eu não disponha. Enquanto a RTP Açores existir, manter-se-á a cedência do referido imóvel.

O que desejo é que o Governo da República se mostre sensível ao estudo efetuado recentemente pelo Governo Regional, que prova que, afinal, a RTP Açores é excedentária, se forem afetadas as receitas que advêm deste serviço. Pelos vistos, a RTP Açores é também um exemplo de contenção e redução de custos a nível nacional, tendo vindo a reduzir anualmente 1 000 000€, nos últimos 3 anos.

O que é desejável é que o Governo da República, designadamente o ministro Miguel Relvas, (que, pelos vistos, é uma pessoa muito conhecedora da realidade açoriana), recue nos seus maus propósitos no que à RTP Açores diz respeito. É o que desejo.

A continuidade dos trabalhos no Relvão, designadamente a cobertura das pérgolas, está neste momento em fase de orçamentação, com vista à inclusão no orçamento do próximo ano.

Quanto à pintura do campo municipal, como se pode ver, já começaram as reparações e foi substituído o portão de acesso ao campo. Vai também dar-se início às pinturas; estamos apenas à espera que esta “Frente” passe para que os trabalhadores da Câmara orientem os trabalhadores da CULTURANGRA no sentido de procederem à pintura do muro de vedação.

No que toca à pavimentação do troço Pico da Urze/Terra Chã, a última vez que me foi colocada esta questão, referi que as situações por nós detetadas, designadamente alguns problemas na colocação das caixas subterrâneas, já foram sinalizadas ao empreiteiro e reparadas, assim como outras que tinham a ver com o escoamento de águas pluviais.

Ao nível da pavimentação propriamente dita, desconhecemos qualquer problema. Por isso gostaria que o senhor deputado nos indicasse a localização aproximada, porque ainda não rececionámos a empreitada e vamos a tempo de ver essa situação.

**Sr. d. m. João Santos:** – Gostaria de deixar uma pequena nota na sequência de algumas intervenções, no que diz respeito às zonas balneares da Salga e do Porto Judeu.

Não sei como será interpretado o que vou dizer, mas é o que sinto. Se é certo que são verdade, algumas coisas que foram aqui ditas relativamente à conservação dos equipamentos em zonas balneares, também não é menos certo o que eu verifiquei na zona balnear de Porto Judeu.

Assisti aos dois momentos. Uns funcionários repararam o duche de água doce e no dia seguinte estavam uns indivíduos a parti-lo. Sinceramente não sei como vai ser interpretado, mas se as pessoas não merecem os equipamentos que lhes são disponibilizados, não os devem ter. Se fosse eu, teria retirado o duche naquele dia e já não o voltaria a colocar ali, porque soube depois pelo nadador-salvador que era a quinta vez que o duche era reparado.

Sinceramente! As pessoas também têm que se comportar de outra forma, relativamente aos equipamentos que lhes são disponibilizados. É preciso que também nós comecemos a dizer às pessoas que as instituições estão aqui para lhes criarem condições de vida, neste caso, de lazer; ou as respeitam ou deixam de ter direito a elas.



Neste verão frequentei por bastantes vezes aquela zona balnear da Salga e confesso-vos que não encontro melhor termo para aquilo com que me deparei: fiquei horrorizado com a limpeza daquela zona e tive oportunidade de manifestar este meu sentimento à senhora presidente da Câmara.

Não se pode falar em limpeza naquela zona, pelo menos neste verão. Confesso que não é uma zona que frequente durante todo o ano nem para passear, por uma questão de hábito, eventualmente. Aquilo não é uma zona suja, é uma zona imunda. Existe lixo contínuo nas bermas daquelas estradas desde a porta do parque de campismo até à ermida da Maria Vieira.

Tem ali lixo que, pela descoloração das garrafas de plástico, decerto não é apanhado, pelo menos há um ano. Seguramente há um ano. Isto para não falar em depósitos de entulho, descargas de eletrodomésticos de monstros nas ravinas, etc.

É certo e eu também sei que a responsabilidade de muitas destas situações não é da Câmara Municipal, (do sujar, não é certamente, e da limpeza também não), mas gostaria de lembrar os impactos que isto tem, não só para nós.

Tive a visita de umas pessoas que eu não conhecia. O meu pai ligou-me dizendo que um casal de amigos e um filho vinham à Terceira, perguntando-me se não me importaria de os receber. Recebi-os com muito gosto e, como não conhecia as pessoas e não tinha confiança com elas, nesses 3 dias optei por outra zona balnear porque tive vergonha de os levar à Salga. Havia ali um depósito de lixo permanente.

Quanto às responsabilidades da Câmara, quando falei sobre isto, houve alguém que disse que há poucos baldes de lixo. Eu contei-os; na zona balnear da Salga existem 21 recipientes para depósito de lixo: 6 contentores grandes, vários ecopontos, baldes de lixo junto à estrada e junto à zona balnear. Acho que só não os há dentro de água. Só naquela zona do muro, contei 21 recipientes para depósito de lixo.

O que é que se passa? Se as condições estão acauteladas, como é que se verifica uma situação daquelas? Peço desculpa se alguém se sentir ofendido, mas, das duas, uma: ou as pessoas de S. Sebastião sujam mais e são mais porcas do que as das outras freguesias ou são mais porcas porque limpam menos. Alguma coisa tem que ser. Damos uma volta à ilha e notamos claramente a diferença em relação a outros locais, pelo menos da orla costeira da ilha. Alguma coisa se passa.

Se é certo que a Câmara não tem responsabilidade em tudo isto, gostaria de saber o que eventualmente foi feito junto de quem tenha essa responsabilidade. Não me vou alongar mais porque os factos falam por si. Digo-vos: aquela situação é extremamente desagradável!

Relativamente a uma recomendação que foi aprovada nesta Assembleia Municipal sobre o estacionamento na zona da Silveira...

**Sr. presidente da Mesa:** – Já foi lido o requerimento sobre essa matéria.

**Sr. d. m. João Santos:** – É o que dá, uma pessoa atrasar-se e perder uma boa oportunidade de ficar calado. Peço desculpa. De qualquer modo, se houver algo a acrescentar, agradeço.

Uma outra questão, senhora presidente: pego-me sempre com isto. Pode parecer um pormenor, mas desta vez decidi fazer algumas contas. Tem a ver com o consumo de papel e o facto de a documentação que nos é distribuída ser impressa apenas numa face.

Já ouvi dizer que não têm impressoras ou fotocopiadoras que imprimam em ambas as faces mas não sei se é assim. As impressoras de vinte e poucos euros imprimem frente e verso. Se a ata da 3ª sessão que nos foi distribuída, tivesse sido impressa em frente e verso, ter-se-iam poupado 1200 folhas. Não eram páginas, mas sim folhas. 1 200 Folhas.

Se calhar, em toda a documentação impressa, em vez das 50 folhas, teriam sido utilizadas 25. Multiplicando por 45 pessoas, que são os 40 membros da Assembleia mais os 5 elementos da Câmara, são quase 1 200 folhas.

Não se trata deste aspeto da ata em particular. Se calhar, ao fim de um ano, isto é muito significativo. Não se tratando apenas de custos porque o papel nem é das coisas mais caras, é também uma questão de princípio. Faz-me um bocado de confusão porque, em vez de andarmos com 50 folhas, podemos andar só com 25. Seria muito mais prático. Muito obrigado.

**Sra. presidente da Câmara:** – Peço desculpa, mas ficaram por responder duas questões que me tinham sido colocadas.

Quando começa a requalificação da calçada? Esta informação consta da atividade municipal. De qualquer forma, o contrato já foi aprovado em reunião de Câmara e será assinado na próxima semana. Depois há todos os procedimentos relativos ao visto do Tribunal de Contas. A empreitada começará ainda no decorrer deste ano.

Foi colocada também uma questão relativa aos candeeiros da Rua da Sé. Já foram adquiridos, estamos neste momento a aguardar a sua receção prevista para a primeira quinzena do próximo mês.

Quanto à Salga e às responsabilidades, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovam anualmente as delegações de competências no que diz respeito à limpeza dos espaços públicos em todas as freguesias do concelho, com exceção da freguesia da Sé porque a limpeza do centro é efetuada pelos Serviços Municipalizados. A responsabilidade na manutenção das estradas regionais é responsabilidade da Secretaria Regional dos Equipamentos.

Quando foi detetada essa situação, já tinham sido estabelecidos contactos com o presidente da junta de freguesia de S. Sebastião devido a algum descuido na manutenção dos caminhos municipais na freguesia, mais propriamente junto ao mar e a junta de freguesia procedeu de imediato a essa limpeza.

Há realmente uma deposição anormal de resíduos naquela zona. Foi disponibilizada também a colaboração dos Serviços Municipalizados, que não chegou a ser necessária porque a junta de freguesia corrigiu essa situação de imediato.

No que diz respeito à impressão, confesso que não sabia que os senhores deputados municipais recebiam documentos impressos; pensava que já os recebiam em CD, mas pelos vistos, ainda vai alguma coisa em papel. De qualquer forma, a questão da impressão em duas faces da folha vai ficar ultrapassada porque a autarquia vai proceder à aquisição de serviços que lhe garantem a disponibilidade de máquinas com outras capacidades e outra qualidade de impressão a um custo bastante mais acessível. Haverá uma redução de custos de 30% para a autarquia.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Para começar, não estou aqui para causar qualquer tipo de conflito, mas confesso que fico triste. A senhora presidente sabe tão bem quanto eu que a justificação que me deu em relação aos desfibrilhadores não corresponde à verdade.

A sensação que passa é que essa implementação está dependente da formação que será dada por um grupo de médicos e isso não é bem assim. Esse grupo de médicos está totalmente disponível para dar essa formação; até já terá contactado a pessoa responsável e até à data não houve retorno.

Em relação ao projeto regional de que fala, de facto esse processo já andou para a frente nas outras ilhas. Esse tal grupo de médicos vai às outras ilhas dar formação e até já se está numa fase de «re-certificação» dos mesmos. Aqui na ilha Terceira é que parece que as coisas estão um bocadinho mais paradas. Gostava que me respondessem a isto. Já é a segunda vez que ouvimos a mesma resposta.

A mensagem que fica é a de que os DAE não estão a funcionar. Não estou a querer criar qualquer tipo de conflito, mas sim a tentar que o processo ande para a frente e comece a funcionar quanto antes. Gostaria de saber se esse grupo de médicos está totalmente disponível para dar formação.

**Sr. presidente da Mesa:** – Não fui questionado sobre esta matéria nem é meu hábito responder a questões como a que a Sra. deputada Mónica Seidi colocou. Todavia, pela posição que ocupo no Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores, cabe-me esclarecer algumas dúvidas.

Infelizmente, não é como a senhora deputada está a dizer. Admito que lhe tenham dado uma informação menos correta sobre essa matéria mas tem sido um processo muito complicado. Tem-no sido de tal forma que nós, no Serviço, não conseguimos dar a resposta que gostaríamos de dar neste momento.

A nível nacional fomos pioneiros relativamente à Desfibrilhação Automática Externa e acabámos por ser a região do país onde o processo começou mais tarde. Pelo melindre da situação, gostaria de falar consigo e explicar-lhe como é, mas confesso-lhe que o processo não é nada fácil porque o grupo de formadores nem sequer é exclusivamente do hospital.

Também não se trata de as pessoas do hospital irem formar nas outras ilhas, pelo contrário. Quando a questão foi colocada, disse: «Sim senhor, muito bem. Então temos que ir às outras ilhas rapidamente.» «Ah, não é bem assim, porque não podemos...» «Bem, então se não podem, façam o favor de delegar as competências que estão previstas na lei aos formadores credenciados que existem.»

Acho que isto é importante e transversal e penso que os Srs. deputados estarão interessados em saber exatamente porque isto é uma matéria delicada que diz respeito a todos de nós. Se não houver oposição da Assembleia, permitam este diálogo durante dois ou três minutos.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – É necessária a presença de um médico para que o curso possa ser dado e acho que isso, de certa forma, também tem complicado o processo e evitado que ande para a frente.

**Sr. presidente da Mesa:** – Senhora deputada, é exatamente isso que não é correto. Deixe-me explicar.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Acha que não é correto?

**Sr. presidente da Mesa:** – Acho, por uma razão simples: se tenho um formador credenciado que me dá formação a um tripulante de ambulância de socorro, que são 240 horas, onde o suporte base de vida lá está, porque é que esse formador, reconhecido pela entidade nacional com competência na matéria, o INEM, depois de dar a formação...

Foi a questão que coloquei às senhoras doutoras. Se querem estar presentes, então dão a formação. Não é preciso hipotecar, (passe o termo), um formador, para a senhora depois verificar. Ou a senhora está permanentemente e dá a formação, que é relativamente simples e rápida, ou então temos que fazer fé nos nossos formadores porque somos 9 ilhas com 19 concelhos e é preciso chegar, não só àquelas instituições que obrigatoriamente têm que

desempenhar essa tarefa, como também, a uma quantidade enorme de entidades privadas que precisam dessa formação.

Esta é uma questão importantíssima. De repente há problema qualquer, não chegou a ambulância e não havia um desfibrilhador...

Vivemos todos estes anos sem a Desfibrilhação Automática Externa. Como lhe disse, a região foi pioneira mas depois começou-se a colocar areia nas engrenagens e somos agora a mais atrasada, exatamente por causa dessas questões.

Os médicos em causa, ou têm disponibilidade para fazer cumprir aquilo que, no fundo, estão a dizer ou não têm e o processo não anda. Pura e simplesmente não anda.

Acredite, Mónica, que esta é a pura da verdade. É uma questão com a qual lido diariamente e que me angustia imenso, porque depois põe-se a questão que você está a colocar e muito bem. Se temos os aparelhos e as pessoas que teoricamente fazem a formação, porque é que isto não anda? Não anda, exatamente por essa razão. Porque não há disponibilidade total das senhoras no hospital de Angra para fazerem esse tipo de formação.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Eu sei que recentemente foram à presidência do Governo, estiveram em S. Miguel e fizeram a formação em várias corporações de bombeiros. Como é que ainda não houve tempo para se começar a fazer aqui na ilha? É que se esse grupo é de cá da ilha...

**Sr. presidente da Mesa:** – Mas eles não foram fazer formação em S. Miguel! A formação dos bombeiros tem sido feita aqui na ilha e temos feito deslocar formadores do nosso serviço, que são, como deve saber, enfermeiros do hospital de Angra e não só. Têm o CAP, ou seja, têm formação específica em cada uma das áreas, quer na DAE, quer no suporte básico de vida, quer no PHTLS, enfim, nas diferentes valências que temos na área de emergência hospitalar.

Esses enfermeiros já fizeram a formação ou então, quando eles vêm fazer o curso aqui ao serviço, fazem já essa formação complementar em DAE. É isso que tem feito com que as coisas andem.

Todavia, há outra questão que também é importante para perceber as áreas que foram definidas quando este projeto começou ainda com a antiga diretora da Saúde, que foram: os aeroportos, os portos e em termos de edifícios públicos ligados ao Governo, a presidência do Governo e a Assembleia Legislativa Regional.

Isto ainda não está implementado exatamente por estas razões. Nos aeroportos já se admitiu e não podíamos deixar de considerar essa possibilidade, que seja uma entidade do continente a dar formação à ANA porque, a nível nacional é essa entidade que está contratualizada para fazer formação àquela empresa.

De facto, isto tem andado demasiado lento para o meu gosto. É uma questão pela qual me entusiasmei desde a primeira hora. Começou com um projeto Açores/Madeira/Canárias. Curiosamente, as dificuldades eram idênticas nos 3 arquipélagos. A filosofia desta matéria nos dois países era idêntica e de um momento para outro, as coisas resolveram-se (no sentido de começarem a andar), mas, na minha opinião, é preciso que depois não se criem entraves desnecessários.

A questão de fundo é exatamente essa: falta de disponibilidade. Temos dezenas de casos para formar. Já colocaram a questão do HÍPER e de outras empresas privadas que também querem.

Não sei se os senhores deputados sabem, (a senhora deputada, por dever profissional, deve saber), que um DAE é um aparelho bastante barato; custa entre 2 000 a 5 000€. Há diversos

preços em função das empresas que os fornecem. Como a senhora deputada disse e muito bem, é um aparelho de fácil manuseamento e de formação relativamente simples. Não podemos ter entraves onde eles não deviam existir. Confesso-lhe que é horrível!

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Fica a sensação que essa formação está dependente do grupo de médicos e, que supostamente, a informação que tenho é que isso não corresponde à verdade, que eles nem sequer foram contactados.

**Sr. presidente da Mesa:** – Está legislado e publicado em Jornal Oficial, quem são os médicos, os responsáveis pela Desfibrilhação Automática Externa na região.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Eu não estou a duvidar disso. Não estou a duvidar da sua palavra. Acredito. Tudo bem.

**Sr. presidente da Mesa:** – Está publicado. Para que não fiquem quaisquer dúvidas, aqui no hospital de Angra é a senhora doutora Leonor Monjardino e a senhora doutora Marta Guinot. São as duas responsáveis aqui na região, sendo que a coordenadora regional é a senhora doutora Leonor Monjardino.

Essa é a questão que tem sido colocada permanentemente. Não faz nenhum sentido, pelo menos para mim. Tem-se batalhado muito. Se tenho um tripulante de ambulância que tem, digamos, 240 horas de formação e uma formação muito para além da DAE, não preciso que a sua formação seja auditada por nenhum médico.

Por que razão é que esse mesmo formador tem que fazer a formação de DAE sob a observação de um médico? O que eu lhes disse foi: «Então se está a observar, dê você a formação e está feito!» Estamos a pagar a duas pessoas.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Mas isso também não depende de nós, médicos. Não é esse grupo de médicos que delegou que a formação tem que ser supervisionada por um médico. É uma decisão que terá sido tomada pelo Conselho Europeu de Ressuscitação.

**Sr. presidente da Mesa:** – Negativo.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Não faz muito sentido.

**Sr. presidente da Mesa:** – Se fala no Conselho Português de Ressuscitação, fico com pele de galinha. O Conselho Português de Ressuscitação não é mais que uma empresa privada que faz formação. Não é a entidade nacional...

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Europeu. Europeu.

**Sr. presidente da Mesa:** – Ah, o Conselho Europeu! É que há o CPR, que é o Conselho Português de Ressuscitação. O Conselho Europeu não impõe essa regra. Na legislação nacional essa regra não está imposta.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Então mande para a frente!

**Sr. presidente da Mesa:** – Perfeitamente de acordo.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Então, se não é preciso médico, ande para a frente com o processo!

**Sr. presidente da Mesa:** – Perfeitamente de acordo. O que o médico tem que fazer, é validar a formação. É como eu estava a dizer, Mónica. Ainda agora estive no INEM para combinar a certificação dos novos formadores dessa área e de outras em que fazemos formação e o INEM faz a formação dessa maneira. Não tem que existir um médico permanentemente nem as outras empresas. Não faz nenhum sentido. Isto tem sido uma luta permanente.

Peço desculpa por vos estar a tomar algum tempo, mas acho que toda a gente tem a obrigação de saber porque isto é uma questão transversal.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Peço desculpa, mas se então, não é preciso um médico, que se ande para a frente, simplesmente.

**Sr. presidente da Mesa:** – O médico tem que validar. O médico tem que ser responsável.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Então, afinal é preciso!

**Sr. presidente da Mesa:** – Vamos lá ver uma coisa: o médico tem que confiar na pessoa que faz formação, nos formadores. Isso é como o INEM que tem que ter uma entidade científica que valide a formação.

Para além da coordenadora regional do programa, há também o doutor Dinis do hospital de Ponta Delgada, que é cardiologista. Julgo que é a pessoa que, neste programa, verifica o ato depois de realizado. Não está lá, mas é importante que isso aconteça.

É uma cadeia que tem que existir por se tratar de uma delegação. Perante a legislação geral, a Desfibrilhação Automática Externa é um ato que só pode ser praticado por médicos. Entretanto, de acordo com a Ordem, o Ministério da Saúde, etc., o legislador, entendeu que podia ser delegado, como há outros. Mesmo delegando, a responsabilidade da supervisão é sempre do médico. A delegação é feita primeiro nos formadores e depois no tripulante ou no leigo que tem a formação específica na matéria.

Se eu der formação ao Belerique ou ao meu amigo Manuel Conde, que é uma formação fácil, quando eles tiverem que desfibrilhar, não precisam de um médico ou um enfermeiro ao seu lado.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Eu percebo mas não é isso que está em causa. Acho que se tem que passar a mensagem que o processo tem que andar para a frente o quanto antes e os desfibrilhadores têm que ser implementados quanto antes.

**Sr. presidente da Mesa:** – Estamos perfeitamente de acordo.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Mais ainda: se já temos o material há algum tempo, temos que lhe dar o devido uso. Sabe que é material que precisa de manutenção e, estando parado, não tiramos dele qualquer benefício.

**Sr. presidente da Mesa:** – Posso garantir-lhe que, quanto a isso, não sofre menos do que eu.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Faz-me um bocado de confusão.

**Sr. presidente da Mesa:** – É uma desilusão que as coisas não andem para a frente, mas posso garantir-lhe que as duas pessoas foram, por várias vezes, incentivadas para que tudo mudasse. Algumas coisas até têm mudado, mas outras não, como deviam.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Então temos que fazer com que essas coisas mudem quanto antes.

**Sr. presidente da Mesa:** – Espero bem que sim. A culpa não está só de um lado nem só do outro.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Mas concorda comigo que, ao tempo que este processo anda a seguir, já devíamos ter conseguido dar outro tipo de resposta.

**Sr. presidente da Mesa:** – Tenho vergonha da atual situação. Mais: tenho vergonha de que, tendo sido um dos responsáveis para que a região tenha sido a pioneira a nível nacional, o projeto esteja onde está.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Não vejo onde está o cerne da dúvida ou percebi alguma coisa mal. O que implica o processo de validação? A presença física de um médico na formação ou a assinatura de um papel com os requisitos da formação? Onde está o empate e decorre de quê? De legislação regional, nacional?

**Sr. presidente da Mesa:** – Em termos de validação, o que o médico responsável pelo projeto tem que fazer, é passar a credencial como indivíduo formado, como só os formadores credenciados podem fazer.

Há aqui uma cadeia que não pode ser quebrada. Não pode aparecer um indivíduo qualquer a dizer: «Eu dei formação na área de DAE e até sou médico». Isto depois tem que ser validado, os dados têm que ser transmitidos para um centro especial, etc. Só falta exatamente isso. Ele não tem que estar presente; se estivesse, dava formação e acabou.

A formação faz-se em 8 horas. Chegou a dar-se formação geral em salas enormes com menos gente. Não se trata de uma formação tão complicada quanto isso e que, nem tão pouco, obrigue à presença física.

**Sra. presidente da Câmara:** – Penso que a senhora deputada Mónica Seidi ficou esclarecida que, afinal, não omiti nem faltei à verdade quando prestei esclarecimento. Se dúvidas houver quanto à veracidade do que lhe transmiti, tenho aqui *e-mails* e documentação que comprovam essa situação, trocados com as referidas coordenadoras e formadoras.

Não gosto que fiquem resquícios de dúvida do que afirmei, que aguardávamos a formação e temos, insistentemente, solicitado que ela se realize, porque já possuímos o equipamento. Temos um histórico de correspondência trocada, desde há pelo menos um ano. Se quiser consultá-la no final, temos muito gosto que o faça, para que fique a par da verdade.

Temos um colaborador que é coordenador na área da Proteção Civil, tem liderado todo este processo e, simultaneamente, é também formador. Além dos *e-mails* institucionais, existem também aqueles de que ele tem conhecimento sobre o andamento deste processo, enquanto formador.

É exatamente este o ponto da situação. As coordenadoras da formação solicitaram a disponibilidade dos formadores para um conjunto de datas, prevendo, supostamente, a formação na ilha Terceira durante o mês de outubro. Se isso acontecerá ou não, não depende da autarquia.

Fizemos tudo o que nos competia nesta matéria, adquirindo o material e disponibilizando pessoas para formação. Pela nossa parte, o processo está em dia e em ordem e nada mais depende de nós. Aguardamos apenas que nos chamem e aos nossos colaboradores para a referida formação.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Não se sente impotente perante o facto de o processo estar parado? A questão é só essa. O processo está parado. Os desfibrilhadores continuam por ser implementados, independentemente das datas das formadoras... o processo está parado! A minha questão é só essa. Porque é que...

**Sra. presidente da Câmara:** – Não. A sua questão não foi essa.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Desculpe, mas, no fundo, o que lhe disse é que os desfibrilhadores continuam a não estar implementados. Ao fim de um ano, o processo está parado. O que é que foi feito para tentar mudar isso?

Não são os *e-mails* que tentam mudar a coisa. Se tem a ver com o médico, podemos ir buscar outro médico a outro sítio. Não vamos prender-nos por duas coordenadoras se, o que falta é a validação do médico.

**Sra. presidente da Câmara:** – Essa sua afirmação até incorre de alguma irresponsabilidade...

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Irresponsabilidade?!

**Sra. presidente da Câmara:** – Trata-se de um processo certificado, que exige responsabilidade. Já foram ditas aqui todas as dificuldades subjacentes à implementação. Como é óbvio, a autarquia não vai chamar um médico qualquer para dar formação às pessoas que trabalham nos espaços públicos municipais, para colocar lá o desfibrilhador...

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Alguém com formação...

**Sra. presidente da Câmara:** – ... Nem tão pouco me responsabilizo por colocar desfibriladores nestes espaços sem dar formação às pessoas, porque a utilização indevida é a pior coisa do mundo. Mais vale não existir do que existir e não ter as pessoas formadas para o efeito. A autarquia tem feito tudo e até insistido para que este processo se consubstancie. Como a senhora também já percebeu e acabou por reconhecer, não depende de nós.

Se me sinto impotente? Se não sou formadora e nem sequer posso adquirir formação em espaço nenhum, é evidente que sinto alguma impotência.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Pode adquirir formação.

**Sra. presidente da Câmara:** – Não, não posso.

**Sra. d. m. Mónica Seidi:** – Claro que pode.

**Sra. presidente da Câmara:** – Não posso, porque há a coordenação da formação a nível regional. Peço imensa desculpa. Ou a senhora está mal informada ou agora está a tentar dar a volta à questão. Chamou-me mentirosa numa primeira instância.

Não, a Câmara Municipal não pode adquirir formação. Se pudesse, já o teria feito, como já fez em tantas outras ferramentas que estão disponíveis na autarquia. Nesta matéria em particular, estamos dependentes da coordenação regional. Vamos aguardar com serenidade até que esta formação seja disponibilizada.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Senhor presidente, é possível que eu e o deputado José Alberto Borges troquemos a ordem, já que estamos os dois inscritos? Já agora, podia informar-me de quanto tempo ainda dispomos?

**Sr. presidente da Mesa:** – Em bom rigor, cumprindo o Período da Ordem do Dia, temos 10 minutos, senhor deputado.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Vamos ser rápidos para também pouparmos papel...

**Sr. d. m. Vasco Capaz:** – Ainda têm 4 minutos e meio.

**Sr. presidente da Mesa:** – Não têm, não. O Período de Antes da Ordem do Dia é de uma hora, senão nunca mais saímos daqui. É o que está claramente no regimento.

Seguimos durante muito tempo como se isto não tivesse fim. Qualquer resposta retomava-se, e não sei quê, e assim levaríamos 3 horas, enquanto o regimento nos reserva apenas 1 hora. Temos que dosear isto. Não tem que ser rigorosamente 1 hora mas também não podem ser 2 nem 3.

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Oxalá nunca aconteça nada no pavilhão; é isso que todos desejamos, com ou sem aparelho. Oxalá nunca aconteça.

Já vem de há muito tempo. Há mais de um ano que se tem falado na formação. É bom que a façam tão breve quanto for possível. Há alguém formado nas equipas; estou a falar da doutora



Hélia que é dirigente e fisioterapeuta do Clube ANGRABASKET. Também vejo a doutora Rute Couto a assistir aos jogos.

Pergunto se não seria possível, pelo menos, o aparelho estar lá para ser utilizado por quem tenha formação, por quem sabe. De repente, pode ser necessário. Penso que há gente qualificada. O senhor presidente tem um filho fisioterapeuta qualificado. O LUSITÂNIA tem um fisioterapeuta qualificado...

**Sr. presidente da Mesa:** – O fisioterapeuta não tem...

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Está bem, mas a doutora Hélia tem. Eu sei que tem. Treinam lá todos os dias, ela assiste aos jogos e tem formação nessa área. É só um alerta.

**Sr. presidente da Mesa:** – Oh Borges! Ou há pessoas qualificadas em todos os jogos que possam utilizar os aparelhos ou poderá acontecer uma situação altamente negativa em que, num jogo, haja a necessidade de utilizar o desfibrilhador e não esteja lá ninguém com capacidade para o fazer.

Poderão ainda perguntar: «Para que é que têm ali o aparelho se não tem lá ninguém? De quem é a responsabilidade?» Percebo a tua questão, mas tens que perceber que não pode estar em lugares públicos.

Outra coisa: a formação não pode ser dada por qualquer pessoa com formação. Como referi, tudo isto obedece a uma cadeia; desde a desfibrilhação até à leitura dos resultados, tudo está definido por lei. Começa na pessoa formada e termina no doutor Dinis em Ponta Delgada.

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Não ponho em causa esse processo de formação mas quando alguém morrer um dia, estará tudo formado. Acredite que estará tudo formado!

**Sr. presidente da Mesa:** – É óbvio que alguém vai ter que responder perante essa situação e não tenho dúvidas nenhuma que uma das pessoas que vai responder por isso, sem ter culpa nenhuma, sou eu. Que fique muito claro e se perceba a minha preocupação sobre esta matéria.

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Não será o José Borges nem a doutora Mónica. Nós temos feito os possíveis.

**Sr. d. m. Guilherme Melo:** – Sr. presidente da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, Sra. vereadora, Srs. vereadores, Sras. e Srs. deputados, bom dia a todos.

Gostei de ouvir o senhor deputado João Santos e a minha intervenção vai no sentido de uma pequena achega. É preciso que as pessoas sejam mais educadas, porque a destruição de equipamentos públicos constitui crime. Quem destrói deve ser responsabilizado pela reparação do que destruiu.

Sugiro que os vigilantes nas zonas balneares tenham mais informação, para que, perante estas situações, possam chamar a polícia marítima para se identificar os indivíduos que destroem esses equipamentos. A partir daí, tem que ser a polícia a tratar do assunto. Se for necessário, os pais das crianças devem ser chamados à responsabilidade. A maioria das pessoas não tem culpa que dois ou três vândalos dêem cabo dos equipamentos.

A nossa sociedade tem que ser cada vez mais exigente. Não podemos continuar a tolerar essas situações. A partir do momento em que quem destrói passar a ter problemas com a polícia ou com os tribunais e tiver que reparar os danos que causou, as coisas mudarão completamente.

**Sr. d. m. Sérgio Cardoso:** – Sr. presidente, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores, a todos muito bom dia.

Gostaria de lembrar que tivemos um verão particularmente seco. Por isso queria congratular-me por não ter havido falta de água e, sobretudo, pela manutenção da sua qualidade.

Em relação à pergunta do senhor deputado Nuno Melo Alves, o parque de campismo vai ser feito na zona do farol da Serreta, onde já estamos a melhorar o terreno.

**Sr. d. m. Jorge Belerique:** – Ainda em relação à situação que levantei das zonas balneares, senhora presidente, a minha intenção era de referir apenas uma plataforma. Se usei o plural, foi uma mera questão de linguagem porque a listagem era tão grande que uma era suficiente para o efeito.

A plataforma do Negrito não esteve pontualmente fora do sítio; esteve-o durante todo o mês de julho e até meados de agosto. Não me refiro ao mês de junho, porque não frequentei essa zona banhar nesse período, mas durante o mês de julho e até meados de agosto, ela esteve fora, senhora presidente! Portanto, não foi uma saída pontual.

A partir da plataforma, a senhora presidente referiu a questão que eu tinha levantado das escadas de acesso. Apenas referi que as escadas estão mal concebidas. Não tem nada a ver com a plataforma.

A questão que levantei sobre as escadas mal concebidas é simples e pontual e tem a ver com a Silveira onde as escadas de acesso ao cais estão ao nível da água. O último degrau está ao nível da água na maré vazia o que faz com que os idosos possam ter mais dificuldade em sair da água. É descer 1, 2 ou 3 lances de degraus como acontece na maior parte das outras situações...

**Sra. presidente da Câmara:** – Deve ter mais degraus, um bocadinho mais longa. É só isso?

**Sr. d. m. Jorge Belerique:** – Oh senhora presidente! Não ironize com situações sérias. É uma questão de planeamento, de se ver as coisas, cuidar e, acima de tudo, passar pelos sítios e ouvir as críticas de quem os frequenta.

A senhora presidente diz que tem feito muitos investimentos nesta área, não duvido. Mas é certo que, em termos de melhoria dos espaços físicos, eu não os vejo. Este ano vi pela primeira vez na piscina do Negrito, (se é que se pode chamar piscina àquilo), uma placa que dizia: «Cuidado! Piso escorregadio.» Sinceramente, permita-me que lhe diga: acho que, passados todos estes anos, é uma vergonha que continue a existir uma piscina com aquelas condições.

O.K. Passados tantos anos está lá isto pela primeira vez. Obrigado! Uma piscina naquelas condições! Oh, senhora presidente! Se há grande investimento, que seja melhor rentabilizado! Se não se sabe como é, se rentabiliza melhor o investimento, ... eh pá!, que se veja os exemplos de hoje.

Só levantei esta questão das zonas balneares. Não é primeira vez que o faço e a sensação que tenho é que a Câmara assume sempre isto como se tratasse de questões pontuais e não de uma questão que tem que ser cuidada.

Sinceramente, acho que é preciso passar pelos sítios, ver e ouvir. Nós damos-lhe uma listagem de “n” concelhos. Não é preciso ir muito longe nem fazer viagens muito grandes; basta irmos a alguns do grupo central. Eventualmente, seria dinheiro bem empregue ir a outras ilhas, a outros concelhos para ver o que eles fazem; mais e muito melhor que nós, seguramente.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Apenas uma consideração, atendendo a toda esta situação que se está a passar, até pelas propostas de janelas televisivas de 4 horas e toda a indefinição.

Esta situação em relação à situação da RTP veio confirmar alguma razão que nós tínhamos, não aprovando a proposta da cedência e do protocolo com aquela estação, por acharmos que seria prematuro e devíamos aguardar um pouco para ver onde esta poeira assenta.

As próprias considerações sobre a possibilidade de se «excedentar» a RTP Açores, os investimentos em dois edifícios novos que a RTP S.A. fez à RDP e para a RTP em Ponta Delgada e em Angra não é capaz de proporcionar o mínimo de condições de trabalho aos seus funcionários. Acho que o protocolo da Câmara passa uma esponja e limpa estas deficiências nesta empresa, que é pública e, portanto, tem que justificar e responder a todos nós.

Posta esta pequena consideração, uma questão mais curta e direta: os semáforos do Caminho de Baixo ao pé da residência do representante oficial do Presidente da República têm estado intermitentes há vários dias. Não sei se é consequência da proposta que foi aprovada aqui na Assembleia ou se é avaria, porque a referida proposta, penso eu, seria no sentido de ficarem intermitentes à noite e não 24 horas por dia, como acontece. Era só para obter esse esclarecimento.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Queria voltar à questão da limpeza da Salga. O temporal a que me referi que colocou pedras no solário não foi o do início desta semana, mas sim o do fim do mês de agosto, início do mês de setembro, confirmando que há ali alguma falta de atenção.

No que diz respeito à zona da Salga, aquela orla marítima da freguesia de S. Sebastião, há um conjunto de preocupações que têm que ser tidas em conta, envolvendo algumas entidades. A zona balnear está a cargo da Câmara e da CULTURANGRA, a limpeza das imediações é da responsabilidade da junta de freguesia e as Obras Públicas são responsáveis pela conservação das estradas.

Queria agradecer a intervenção do Sr. deputado João Santos, porque, afinal, não é difícil estarmos de acordo quando o que importa é o bem comum e o zelo pela nossa terra.

A limpeza da vila de S. Sebastião tem sido uma preocupação dos seus habitantes e sei que tem sido um tema debatido nas assembleias de freguesia. Aquela localidade do nosso concelho tem alguns problemas que poderão ser multissetoriais. Se há falta de civismo (e com certeza que há, porque o lixo não aparece lá por obra e graça do Espírito Santo), também terá que haver um maior acompanhamento das ações de limpeza, de prevenção e punição.

Também é verdade o que disse o meu companheiro de bancada Guilherme Melo. No dia em que alguém levar um aperto, se calhar será dado o exemplo e, se a punição for exemplar, maior será esse exemplo.

Num caso destes, em que houve um testemunho por parte do Sr. deputado municipal João Santos de um ato de vandalismo no Porto Judeu, também não vem mal ao mundo se se chamar a PSP ou a polícia marítima e denunciar a ocorrência. De facto, é complicado; se fizermos a queixinha, arriscamo-nos a ter o vândalo a fazer ameaças à porta de casa.

Estes problemas têm que ser tratados. É notório que existe um problema de limpeza pública em S. Sebastião. Naquela zona envolvente à Salga há imensos recipientes de lixo. Também é um facto que eles se encontram cheios e não são substituídos ou limpos com a periodicidade necessária e não me refiro àquela zona onde se faz algum campismo ilegal e piqueniques fora do parque de campismo; falo naquela zona envolvente ao monumento da batalha de Salga. Aí não há falta de recipientes, mas, sim, pura falta de civismo. As pessoas portam-se mal. Havendo falta de civismo, deverá haver mais acompanhamento.

Existe outra preocupação relativamente àquele local. Na minha opinião, aquela estrada que vai até à Baía das Mós e toda aquela zona também requer algum policiamento porque é do conhecimento popular que ali, à noite, se pratica tráfico de droga, prostituição e um conjunto de atividades que requerem, para além das normais ações de limpeza, outro tipo de limpeza a ser feita pela polícia.

**Sr. d. m. João Santos:** – Um esclarecimento. Na minha intervenção de há pouco, expressei-me mal. Quando disse que testemunhei a destruição do chuveiro, quis dizer que no dia seguinte vi-o destruído. Não vi ninguém a destruí-lo. Expressei-me mal. Vi o chuveiro a ser arranjado num dia e vi-o destruído novamente, mas não na totalidade.

**Sr. presidente da Mesa:** – Muito obrigado, foi apenas um esclarecimento oportuno que veio repor aqui algum clima interessante de troca de galhardetes.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Bom dia, Sr. presidente, Sra. Câmara e ilustres colegas deputados.

Temos vindo a falar de uma coisa que me preocupa bastante e que, decerto, nos preocupa a todos. Julgo que deve existir uma atitude mais descomprimida entre os membros da Assembleia e o executivo camarário.

A senhora presidente da Câmara parece jogar à defesa quando, por qualquer razão, um dos deputados faz uma observação sobre algumas disfunções no funcionamento das zonas balneares.

Gostaria que a nossa postura comum fosse de reflexão sobre as situações existentes na nossa ilha, sobre o que seria melhor para as corrigir e que a senhora presidente da Câmara Municipal não encarasse isso como um ataque pessoal à sua liderança ou ao governo da Câmara; apenas como uma tentativa de trazer a lume e à presença desta Assembleia, os problemas que nos preocupam, que nos afligem.

Seria bom que esses problemas se resolvessem rapidamente para evitar que o meu amigo João Santos ande a derivar para outras localidades da ilha Terceira, a fim de não mostrar aos seus convidados as tristezas que cá temos e que não são, obviamente, da responsabilidade direta da senhora presidente da Câmara. Era só o que faltava! A questão da educação é fundamental.

É ou não importante haver zonas balneares agradáveis, seguras, limpas e que garantam qualidade, não só aos utentes da ilha Terceira como a todos os que nos visitam no verão, que não são poucos?

Quase todos os senhores já deverão ter visitado outras ilhas. Desde sempre que visito o Pico e nunca vi um quarto de banho desarranjado. Eles têm imensos lavabos e casas de banho naquelas zonas magníficas. Fiquei de boca aberta porque aquilo, comparado com a sujeira da Terceira, fez-me corar de vergonha. Há mais de 20 anos que assim é.

Fiquei espantado quando cheguei a determinados balneários do Pico e vi aqueles contentores de toalhas de papel completamente cheios. Se fosse na Terceira já estariam vazios, porque alguém tirou a mais ou deitou no chão. Tudo irrepreensível. Será uma questão de educação dos picarotos? Serão mais educados e mais higiénicos que nós? A verdade é que têm qualidade.

A questão das escadas da Silveira preocupa-me, porque vou lá várias vezes. Já começo a caminhar para a fase vestibular da 3ª idade e confesso que me custa um bocadinho subir aqueles degraus de aço muito interessantes, mas profundamente escorregadios.

Já sei que me vão dizer que não é fácil pôr faixas antiderrapantes nos degraus. Não sei qual é a solução técnica, mas uma coisa vos garanto: vão tomar um banhinho à Silveira e vejam se conseguem subir confortavelmente a escada daquele pequeno solário junto à rampa com a maré vazia. Façam isso e tirem as vossas próprias conclusões.

Quanto à questão de S. Sebastião, bem, eu sempre ouvi dizer que S. Sebastião tinha uma certa tendência para a sujeira. Essa questão corrige-se com a educação e com vigilância. E, se alguém usa mal a zona, terá que ser identificado, punido e a coisa resolve-se assim.

**Sr. presidente da Mesa:** – Desculpem. Não deveria ter dado a palavra ao Sr. deputado Manuel Conde; devia tê-la dado ao João. Oh senhor deputado! Não gosto de gestos assim. Horas são horas e o tempo é para cumprir. Dei indevidamente a palavra ao senhor deputado Manuel Conde, não vou dá-la indevidamente a mais ninguém!

**Sr. d. m. António Maio:** – Queria cumprimentar também a Sra. presidente da Câmara, os Srs. vereadores, os caros colegas e restantes deputados municipais.

A minha intervenção tem a ver com políticas sociais e de segurança no concelho e também na ilha. Como é sabido, aconteceu há cerca de um mês um crime horrível em S. Bartolomeu que me toca de forma particular porque a vítima era meu tio, irmão da minha mãe. Além de se tratar de uma freguesia à qual me ligam laços fortes de família, de amizade e de vivência, porque os meus pais são oriundos dali, habituei-me desde miúdo a conviver com as pessoas de lá e sempre a vi como uma freguesia pacata, de gente humilde, simples, trabalhadora e honesta.

Nos últimos anos, S. Bartolomeu de Regatos virou um problema social a diversos níveis de segurança. Tenho lá uma quinta que era dos meus pais e hoje evito lá ir porque, confesso, tenho algum receio.

Não se trata apenas dos roubos das frutas, porque isso é o que menos conta. É mesmo vandalismo puro e simples. É a destruição de paredes, de muros de proteção, do pior que possam imaginar.

É uma zona altamente problemática. Por isso, gostaria de trazer aqui à consideração dos colegas presentes o que é que esta Câmara e as juntas de freguesia poderão fazer no sentido de se proteger melhor os cidadãos em geral. Não falo só daquela freguesia, por causa de um caso particular que aconteceu lá; falo a nível geral.

O presidente de junta de S. Bartolomeu fez uma conferência de imprensa na qual chamou à atenção para o acréscimo de policiamento na freguesia. Eu já fui à polícia várias vezes fazer queixa do que fazem no meu pomar e os resultados são praticamente nulos. As pessoas estão identificadas, mas pouco se pode fazer. O mais curioso é que há sempre a tendência para se dizer que é gente de S. Miguel ou repatriados. No caso em apreço, até nem são.

Vamos ser sinceros. Há aqui um problema gravíssimo! Hoje ouvi falar aqui, no «Período de Antes da Ordem do Dia», de coisas muito importantes em zonas balneares, se escorrega ou não escorrega, coisas importantes sobre limpeza e tudo isso, mas, francamente, as questões sociais e a segurança das pessoas são fundamentais.

Peço desculpa, a minha intervenção não é certamente mais importante que as outras, mas era fundamental que fizéssemos uma reflexão e, sobretudo, dentro das competências de cada um vermos o que se pode fazer para melhorar isto e que alerta é que poderemos fazer. Não falei com o senhor presidente da junta de freguesia aqui presente, mas será, provavelmente, uma preocupação que ele tem.

Os jornais deram grande cobertura a esse crime. Falou-se em droga e em plantações de droga. Imaginem um idoso de 80 anos que vai apanhar uns figos junto à sua casa e é barbaramente assassinado daquela maneira! Nem julgava possível que a mente humana fosse tão perversa!

Como é possível, crianças de 16 anos fazerem aquilo? Eu não entendo. Fala-se em droga, fala-se em álcool, fala-se em coisas terríveis. Não consigo perceber isto. Depois, é a maneira como as coisas foram feitas.

O único objeto que ele tinha de valor era o relógio, que não roubaram. Tratou-se de maldade pura e simples. Foi o querer fazer mal a uma pessoa perfeitamente inofensiva, a quem

modestamente presto aqui a minha homenagem, porque era um homem do povo, simples, bom e que morreu daquela maneira. É só isso que tenho a dizer.

**Sra. presidente da Câmara:** – Queria aproveitar a referência feita pelo senhor deputado António Maio, dizendo que isto aconteceu no meu período de férias e tive conhecimento da situação assim que cheguei.

Mantenho reuniões regulares com o senhor comandante da PSP e esse é um assunto a ser tratado numa dessas reuniões do Conselho Municipal de Segurança que reunirá brevemente. Esse assunto motivará discussão muito justamente, porque é uma preocupação de todos.

As consequências do consumo de álcool e de drogas e o crime associado a essas situações é uma realidade em todo o país e isso preocupa-nos porque temos um concelho dito seguro e não queremos deixar de o ter. Estas situações preocupam-nos a todos.

Queria dizer ao senhor deputado Manuel Conde Bettencourt que ouvi com muita atenção as suas palavras e a postura não é defensiva, mas de sim de algum espanto. Era essa reflexão que gostaria que fizesse comigo. Já sei que não podemos fazê-lo agora, mas podemos fazê-lo noutra circunstância. As generalizações e o facto de não sermos capazes de concretizar é algo que me incomoda.

Há um problema «numa escada» e falamos em «escadas». Há um problema «numa plataforma» e falamos em «plataformas». Há um problema «num duche» e generalizamos para todos os duches.

Dizemos que há desinvestimento. Não há desinvestimento nem falta de cuidado. Poderá haver situações pontuais, algumas por falta de brio das pessoas que prestam serviços naquelas zonas. Não tinha aflorado esta questão da plataforma do Negrito que é um processo que ainda não está terminado, mas vou fazê-lo de forma breve e sintética, porque não posso ir muito além disto.

Devido a um conjunto de situações à volta da plataforma, gerou-se um processo disciplinar que vai motivar o despedimento de um colaborador da CULTURANGRA. Daí que a mesma tenha estado fora do mar durante cerca de um mês.

Conheço muito bem o processo; aquela plataforma esteve fora do sítio cerca de um mês. Esteve assim porque, para se colocar poitas no mar, implica a aquisição de um conjunto de material.

No âmbito do processo de aquisição, descobriu-se que tínhamos um colaborador que praticava um conjunto de infrações disciplinares e outras, situação que teve que ser devidamente sinalizada para depois se adquirir o serviço propriamente dito.

O que vos quero dizer é que se tratava de um dos colaboradores que trabalhava nas zonas balneares e que foi imediatamente suspenso, o que nos penalizou porque o mesmo tinha funções de coordenação. Não gostaria de entrar em mais detalhes, mas a plataforma do Negrito esteve fora do mar exatamente por causa desta situação muito específica.

O que de alguma forma me entristece são estas generalizações. Sem dúvida alguma que talvez tenhamos algumas das melhores zonas balneares dos Açores. Isso é referido pelas pessoas que nos visitam. Indicam, por exemplo, como referências, as zonas balneares das Cinco Ribeiras e da Silveira.

Quanto à limpeza, estamos aqui a falar de uma situação que pode ter contornos associados à Salga, mas, de um modo geral, o nosso concelho é asseadíssimo. Temos também evoluído muito ao nível da educação e do civismo das pessoas, o que não quer dizer que não haja situações pontuais.

Continuamos a ter algumas situações nas touradas, um sector onde é preciso fazer um investimento sério no que respeita ao civismo das pessoas. Continuamos a ter problemas nas festividades que se prolongam durante a noite onde, apesar dos reforços de recipientes, continua a haver deposição indevida de lixo.

Há aqui um conjunto de situações que ainda precisam de correção. Por isso é que, por exemplo, nas zonas balneares, são promovidas ações de sensibilização. Foi também por elas que recebemos, penso, o 2º lugar na metodologia implementada e nos resultados obtidos nas nossas zonas balneares a nível nacional.

É natural que nos preocupemos. Por isso, a CULTURANGRA já fez uma proposta à Câmara Municipal para que no próximo ano seja feito um protocolo com as juntas de freguesia. Devido a uma maior proximidade às zonas balneares, pretende-se que sejam elas a efectuarem a sua manutenção, após transferência de verbas, naturalmente.

Já foi manifestada pelos presidentes das juntas de freguesia de S. Mateus, S. Pedro e Cinco Ribeiras a vontade de procederem à manutenção das suas zonas balneares, porque garantem uma maior proximidade e possibilidade de fiscalização.

Acho que isto é muito favorável; temos que evoluir nesse sentido. Não devemos generalizar um problema que tem contornos muito mais restritos. É só essa a minha preocupação.

XX

## **D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 - DA CÂMARA MUNICIPAL**

**1.1 - Informação da senhora presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 30 de junho a 30 de setembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, para apreciação.**

**Sra. presidente da Câmara:** – Penso que o relatório é bastante explícito. Queria dar-vos conta do ponto da situação de 3 empreitadas. Uma delas diz respeito ao pacote 3 de estradas em curso, neste momento em duas frentes. Uma é o alargamento da via das Figueiras Pretas que está quase concluído e vai iniciar-se a intervenção dos Serviços Municipalizados ao nível da substituição da rede de águas e criação de ramais.

Temos também uma outra frente a decorrer na freguesia de Porto Judeu que prevê a asfaltagem de um conjunto de arruamentos. Seguir-se-á a freguesia de S. Sebastião, também com o asfaltamento de uma das vias, e ainda a Av. Tenente-Coronel José Agostinho onde se prevê, para a próxima semana, o início da componente da empreitada.

A respeito da Av. Tenente-Coronel José Agostinho, convém dizer que a remoção das árvores foi efetuada pela autarquia por se tratar de uma competência nossa. Os restantes trabalhos decorrerão por conta do empreiteiro, a TECNOVIA, entidade responsável por esta empreitada, que inclui a repavimentação da via e dos passeios.

Supostamente, aquela fase da empreitada deveria ter sido iniciada logo a seguir à remoção das árvores mas a EDA tomou a iniciativa de intervir na rede elétrica naquela zona. Houve uma corrente de negociações entre aquela empresa e a TECNOVIA para que fosse o mesmo empreiteiro a realizar os dois investimentos de modo a não haver depois problemas de abatimentos e se venha assacar responsabilidades a diversas entidades.

A empreitada da Casa do Chá já foi adjudicada e em breve será assinado o contrato, uma vez que foi aprovado na última reunião de Câmara de terça-feira.

Quanto à empreitada das calçadas, o contrato já foi aprovado e será assinado também na próxima semana.

Temos também em curso, o procedimento com vista à construção do pavilhão desportivo do Posto Santo. Penso que as propostas serão abertas no dia 28 de outubro e estimamos que esta intervenção se inicie ainda no corrente ano.

No que diz respeito ao pavilhão das Doze Ribeiras, estamos em consulta para a elaboração do projeto. Temos alguma dificuldade neste procedimento, mas pensamos que será concluído em breve.

No decorrer deste período procedeu-se à conclusão de algumas obras de grande importância, parte delas, da responsabilidade da autarquia.

Foi também inaugurado o Centro Comunitário de S. Sebastião com equipamento social que servirá aquela comunidade com grande qualidade. Penso que é do conhecimento de todos, que também contempla uma biblioteca.

Inaugurámos também a creche da Terra Chã, um equipamento de extrema prioridade cuja reabilitação foi totalmente conseguida pelo Governo Regional e ainda um conjunto de intervenções importantes ao nível da reabilitação viária, quer dos Serviços Municipalizados, quer da Câmara Municipal, designadamente, o que foi concluído na ligação entre a Boa Hora e a Igreja, que implicou, não só a repavimentação, como a substituição da rede de águas e melhoramentos ao nível dos passeios.

Neste momento, já tinham iniciado a sinalização horizontal nessa mesma via e pensamos que a empreitada estará concluída dentro em breve.

Temos também contemplada nesta empreitada a Canada da Parreira na Ribeirinha, cujo troço já foi completamente concluído.

Importa também referir que se iniciou a colocação de borracha nos pisos sintéticos dos Barreiros, do Boavista e do campo de S. Mateus, também uma iniciativa muito importante, porque os campos começavam a manifestar a necessidade de recargas.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Queria fazer aqui algumas considerações acerca da atividade municipal começando por saudar o início de algumas obras de reabilitação de estradas do concelho. Uma delas é a estrada das Figueiras Pretas que tem sido alvo de discussão e preocupação por parte desta casa; finalmente começaram as obras. Faço votos para que tudo corra bem e que aquele eixo viário fique definitivamente resolvido.

Queria também manifestar de novo a minha preocupação acerca de um facto recorrente sempre que se fazem obras na estrada. Há que haver muito cuidado no planeamento, sempre que se faz uma nova repavimentação porque, é quase uma tradição, não do concelho, mas da ilha de um modo geral. Sempre que se coloca um pavimento novo numa nova estrada, a seguir é que se planeia a colocação dos ramais de água e instalações elétricas.

É comum haver um asfalto novinho em folha que a seguir é retalhado para a colocação das infraestruturas. Nunca é demais relembrar a importância do planeamento das obras. Sabemos que estas coisas têm custos e as dotações orçamentais, por vezes não esticam de uns anos para os outros. Um bom planeamento evita custos acrescidos ao longo dos anos e a degradação das obras que deviam durar muito mais tempo.

Esta preocupação vem também a propósito do corte de árvores na Av. Tenente-Coronel José Agostinho. De facto, aqueles passeios necessitavam de uma reabilitação urgente. Já era sabido



que aquela obra ia ser feita, que os passeios seriam remodelados e julgo que, de novo, terá faltado aqui planeamento por parte da autarquia ou por parte da EDA.

Neste caso, só depois de se cortar as árvores é que se para a obra e fica o local naquele estado. A obra não avança porque a EDA se atrasa; convém que o planeamento seja feito para que se evite este tipo de situações.

Neste período da atividade municipal queria destacar os 477 anos da cidade de Angra e, de um modo muito positivo, a cerimónia que decorreu neste salão nobre da Câmara Municipal, não só pelos galardões que aqui foram atribuídos, mas principalmente por algo que me tocou, que foi a qualidade do espetáculo musical que aqui decorreu.

Tivemos jovens do concelho, alunos do conservatório e das nossas escolas de música, que nos presentearam com um ótimo recital de violino, violoncelo, canto e piano, mostrando o que de bom se anda a fazer por cá. Pena é, que estes acontecimentos e esta qualidade ocorram muitas vezes em espaços limitados como o salão nobre da Câmara Municipal.

Porque não fazer o que se vê em vários países por essa Europa fora com os municípios a apostarem nestes artistas para eventos públicos, pondo-os a tocar mais vezes nos espaços públicos, nas ruas, nas praças ou nos cafés?

Todos nos queixamos que há demasiada música pimba. Porque não um dia começarmos a queixar-nos de demasiada música clássica? É uma sugestão que aqui deixo, porque achei que os jovens eram muito talentosos. Foi de muita qualidade o espetáculo que aqui se viu. Merecia repetição com todas as condições para o seu progresso como artistas.

No que diz respeito a muita da atividade social que a Câmara aqui faz, como os tempos são de crise e contenção, gostaria que houvesse alguma atenção na adesão e participação dos munícipes nessas atividades.

Julgo que algumas delas se devem manter. Foram apostas felizes, as semanas culturais que este ano tiveram uma atenção muito especial virada para as comunidades para as quais emigramos e as de origem dos nossos emigrantes.

Acho que é de saudar uma ligação aos países que vão influenciar a nossa comunidade por serem pontos de origem de emigrantes e aqueles para onde nós resolvemos viajar quando precisamos de melhorar a nossa vida.

Infelizmente, a emigração está de novo a aumentar. Julgo que a aposta nesses países foi feliz. Talvez se devia pensar se o período de uma semana se justifica. Se calhar, por uma razão de racionalização de custos, a concentração no fim-de-semana ou nos fins-de-semana prolongados seria uma melhor aposta. No entanto, gostaria ainda de salientar que a ideia da escolha destes países me pareceu bastante boa.

Quanto à água: a Câmara tem feito investimentos avultados na captação e distribuição da rede de águas no concelho e, felizmente, apesar do verão seco, não houve falta de água nas casas; apenas alguma diminuição do caudal e da pressão.

Há aqui, na atividade, a referência à colaboração com o IROA na gestão das redes de água. É sabido que a água não faltou para o consumo público, mas faltou para a lavoura. Houve grandes diminuições de caudais de água para a lavoura e falta de qualidade em muitos desses pontos.

Pergunto se não pode haver colaboração da autarquia. Havendo água na Câmara, poderia haver transferência de um eventual excesso para colmatar as carências do IROA, uma vez que todas as entidades são públicas e o que importa é que a água não falte também à atividade económica e à agropecuária que mais proveito dá à nossa terra.

Gostaria também de saber como está o processo da TERAMB e dos métodos de tratamento de resíduos. O que nos foi dado a conhecer é que a dita empresa faz a gestão do aterro sanitário e ainda não temos dados acerca do início da atividade de tratamento e valorização de resíduos.

Sabemos que a comissão responsável continua a deslocar-se aos locais de origem à procura de fornecedores e de material para os procedimentos a dar, mas gostaria que nos pudessem fornecer mais alguma informação.

Outra pergunta recorrente em todas as Assembleias Municipais: hotel da marina, para quando?

Outra questão crónica: a antiga relva sintética do campo municipal de Angra continua no aterro sanitário à espera de novo uso ou reciclagem.

Uma última pergunta, porque já me estou a esticar: em consequência do protocolo que a Câmara fez com os militares para que houvesse nadadores-salvadores militares, gostaria de saber quais as zonas balneares do concelho em que os mesmos prestaram serviço.

**Sra. presidente da Câmara:** – Houve um conjunto de questões que não carecem de resposta, mas gostaria de esclarecer algumas delas porque, se calhar, não fui clara na intervenção inicial.

Houve uma total coordenação entre a autarquia, a EDA, a PT e todas as entidades que intervêm no subsolo para garantir o mínimo de limitações nas empreitadas que decorrem ao nível da rede viária.

Há uma informação imprescindível para as entidades que vão intervir: devem saber qual o empreiteiro com o qual contratualizámos os serviços. Na Av. Tenente-Coronel José Agostinho, a EDA só pôde iniciar o processo de contratualização depois de saber qual a empresa vencedora com quem tínhamos contratualizado aquela empreitada.

De qualquer forma, resolvemos avançar com o abate das árvores porque era um trabalho que competia à autarquia. Como já referi, a repavimentação do passeio e da rua, serão da competência da EDA.

Estas situações foram todas tomadas em conta, não só no processo das repavimentações asfálticas, como também nos processos das repavimentações da calçada. A EDA vai intervir em quase todas as estradas em que a Câmara Municipal fará a repavimentação.

São imprescindíveis os trabalhos de colaboração entre as duas entidades. Depois de conhecermos a empresa vencedora do concurso das calçadas, comunicámos a todas as entidades que vão intervir. Já tive 2 reuniões com todas essas entidades e os nossos colaboradores também têm prestado alguns esclarecimentos que vão sendo solicitados.

Quanto aos espetáculos de música clássica e ao aproveitamento do potencial dos nossos jovens, o espetáculo que ocorreu relacionado com os 477 anos da cidade de Angra não foi exemplar único. Penso que no decurso do mês de julho, esses mesmos jovens estiveram aqui com outros da escola Tomás de Borba, que foram considerados os melhores alunos do conservatório.

Antes de iniciarem uma digressão pelo grupo central, esses jovens deram um espetáculo aqui nos Paços do Concelho. Depois disso, na semana da Ucrânia, atuaram no jardim juntamente com outros jovens.

Temos ainda recorrido ao trabalho destes jovens para outras iniciativas que vamos desenvolvendo noutras alturas do ano, designadamente, no Natal.

No que diz respeito ao hotel da marina, o que sabemos é que o trabalho está a decorrer mas não temos datas para conclusão da obra.

Quanto aos nadadores-salvadores do Exército, eles estiveram presentes em muitas zonas balneares; sei que a Silveira e as Cinco Ribeiras foram 2 das zonas contempladas, mas houve outras. Os utilizadores dessas zonas mostraram-nos o seu agrado. Temos tido um bom feedback da população que utiliza essas zonas balneares.

Os frequentadores da Silveira queixaram-se que as crianças e jovens subiam e desciam as escadas constantemente e saltavam muito e esta situação foi evitada. Houve alguns desacatos controlados pelas pessoas que fizeram cumprir regras básicas mas muito importantes, como o cumprimento de horários de entrada e saída e outras funções que lhes foram atribuídas, além de sinalizarem ocorrências como alguns problemas de limpeza ocorridos no Negrito que foram apontados pelo nadador-salvador. Foi uma experiência muito positiva e tencionamos repeti-la.

Quanto à relva sintética, essa decisão ainda não está tomada. Vamos aproveitar a presença da OPSA, que é a empresa que está a fazer a recarga de borracha e está cá agora, para nos fazer a avaliação da qualidade do sintético e a possibilidade da sua reutilização.

Quanto às outras questões que colocou, designadamente da água e da colaboração com o IROA e da TERAMB, o senhor vereador Cota Rodrigues dará a resposta.

**Sr. d. m. Rómulo Correia:** – Exma. Sra. presidente da Câmara e restante vereação, Exmos. deputados municipais.

A junta de freguesia da Terra Chã queria congratular-se com a Câmara e os Serviços Municipalizados pelo investimento feito na parte da água entre a Igreja da Terra Chã e a Boa-Hora, assim como o asfalto e passeios que não existiam, o que melhorou muito aquela zona.

Queria alertar a Câmara e os Serviços Municipalizados para o facto de que os restantes arruamentos da Terra Chã também estão a necessitar de algumas intervenções porque estão a rebentar pelas costuras a nível de canalizações.

Gostaria de chamar também a atenção da senhora presidente que não vejo frisado aqui na atividade da Câmara Municipal, o convite da Junta de freguesia da Terra Chã para participar no Dia da Freguesia.

Também queria dizer que gosto muito que a senhora presidente da Câmara venha dizer aqui que vai fazer um pavilhão no Posto Santo e nas Doze Ribeiras (não tenho nada contra essas freguesias), mas também gostaria de a ver a anunciar, um dia, um pavilhão para a freguesia da Terra Chã, que foi um compromisso eleitoral da senhora presidente.

A Terra Chã é a freguesia com mais miúdos a participarem em FUTSAL; são mais de 100. Acho que nenhuma freguesia neste concelho, e se calhar nos Açores, tem tanta gente a participar em FUTSAL.

A Junta de freguesia da Terra Chã, ao nível dos clubes da freguesia, é sacrificada tanto ao nível dos transportes como ao nível financeiro.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, Srs. membros da Câmara.

Há um conjunto de pequenas questões que gostava de abordar. Desde logo, uma que, não sei se tem ou não a ver com a resposta do senhor presidente da junta há pouco, em relação à instalação do parque de campismo da Canada do Farol, uma vez que, na página 55 do Relatório de Atividades, se fala num registo de um terreno de 1 900 metros ou coisa que o valha, na Canada do Farol.

Não sei se isto tem algo a ver com essa situação, se esse parque de campismo é da competência da Câmara ou se está a ser instalado pelos serviços da Direção Geral dos Serviços Florestais ou da Secretaria do Ambiente como tinha sido indicado na última sessão. Não sei se é coincidência que isto apareça aqui. Pode não ter nada a ver e pode estar referenciado na zona do farol.

Por outro lado, gostaria de alertar a Câmara para os *timings* escolhidos para o abate das árvores na Av. Tenente-Coronel José Agostinho e para o estado do piso.

Infelizmente, neste verão viu-se muita gente a andar a pé por ali no meio da poeira e no meio das obras, incluindo turistas provenientes das unidades hoteleiras sedeadas no enfiamento da Av. Tenente-Coronel José Agostinho, a deslocarem-se a pé, sem sombras.

Felizmente, este verão, pelo menos no mês de agosto, foi bom em termos de sol. Pode não ter sido tão bom em termos de turismo, mas os que cá estiveram apanharam mais sol e poeira naquela rua, do que pretendiam, com todo o incómodo que isso pode causar para quem lá transita a pé, precisamente numa altura em que há mais trânsito a pé.

Estamos no último dia de setembro e não tem havido evoluções na recolocação de pavimento, nem no plantio das árvores. Pergunto se há alguma previsão para as duas situações, se estão dependentes da parte técnica.

Deve ser na próxima semana? Peço desculpa, tive que sair há pouco por causa de uma alergia que eu acho que é audível na minha voz.

Pela saída da sala, não sei se a senhora presidente chegou a responder à pergunta sobre os semáforos que eu tinha colocado no «Período de Antes da Ordem do Dia». Não sei se quer aproveitar e pôr essa bucha agora.

Em relação às Figueiras Pretas, pelo menos pelo especto da obra que lá decorre, parece que a questão do trânsito fica melhorada e salvaguardada mas há um aspeto para o qual alertámos em junho do ano passado na reunião da Assembleia Municipal da Serreta, que tem a ver com o escoamento das águas.

Não tenho que estar no meio de uma obra de empreiteiros porque é um risco de segurança para eles e para mim; por isso não sei se foram colocadas algumas canalizações subterrâneas. Para mim, o maior problema daquela zona não é o trânsito mas sim, o escoamento das águas pluviais. Esse problema era visível e aquele percurso foi encerrado por diversas vezes porque a água esguichava pelo meio do muro de pedra.

Nos últimos anos a água acumulava naquela zona e por diversas ocasiões derrubou o muro, quer de um lado quer do outro da rua, e inundou a rotunda cá em baixo. Não sei se alguém se recorda, mas essa rotunda, na primeira vez que foi pavimentada, ficou com um bocado de terra e erva na zona central e nos triângulos elevados onde estão colocados os sinais de trânsito.

Aqueles espaços foram retirados porque impediam que a água fluísse e descesse pela estrada do Pico da Urze, acumulando folhas e paus que saíam da ribeira, aumentando a inundaçãõ.

Para nós, esta continua a ser a preocupação mais importante e a que mais justificava a intervenção. É certo que o trânsito e os acidentes também são importantes mas a demora de 5 ou 10 minutos ao passar ali, embora faça diferença, é uma situação secundária quando confrontada com a situação do escoamento das águas que também pode afetar a segurança de uma residência cá em baixo ao pé da rotunda.

O Sr. presidente da junta de freguesia de S. Pedro sabe também que essa é uma situação muito complicada em termos de escoamento de águas que precisa de ser transformada em primeira prioridade.

Pegando nas questões já faladas sobre o lixo em algumas zonas balneares, a zona atrás da Silveira, assim como outras zonas da ilha, por exemplo, a Poça dos Frades, apresenta resíduos de lixo que não é depositado pelos utentes. O mar traz muito lixo que, muitas vezes, provém das ribeiras ou de barcos.

Muito do lixo que se vê na nossa orla costeira foi nitidamente transportado pelo mar. Não foi desleixo de nenhum banhista, mas sim por ação das correntes e das marés.

Não sei se a limpeza compete aos Serviços Municipais, às Obras Públicas ou à Polícia Marítima. Não sei se estão especialmente sensíveis para essa limpeza e para prestarem maior atenção em relação a esses aspetos. Não custa nada deixar a sugestão para que isso seja alvo de uma atenção da Câmara ou das entidades competentes nessa matéria.

Em relação aos equipamentos municipais desportivos, não são só os pisos sintéticos que precisam de alguma recarga. Penso que alguns dos equipamentos eletrónicos de sinalização das atividades desportivas, nomeadamente no pavilhão municipal, também estão a precisar de alguma melhoria no seu funcionamento. Sou eu que estou a transmitir esta informação para ver se recuperamos algum do tempo perdido anteriormente.

Houve aqui mesmo ao lado uma redução de zona de estacionamento tarifado, para colocação de uma zona de cargas e descargas. Suponho que isso tenha sido feito de acordo com o que está previsto na regulamentação aprovada em sede da Assembleia Municipal e no âmbito das competências previstas.

Esta redução do espaço de parquímetro para uma zona de cargas e descargas, onde é proibido estacionar, aqui mesmo à porta, não é preciso vir à Assembleia Municipal. Foi aprovado em reunião de Câmara, está dentro do que o regulamento aprovado na Assembleia Municipal prevê. Não duvidei disso, mas perguntar não custa e a questão deve ser levantada aqui e não noutros espaços.

Finalmente, uma questão curta sobre a escola de Santa Bárbara, à qual não é feita qualquer referência no presente documento apresentado pela Câmara. Pergunto se houve alguma resposta formal da Secretaria aos ofícios e contraproposta apresentados pela Câmara e, em função da resposta, se a mesma ponderou uma alternativa para a Sede dos escuteiros prevista para a antiga escola.

**Sr. d. m. Francisco Barros:** – Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente, Srs. e Sras. vereadores.

De uma forma muito sintética, gostaria de referir alguns dos destaques aqui apresentados nomeadamente, a assinatura do acordo de geminação com a cidade de Porto Novo na sequência de uma deliberação aprovada por esta Assembleia, cujo simbolismo se prende, direta ou indiretamente, com o programa «Angra em festa».

Angra, enquanto cidade, tem permitido uma rota e uma troca de experiências de diferentes partes do mundo e diferentes culturas que se espelham, não só neste acordo de geminação, como nas semanas temáticas, independentemente de o modelo ser mais ou menos discutido em termos da sua duração, etc.

Importa realçar também toda a programação que permitiu dar animação à cidade e às freguesias durante o período de Verão. Fica apenas uma sugestão, para que se alargue o

âmbito musical, embora a música clássica apresentada em espaço aberto, muitas vezes careça de outras condições.

Independentemente disso, poderia haver outros espaços onde as iniciativas de natureza cultural ou musical se possam prolongar. A Praça Velha e a zona do Porto das Pipas poderiam também ser dois espaços para a realização de iniciativas inseridas no programa «Angra em festa».

Fica apenas esta sugestão. Fiz um bocadinho de batota e aproveitei este espaço para as perguntas que não pude fazer no período anterior. Muito obrigado.

**Sra. d. m. Carla Terra:** – Bom dia Sr. presidente, Sra. presidente da Câmara, Srs. deputados.

A minha intervenção tem a ver com a posição financeira da Câmara de Angra, uma vez que faz parte do Ponto 1.1.

Não sei se é falha do meu CD, mas não tenho nenhum mapa que nos permita ver um balanço da situação patrimonial da Câmara no que toca a dívidas a terceiros. Os mapas de que dispomos são mapas de posição da despesa e da receita. Gostaria de ter mais informação da posição patrimonial desta Câmara.

Relativamente aos mapas de execução da receita, gostaria de saber o que se passa com a dotação da receita com projetos cofinanciados pelo PROCONVERGÊNCIA, uma vez que estavam dotados quase 9 000 000€, faltando cobrar 7 000 000€. Estes 9 000 000€ representavam 35% da receita desta Câmara. Se não se conseguir cobrar esta receita não se conseguirá fazer despesa.

Do lado da despesa, vemos que foram estabelecidos compromissos de 9 300 000€ mas ainda só foram faturados 5 600 000€. Gostaria de saber porque é que ainda estão por faturar 3 700 000€.

**Sr. d. m. António Toledo Alves:** – Bom dia Sr. presidente, Exma. Câmara, caros colegas deputados.

Esta minha primeira intervenção vem no sentido de me congratular com o processo de construção do pavilhão do Posto Santo. Aquela obra leva um atraso grande que se deve a uma deficiência por parte de um dos gabinetes projetistas desta terra. O primeiro projeto não estava correto, o que fez com que a obra só avance agora.

Estou de acordo com o Rómulo Correia. Vamos abranger, para já, 118 atletas na freguesia do Posto Santo dos quais 80% são dos escalões de formação que têm vindo a aumentar; isto na área de FUTSAL, sem contar com mais 35 da dança desportiva.

Gostava de colocar uma pergunta à senhora presidente relacionada com as freguesias do Posto Santo e Terra Chã. Gostaria de saber qual o ponto da situação da ligação da Canada da Talhinha à Boa Hora.

Sobre a questão da segurança que foi aqui falada e fazendo eu, parte do Conselho Municipal de Segurança, muito se tem falado a respeito da segurança e bem-estar dos nossos habitantes. Isso tem sido demonstrado nesse Conselho e debatido nalguns encontros que temos tido ao nível das freguesias. Muitas vezes deparamos com uma lei de justiça deste país que limita certas situações.

Nas nossas freguesias, as delinquências provocadas pelo álcool e drogas são cada vez mais preocupantes, chegando ao ponto de assassinatos bárbaros. Os colegas das freguesias têm-no demonstrado.

Também tem sido demonstrada grande preocupação aqui nestas reuniões mas há que fazer algo mais por parte das entidades responsáveis. Espero que os governantes tenham isso em atenção em vez de se preocuparem com o livro verde e com a extinção de freguesias que representam 0,1% do Orçamento de Estado.

**Sr. d. m. Jorge Belerique:** – O meu apontamento não tem nada a ver com a pertinência do corte das árvores, mas sim com a forma como esse corte foi feito e com questões de segurança no trabalho que hoje em dia são incontornáveis.

O abate daquelas árvores foi feito com motosserras, um dos instrumentos de trabalho mais perigosos que existem, quer para o operador, quer para quem esteja nas proximidades. Por isso é fundamental que se utilize um equipamento base de segurança que está definido.

Assisti ao corte de algumas daquelas árvores e verifiquei que as regras básicas de segurança não estavam a ser cumpridas porque os operadores não dispunham de nenhum desse equipamento. Para além da segurança do próprio operador, é passada uma má imagem para o exterior porque os serviços públicos devem ser os primeiros a pugnar para que estas normas sejam cumpridas.

Talvez a Câmara até tenha esse equipamento de segurança. Se não o tem, esta minha intervenção é um contributo para que diligencie no sentido de o adquirir porque estas são questões básicas e só nos lembramos delas quando acontece alguma coisa, podendo já ser tarde demais.

**Sra. presidente da Câmara:** – Vou responder a algumas questões e o senhor vereador Francisco Cota Rodrigues responderá às restantes.

Não percebi muito bem a questão relacionada com o Dia da Freguesia da Terra Chã. Eu não poderia estar presente porque, como o senhor bem sabe, estava de férias, mas o senhor vice-presidente esteve presente no dia 6 de setembro conforme proposta do senhor presidente de junta por ser o dia mais indicado.

Se não consta da lista, trata-se de um lapso de quem a elaborou porque marcou-se presença em muitos eventos e é natural que algo tenha falhado porque a lista é longa.

Quando acontecem comemorações simultâneas em 2 freguesias, eu desloco-me a uma, o senhor vereador Cota Rodrigues a outra e a senhora vereadora Raquel ainda poderá participar noutra qualquer evento.

Quanto ao trânsito e escoamento de águas nas Figueiras Pretas, já tinha abordado esta questão na apresentação da proposta e também no documento apresentado em reunião de Câmara. Estas questões estavam devidamente esclarecidas.

Aquela intervenção resolve 4 tipos de problemas: fica resolvida a segurança e a circulação viária porque teremos uma faixa de rodagem de 5 metros, serão criados lugares de estacionamento ao longo de toda a faixa de intervenção e ficará também resolvida a questão das águas pluviais, caso tenhamos sido bem aconselhados.

Optou-se pelo escoamento de superfície e depósitos sumidouros visto que poderá ser grande, a deposição de resíduos naquela encosta.

Haverá também intervenção na rede de águas, sendo toda ela substituída por uma rede especial com a criação de ramais. Com aquela intervenção ficam resolvidas 4 questões.

Quanto à sinalização eletrónica do pavilhão municipal, não sei se haverá algo a reparar. Decerto que essa questão terá sido comunicada ao coordenador do pavilhão por parte das equipas e deverá a ser tratada. Vou inteirar-me da situação.

No que diz respeito à questão da ligação entre a Canada da Talhinha e a Boa Hora, colocada pelo senhor presidente da junta do Posto Santo, como sabe, o troço que foi possível acordar com os proprietários dos terrenos é diferente do que consta do Plano Diretor Municipal.

Houve a necessidade de requerer a alteração do troço à vice-presidência do Governo Regional e procedeu-se à elaboração do respetivo projeto da empreitada, que já foi adquirido. A obra poderá ser iniciada por via direta ou através de delegação de competências, logo que estas questões estejam ultrapassadas.

Quanto à escola de Santa Bárbara, na sequência das diligências efetuadas junto do Governo Regional no decurso desta semana, foi possível apurar que ocorrerá proximamente uma reunião com a senhora secretária da Educação e Formação no sentido de adequar o programa funcional a uma escola do 1º ciclo, pré-escolar e equipamento desportivo.

À partida, a reunião decorrerá na próxima semana para que se defina o programa funcional no âmbito da reformulação da Carta Educativa Regional. É a informação de que dispomos no momento.

No que toca aos semáforos, trata-se de uma avaria que está a ser tratada pela entidade responsável, a Secretaria Regional dos Equipamentos.

O senhor vereador Cota Rodrigues, para além de referir algumas questões associadas a escoamentos pluviais nas Figueiras Pretas, responderá também a outras questões relacionadas com a TERAMB, com as águas e com o IROA.

**Sr. vereador Francisco Cota Rodrigues:** – Em primeiro lugar gostaria de agradecer as palavras amáveis proferidas pelos senhores presidentes das juntas de freguesia da Serreta e da Terra Chã por não ter havido falta de água este ano, apesar de o verão ter sido particularmente seco.

De facto, a água não faltou e mantivemos a sua qualidade, um aspeto importante nestas circunstâncias, em que normalmente se ligam furos, mantendo-se a sua exploração por períodos prolongados de tempo o que provoca problemas de dessalinização.

Este ano resolvemos um problema com o novo furo da Achada e conseguiu-se manter a qualidade da água, sobretudo na zona do centro de Angra e Caminho de Baixo até S. Mateus.

Vou responder em primeiro lugar às questões levantadas pelo senhor deputado municipal Luís Rendeiro. Prosseguimos com o processo de renovação de redes a decorrer no nosso concelho, incidindo agora na zona da Boa Hora/Terra Chã. Como sabem, a rede estava obsoleta, a água faltava com muita frequência e havia avarias de 2 em 2 dias porque a rede não suportava as pressões regulamentares.

Não tenho quaisquer informações de diminuição de caudais. As pressões de água são regulamentares e dentro do que está definido pela lei. No caso da Canada dos Folhadais, a pressão encontrava-se a 8, muito acima da pressão regulamentar. As pessoas tinham os esquentadores e outros aparelhos utilizadores de água, programados para esse tipo de pressão manifestamente exagerada, quer para a rede pública, quer para as habitações.

Se calhar, algumas das queixas resultaram da regulação e diminuição da pressão mas as pessoas resolveram o problema reajustando os aparelhos para a nova pressão.

O facto de não ter havido falta de água, sobretudo no verão, teve reflexos imediatos na ETAR que costumava exalar maus cheiros nessa altura do ano e este ano isso não aconteceu. Se calhar, poderíamos ter evitado uma indemnização de 600 000€ que demos a vários municípios devido a coisas mal dimensionadas.



TERAMB: como está referido no relatório, finalizámos o dossier de candidatura ao projeto comunitário POVT que já foi entregue, está em análise e estamos à espera de uma resposta. O montante ultrapassa claramente os 25 000 000€ e estamos à espera de um financiamento de, pelo menos, 85% para levarmos avante a solução para os resíduos que todos já conhecem.

Optámos por um processo de gaseificação, a «Pirólise». Ainda não temos esse aspeto bem sedimentado, mas seguiremos esse processo de gaseificação devido a problemas de escala. Não temos escala suficiente para incinerar como acontece em S. Miguel por isso optaremos por uma tecnologia que exige menos quantidade de resíduos e que nos traz vantagens do ponto de vista ambiental em relação à incineração porque a produção de gases é muito menor.

Quanto ao IROA, temos um acordo com aquela entidade. São eles que pagam, mas cabe-nos a manutenção das redes e vendemos-lhes água quando nos solicitam.

Também não tenho informações de que tenha faltado água à lavoura. Poderá ter sido encerrado um ou outro posto, mas não tenho qualquer informação relativa à falta de água.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Não houve solicitação por parte do IROA?

**Sr. vereador Francisco Cota Rodrigues:** – Não houve solicitação do IROA porque nunca houve falta de água. Chegámos a colocar a hipótese de fornecer água à lavoura através de um dos nossos furos de água em S. Mateus que trabalhou apenas 6 horas durante todo o verão, caso a seca se prolongasse por muito mais tempo. Felizmente houve umas chuvadas no final de agosto e no princípio de setembro e a situação regularizou-se.

Respondendo às questões do Sr. deputado Nuno Melo Alves sobre as Figueiras Pretas, como sabe, ali o escoamento era muito perigoso porque havia paredes altas de encosto como são conhecidas.

Essas paredes têm problemas de escoamento de águas no inverno, correndo o risco de desabarem. Esse problema ficou resolvido com a sua remoção e a construção de rampas. Assim, deixou de existir perigo para a circulação.

Optou-se pelo escoamento superficial por uma razão muito simples: toda aquela zona das Figueiras Pretas, sobretudo a rua Capitão d' Ávila, localiza-se numa antiga linha de água que foi ocupada há centenas de anos. Há ali casas muito antigas, como por exemplo, o Paço Episcopal.

Há ali uma antiga ribeira que muitas vezes não funciona. O deputado Nuno Melo Alves referiu-se a uma casa que fica em cima de uma linha de água. Nestas coisas temos que ser diretos e claros: as linhas de água não podem ser desviadas. A casa é que não deveria ter sido construída ali. Não sei se é muito antiga mas é um problema herdado e está em cima de uma linha de água.

Optou-se por um escoamento superficial porque é mais seguro, com acesso direto e de fácil manutenção. O escoamento subterrâneo pode entupir devido aos detritos arrastados pela água.

Dada a existência desta linha de água, optou-se pela solução mais segura e mais barata: o escoamento superficial. Foram ainda construídos desde o início da nova estrada, vários poços sumidouros para a diminuição dos caudais.

Quanto ao lixo na orla costeira, é evidente que ele não cai do céu; alguém é responsável para que ele dê à costa. Moro numa zona onde também chega muito lixo à costa e, pelas informações que tenho, ele é produzido cá.

Gostaria de deixar aqui 2 notas porque as pessoas falaram nisso várias vezes. Existe o hábito de se apontar o hábito a quem limpa, mas julgo que é mais importante apontar o dedo a quem suja.

A responsabilidade pela limpeza no local onde vivemos não cabe aos Serviços Municipalizados, mas sim, a todos. Todos temos responsabilidades. Muitas vezes vemos as pessoas a prevaricarem e voltamos a casa sem dizermos nada. Quando se vê situações de prevaricação, deve-se chamar à atenção a quem prevarica por que é uma responsabilidade coletiva.

**Sra. d. m. Anabela Gomes:** – Sr. presidente e membros da Mesa, Sra. presidente da Câmara e Srs. vereadores, Srs. deputados e presidentes de juntas de freguesia, bom dia a todos.

Gostaria de deixar aqui algumas reflexões, uma delas em relação às árvores de Angra. Sugeriria que se colocassem árvores endémicas ou autóctones na Av. Tenente-Coronel José agostinho.

Encontrei 2 resistentes ao vento e à salinidade que considero interessantes para aquela zona. O dragoeiro maduro, que é uma árvore espetacular e o azevinho; são bonitas, de bom porte e com boa dominância apical em que as podas são desnecessárias.

No entanto, temos sempre um problema porque não temos plantio com dimensões. Se calhar, os munícipes estariam dispostos a esperar algum tempo para que essas árvores crescessem e atingissem um porte adequado; seria muito mais interessante do que comprarmos árvores lá fora que nada têm a ver com os Açores. Se não optarmos já pelas endémicas, Angra nunca terá árvores bonitas. Estamos a comprar árvores lá fora que não são muito interessantes.

Foi aqui referida uma questão sobre o fornecimento de água aos lavradores. Abrem-se furos, mas os aquíferos têm que ser repostos. Isto não é uma fonte ilimitada de água. Se houver 3 ou 4 anos mais secos, estes furos poderão ter falta de água.

O fornecimento de água à lavoura tem que ser equacionado de outra maneira, sobretudo com água de superfície, aproveitando a das ribeiras e armazenando-a de alguma maneira.

Esta questão preocupa-me e já falei dela publicamente por várias vezes. As salas fixas de ordenha estão a aumentar, o número de estábulos também vai aumentar e essas estruturas necessitam de mais água para a sua limpeza do que uma sala de ordenha móvel ou vacas nas pastagens. A agricultura vive uma crescente necessidade de água.

Quando os lavradores fazem projetos, devem pensar também na água e não ficarem à espera que haja sempre um fornecimento público. Antigamente utilizavam-se cisternas.

Existem várias formas de os lavradores tornarem mais sustentáveis os estábulos ou salas fixas de ordenha, entre elas, o aproveitamento da água dos telhados através do seu armazenamento em cisternas.

Assim, durante o verão, o lavrador poderá ter água com pressão e com mais qualidade do que certas águas das lagoas como a do Cabrito que, como toda a gente sabe, não tem qualidade porque as gaivotas andam lá o ano inteiro a sujar, provenientes do aterro sanitário.

Toda a gente sabe que aqueles projetos são subsidiados em grande parte. Com mais uns pozinhos que se aumentam aqui e acolá, o investimento fica de graça.

Tem que se pedir aos senhores engenheiros para que, quando fizerem um projeto de um estábulo ou de uma sala fixa de ordenha, considerem também o armazenamento de água. Se a água armazenada durante o verão não for suficiente, o lavrador poderá acabar de encher a cisterna no inverno e assim, ter água de qualidade.

Isso é algo que terá que ser equacionado. Se continuarmos a extrair demasiada água dos furos, um dia só teremos água salgada em casa porque os furos podem tornar-se salinos.

Chamaram-me à atenção para outra coisa: parece que agora vão fazer um pavilhão em S. Bartolomeu; sou contra tantos pavilhões porque não têm a utilização que deveriam ter.

Estavam a falar que só o projeto custa 110 000€. Pergunto se terá que existir um projeto autónomo para cada um ou se um só não poderia servir para 5 ou 6 pavilhões. Se assim fosse, poupar-se-iam 110 000€ por cada pavilhão.

Será que cada pavilhão tem uma especificidade tão grande que necessite de um projeto próprio? Não sou especialista no assunto mas gostaria de saber se não haverá uma maneira de se evitar essa despesa como se faz com essas casas de renda económica em que se vai aos Serviços e escolhe-se um projeto já elaborado que sai muito mais barato porque já está feito.

Poderia optar-se por uma solução semelhante para os pavilhões, poupando-se todo esse dinheiro. Bem sei que queremos continuar com as infraestruturas, mas cada vez temos menos dinheiro.

Temos que optar por manter as estruturas com qualidade por menos dinheiro porque não é só fazê-las; é preciso também mantê-las, vendo onde podemos poupar. Podia criar-se um projeto bem pensado que servisse para a construção de vários pavilhões.

**Sr. d. m. Guilherme Melo:** – Imbuído do espírito de participação invocado pelo ilustre colega de bancada Manuel Conde, queria lembrar à senhora presidente da Câmara a estrita necessidade de pintura das passadeiras para peões junto ao santuário da Conceição e em frente ao snack-bar «Petiskaky» na Praça Almeida Garrett.

Sou um frequentador diário daqueles espaços e constato que aquelas passadeiras já mal se conseguem ver. Aquilo é um perigo para qualquer peão que ali atravesse. Seria bom que a Câmara pudesse resolver rapidamente aquele problema.

**Sra. presidente da Câmara:** – Gostaria de responder às questões colocadas pela senhora engenheira Anabela Gomes respeitantes à sua sugestão de plantio na Av. Tenente-Coronel José Agostinho.

Antes do abate das árvores naquela avenida, pedimos ao engenheiro Paulo Barcelos dos serviços da autarquia que fizesse uma avaliação das alternativas possíveis em árvores resistentes ao vento e à maresia e, principalmente, com raízes que crescessem em profundidade.

Foram apresentadas 2 alternativas mas, no caso de uma delas, as árvores não possuíam raízes com crescimento em profundidade, tendo-se optado pela aquisição de amoreiras por já estarem devidamente testadas no Alto das Covas. Não ficámos muito agradados com a alternativa por se tratar de uma árvore vulgar e de uma beleza relativa, mas cumpria os requisitos exigidos.

Mais tarde, em conversa com a engenheira Anabela Gomes, colocou-se a hipótese dos azevinhos e agora também teremos em conta os dragoeiros, dando prioridade às endémicas, à semelhança do que fizemos no Fanal.

Quanto aos pavilhões, desconheço qualquer projeto para S. Bartolomeu que tenha custado 110 000€. Penso que isso consta de uma delegação de competências efetuada com a junta de freguesia em que, se não estou em erro, o valor do projeto não ultrapassa os 15 000€.

Quanto ao projeto comum para várias finalidades, à semelhança do que aconteceu com o Plano dos Centenários, em que as escolas eram todas iguais, ou do que se faz com a habitação social em que as casas também são todas iguais, é óbvio que são opções economicamente mais vantajosas. Isso funciona em determinadas circunstâncias.

Em relação aos pavilhões que temos em curso, as questões têm que ser avaliadas de forma isolada por diversas condicionantes. Pela especificidade da sua localização, o pavilhão do Posto Santo será construído num espaço bastante restrito nas imediações da escola e, devido a uma utilização mais intensiva ao nível do FUTSAL, foi necessário um projeto autónomo.

O pavilhão das Doze Ribeiras tem características diferentes. É mais multifuncional e menos exigente em termos financeiros. Necessitou de um projeto mais diferenciado por se destinar à prática desportiva mais diversa.

O de S. Bartolomeu é um pouco semelhante ao das Doze Ribeiras. Contudo, destina-se também à dança desportiva. Por estas razões, os pavilhões tiveram que ser pensados individualmente.

Isso pode funcionar. De qualquer forma, o custo de qualquer um destes projetos rondou os 15 000€ e não os 110 000€ que equivalem ao valor de meio pavilhão das Doze Ribeiras se tudo correr bem.

Em resposta ao senhor deputado Guilherme Melo sobre as passeadeiras de peões, consta do Plano e Investimentos da autarquia para este ano, a pintura e sinalização horizontal de vários arruamentos do concelho adjudicada por um valor aproximado de 40 000€, mas não engloba aquelas pinturas que serão feitas após a pavimentação daquele espaço como consta do pacote 3. Não vamos pintar agora porque, daqui a pouco tempo, faremos a intervenção de toda aquela zona desde a Guarita até S. Bento, envolvendo também aquela praça.

A senhora deputada Carla Terra colocou um conjunto de questões de natureza financeira e orçamental, uma delas, relacionada com um pedido de informação patrimonial que habitualmente não é prestado nas reuniões ordinárias da Assembleia Municipal, mas sim, na prestação de contas. De qualquer forma, não teremos qualquer problema em facultar-lhe a informação disponível até à data.

Peço desculpa, mas tenho que repetir para que fique registado em ata. Outra das questões colocadas pela senhora deputada Carla Terra tem a ver com a execução dos fundos comunitários. A execução da receita está intimamente ligada à execução da despesa.

Um dos maiores investimentos previstos no orçamento deste ano, e que está em curso, é a escola da Ribeirinha, já candidata a fundos comunitários. Como sabem, houve uma reavaliação do projeto que levou a que fossem executados trabalhos «a mais» e «a menos». Os trabalhos «a menos», foram de maior valor do que os «a mais», o que condicionou o prazo da empreitada que se prevê terminada no próximo ano. Menos execução de despesa, menos execução do PROCONVERGÊNCIA. É esta, a lógica.

Temos compromissos e valor faturado. O que está comprometido decorre de um contrato assinado que pode servir para fornecimento de bens ou empreitadas. Pode estar comprometido pelo valor global do contrato o que não quer dizer que, até ao final do ano, o valor faturado não corresponda ao valor comprometido. Normalmente é inferior ao valor comprometido.

Uma das questões que a senhora deputada também colocou tem a ver com as dívidas a fornecedores e com o prazo médio de pagamentos da autarquia. Como se pode ver por aproximação, na execução da despesa e da receita que é apresentada, temos tido uma margem de segurança ao nível da receita e na correspondente execução da despesa, exatamente para não termos problemas de tesouraria.

Quer dizer que os nossos pagamentos a fornecedores estão a ser feitos dentro do prazo limite, alguns até antes, nomeadamente os que se referem às grandes empreitadas. Pode obter essa informação, entrando em contacto com qualquer fornecedor da autarquia.

Temos um prazo médio de pagamentos de 60 dias, até inferior em algumas circunstâncias, como foi o caso do último trimestre do ano passado devido ao pagamento de faturas de grandes empreitadas.

**Sr. d. m. Luís Alberto Costa:** – Exmo. Sr. presidente da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, caros colegas deputados municipais.

Voltando ao assunto da segurança nas freguesias, está-se a badalar muito sobre o que aconteceu na freguesia de S. Bartolomeu. Faço minhas as palavras do doutor António Maio; concordo com o que ele disse.

Como presidente de junta, preocupo-me imenso com a questão da segurança na freguesia, fiz o propósito de solicitar o policiamento para S. Bartolomeu há 3 anos consecutivos, uma vez que começou a existir droga e variadíssimos roubos.

Quando aconteceu esta tragédia bárbara em S. Bartolomeu contactei de imediato a PSP e a GNR através de ofício, solicitando e vincando novamente o policiamento de proximidade para que fizessem rusgas pelos locais mais frequentados da freguesia, o que seria um trabalho fácil por se tratar de casos isolados. Assim conseguiriam controlar a situação a fim de se evitar situações semelhantes no futuro.

Estou a tentar levar mais policiamento para S. Bartolomeu. Às vezes é difícil conseguir um *feedback* por parte da Polícia de Segurança Pública. Como o doutor António Maio faz parte do Conselho de Ilha, pedia-lhe que fizesse força e também tentasse mais policiamento para a freguesia, porque ele é necessário.

Peço também à senhora presidente da Câmara que faça alguma pressão junto da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana.

S. Bartolomeu não é uma freguesia violenta. É uma freguesia boa, pacata e um sítio bom para se viver. As pessoas estão a radicar-se em S. Bartolomeu. De acordo com os últimos CENSOS, foi a freguesia que mais cresceu. Em 10 anos, foram ali construídas 100 casas.

S. Bartolomeu não é o «Casal Ventoso»; é uma freguesia como todas as outras. Existe droga em S. Bartolomeu como existe na Terra Chã, no Posto Santo ou em qualquer outro lado. Ela está toda espalhada. O que é preciso é controlar toda esta situação para se evitar casos como este que também podem acontecer noutra freguesia qualquer.

Isto já foi solicitado às autoridades competentes. Não sou eu que tenho que vestir uma farda da polícia. Há autoridades para isso.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Vou fazer uma intervenção breve relacionada com as palavras da senhora deputada Anabela Gomes acerca do sector agrícola.

Às vezes cai-se um pouco no erro de diabolizar alguns dos problemas do sector agropecuário da nossa terra mas nunca nos devemos esquecer que a riqueza que cá se produz tem 1 pilar fundamental que é a agropecuária e 2 pilares mais pequenos que são as pescas e eventualmente, o turismo. Bem queremos que assim seja mas, enquanto os transportes forem o que são, jamais teremos turismo em condições e de qualidade.

A agropecuária nesta terra tem muitas dificuldades. Devemos ser tolerantes porque é aí que se produz riqueza e tudo o resto, são serviços.

A lavoura está a sofrer uma grande transformação. Tem havido inúmeras empresas agrícolas a fechar portas devido às dificuldades que decorrem de qualquer atividade empresarial, enquanto outras, com maior organização e capacidade, estão a crescer.

Verifica-se uma diminuição brutal do número de empresários agrícolas com a manutenção do número de animais. Acontece que há menos e maiores explorações com um maior impacto ambiental.

Temos alguns problemas de poluição, sobrecarga de solos e pragas como os roedores, os pombos e as gaivotas. Há mais alimento concentrado e disponível, mais exigências de água, como já foi aqui dito, mas também tem havido, como nunca, uma abundância de fundos comunitários destinados ao sector, que têm permitido todo o tipo de projetos e manobras para a obtenção do financiamento dos projetos.

Sem querer fazer considerações de carácter legal, tem sido muito fácil inflacionar projetos e transformar um financiamento de 80% num financiamento de 100%, o que coloca uma responsabilidade ainda maior nos técnicos da Secretaria Regional da Agricultura que devem fiscalizar, aprovar os projetos e fazer cumprir a lei.

Colocar nos lavradores (com a instrução que têm, uns mais, outros menos) o ónus dos problemas da lavoura é desresponsabilizar quem tem a função de fiscalizar, aprovar os projetos, fazer cumprir o que está legislado e garantir a segurança alimentar, a segurança ambiental, o bem-estar animal e todas essas questões que, cada vez, têm mais importância nos dias de hoje.

Ao que sei, os projetos e o seu financiamento têm um enquadramento legal bastante restrito e o que importa é que se faça cumprir as leis. Não me parece que tenha havido muito cuidado no cumprimento de todas elas.

Tem havido e bem, algum cuidado em incentivar novos projetos e a modernização da agricultura mas terá que haver alguma preocupação no que diz respeito às águas residuais, escoamentos, fossas e à captação de águas fluviais. Aí, a responsabilidade não é do lavrador; o que ele pretende é facilitar a sua vida e gastar menos dinheiro. O técnico que faz a fiscalização e é responsável para que aquele projeto seja seguro a todos os níveis e tenha o devido enquadramento legal, tem muito mais responsabilidade que o agricultor.

**Sr. presidente da Mesa:** – Vamos interromper os nossos trabalhos para almoço e recomeçaremos impreterivelmente às 14 Horas. Espero que sejam pontuais.

Já agora, à semelhança do que aconteceu na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, queria agradecer o incómodo da presença da RTP Açores... Podem olhar à vontade que não a encontram!

### *Interrupção dos trabalhos para almoço.*

---

### *Continuação dos trabalhos após o almoço.*

**Sr. presidente da Mesa:** – Vamos recomeçar os nossos trabalhos. Peço desculpa por este meu atraso de um quarto de hora, mas tive que ir saber como estava o vulcão da ilha El Hierro que pode trazer consequências se acontecer a erupção naquela região das Canárias.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Uma pequena nota ainda a propósito das águas na zona das Figueiras Pretas, na rua Capitão João de Ávila. Concordo com a posição da Câmara e penso que os sumidouros poderão ajudar a resolver, mas não é demais lembrar que se trata de uma zona de risco, que, se calhar, deveria constar da Carta de Risco da Câmara.

Há uns anos, a Secretaria Regional do Ambiente anunciou que iria fazer uma Carta de Risco para que fossem tidas em conta, limitações construtivas na região autónoma dos Açores devido aos sismos, questões pluviais e outros.

Se calhar, o concelho de Angra também tem a sua e devia desenvolver ações no sentido de evitar alguma construção naquela zona, porque temos 3 escolas ali ao pé, se contarmos com a Universidade dos Açores. É uma zona para onde se escoia muita água à superfície.

A nossa preocupação é que tenha sido essa, a primeira prioridade e não o trânsito que também é importante em termos de segurança. É algo assustador, ver-se a rua Capitão João d' Ávila com água pela altura dos joelhos. A baía do Fanal fica castanha devido às águas que escorrem para ali até à zona do hotel.

**Sr. d. m. José Cipriano Martins:** – Sr. presidente, Sra. presidente da Câmara, Srs. deputados.

Vou referir-me ao crime de S. Bartolomeu, subscrevendo o que disse o senhor presidente da junta. Quando vemos as barbas do nosso vizinho a arder, o melhor é pôr as nossas de molho.

Ele referiu que S. Bartolomeu precisa de mais polícias. Concordo, mas espero que não fiquem só em S. Bartolomeu. Podem ir até às Cinco Ribeiras porque muitos desses drogados, (é esse o nome que se lhes deve chamar), que, não só se vão drogar para lá, como também assaltam casas. Esse problema não é só de S. Bartolomeu.

Gostaria de acrescentar mais um pormenor que me parece muito importante: um desses rapazes com 16 anos estava a trabalhar para a junta de freguesia das Cinco Ribeiras. Não vou censurá-lo por estar a trabalhar para as Cinco Ribeiras; o que me parece é que é preciso mais do que polícia.

Este rapaz, um pequeno que não teve pai, não tem mãe, não teve ajuda de lado nenhum. Se a Segurança Social não olhar por estas situações, vamos ter muitos mais casos destes, embora eu ache que tenha sido um crime bárbaro que não se resolve só com polícia.

**Sr. d. m. Jorge Belerique:** – Queria solidarizar-me com a proposta da senhora engenheira Anabela Gomes de que o uso das espécies autóctones passe a fazer parte da política de arborização dos espaços públicos do concelho. Acho que às vezes, investimos imenso na aquisição de espécies provenientes de outros locais e todos teríamos a ganhar com o uso das nossas próprias espécies.

É certo que, durante muitos anos, não se conseguiu produzir estas espécies cá na ilha, mas neste momento existe um viveiro florestal específico para a produção destas espécies, fazendo-se a engorda de algumas.

Se a Câmara Municipal aceitasse este tipo de propostas, poderia ter um *stock* de plantas de engorda nos seus viveiros para as utilizar quando fosse necessário.

Às vezes, estas coisas passam-nos um pouco ao lado. São espécies nossas que estão adaptadas e que trariam uma vantagem muito grande: o custo seria substancialmente inferior ao da aquisição de plantas acabadas, a outros viveiros, em que, por vezes, o custo é bastante considerável. Dou ênfase à proposta da engenheira Anabela porque todos temos a ganhar.

**Sr. presidente da Mesa:** – Se me é permitido, faria 1 ou 2 perguntas ao senhor engenheiro. Como referiu, há plantas endémicas que estão a ser engordadas nos viveiros. Estarão em condições de ser plantadas já ou podemos correr o risco de as colocarmos demasiado pequenas e termos uma grande quantidade de gente contra o processo?

Outra questão: deveremos engordar as tais amoreiras um pouco mais e colocá-las ali, daqui a um ano ou ano e meio?

**Sr. d. m. Jorge Belerique:** – Não me referi àquela situação em particular, mas sim, em termos de plantações e arborizações genéricas no concelho. Naquele caso, as plantas ainda não estão em condições de irem para ali.

Tentei generalizar e dar algumas sugestões em termos futuros. O viveiro atual é do Governo Regional e está preparado para o uso destas espécies em arborizações florestais. Como já começam a existir algumas solicitações, por iniciativa nossa, começámos a fazer a engorda de algumas.

Se houver pedidos das Câmaras ou de outras entidades, penso que poderá existir uma união de esforços no sentido de termos um conjunto destas espécies em engorda, que estejam lá para quando forem necessárias.

Não lhe posso garantir que estejam prontas para aquele espaço para amanhã ou para o próximo ano, mas acho que se deveria pensar nesta situação em termos de política de arborizações.

**Sr. presidente da Mesa:** – Estou de acordo. No entanto, coloca-se a questão: não se deve estabelecer um consenso, o mais amplo possível, no sentido de se esperar mais algum tempo para que se resolva esta questão em definitivo, em vez de, precipitadamente se colocar ali uma arborização que não se possa retirar *a posteriori* por estar já em crescimento?

A questão do senhor deputado é igual à da senhora deputada Anabela Gomes e parece-me que faz todo o sentido mas, nestas coisas, é necessário um consenso mais alargado porque a opinião pública, porque não percebe ou porque estará demasiado apressada na resolução dos problemas, poderá levantar algumas questões.

**Sr. d. m. António Toledo Alves:** – Pedi para intervir por duas razões. Quando a colega de bancada diz que há pavilhões a mais, julgo que isso não se passa no nosso concelho porque temos crianças das escolinhas a treinarem até às 10 da noite e equipas de FUTSAL a participarem numa 3ª divisão apenas com 3 horas de trabalho, graças a uma intervenção da senhora presidente da Câmara junto dos pavilhões para que se conseguissem essas horas. Ainda não há pavilhões a mais.

Quanto à água, não houve falta de água na lavoura. O que há é muita falta de civismo dos lavradores. Acontece muitas vezes, que os lavradores, ao abastecerem-se nos pontos de abastecimento, não têm o cuidado de fechar as torneiras nem retirar as mangueiras dos tanques. Quando estão servidos, arrancam e, por vezes, aquilo fica a derramar o que faz com que os reservatórios percam muita água. Isso acontece muitas vezes no Verão, sendo precisos 3 ou 4 dias para repor o sistema.

Acho que, nas zonas onde já existem contadores e condutas de distribuição, as águas desses postos deviam ser fechadas ou quebradas para que haja maior consciência no seu uso.

**Sr. d. m. José Cipriano Martins:** – Estou de acordo com o que este senhor acabou de dizer mas dói-me quando dizem: «Os lavradores». Não são os lavradores! São «alguns» lavradores! Uma percentagem muito pequena.

Há que começar a atuar! Das pessoas que aqui estão, não sei quem estará na disposição de denunciar quando for preciso. Eu estou aqui para isso. Era preciso que fossem todos!

Sabemos sempre quem são e eu assisti a uma situação das que acabou de referir: um senhor acabou de carregar o seu tanque de água, saltou para o trator, foi-se embora e levou o tubo e a mangueira consigo. Isto é um disparate que não cabe na cabeça de ninguém.

Vamos julgar todos os lavradores por causa de 2, que fazem isto? Se um médico não assistiu bem um doente, os médicos são todos iguais? Não gosto que seja assim. Nunca faço isso.



Quanto à torneira que ele referiu, acontece o mesmo nas Cinco Ribeiras. O que fazemos? Vamos colocar lá outra torneira, o que dá muito trabalho e prejudica quem vem atrás porque já não pode encher água. Posso garantir que são 2 ou 3%. Não julguem uma classe por alguns que procedem mal, porque isso custa muito.

**Sr. d. m. António Toledo Alves:** – Não estou a julgar a classe mas isso acontece como está a dizer. Quando chega a altura do verão em que os sistemas estão a trabalhar a 50%, leva-se muito tempo a repor. O que 1 faz penaliza 100 porque ficam sem água durante 3 ou 4 dias ou uma semana.

**1.2 - Segunda revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o ano de 2011, dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea b), n.º 2, artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para inscrição de diversas rubricas conforme aprovado em Conselho de Administração de 14 de setembro de 2011.**

**Na presente revisão ao orçamento, é proposta a inscrição das seguintes rubricas:**

- Outros abonos em numerário ou espécie – com o valor de 1 600€, destinados à Remuneração Compensatória.
- Juros da Dívida Pública – com o valor de 36 000€, proveniente de um conjunto de empréstimos relacionados com diversas obras.
- Empréstimos a médio e longo prazos, no valor de 88 500€, para pagamento da amortização dos empréstimos referidos no ponto anterior.

Inscreveu-se a obra de execução de prolongamento da rede da variante norte do Raminho, pelo valor de 75 000€.

Não se registando quaisquer intervenções, posta à votação, **a Revisão constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria** com 20 votos a favor (16 do Partido Socialista, 3 do Partido Social Democrata e 1 do Deputado Municipal Independente), 3 votos contra do CDS-PP e 8 abstenções do Partido Social Democrata.

**1.3 - Terceira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011, da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, nos termos do ponto 8.3 do POCAL, publicado através do DL n.º 54 – A/99 de 22 de fevereiro, para aprovação, nos termos da alínea b), n.º 2, artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.**

- Esta proposta contempla uma diminuição do valor global do orçamento no montante de 340 755,00€.
- As despesas correntes diminuem, em termos líquidos 36 500,00€ e as de capital diminuem 304 255,00€.
- As Grandes Opções do Plano apresentam uma redução de 340 755,00€.

Não se registando quaisquer intervenções, posta à votação, **a Revisão constante do Ponto 1.3 foi provada por maioria** com 20 votos a favor (16 do Partido Socialista, 3 do Partido Social Democrata e 1 do Deputado Municipal Independente), 3 votos contra do CDS-PP e 8 abstenções do Partido Social Democrata.

**1.4 - Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2011, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.**

Não se registaram quaisquer intervenções. Posta à votação, a **Alteração constante do Ponto 1.4 foi aprovada por maioria** com 20 votos a favor (16 do Partido Socialista, 3 do Partido Social Democrata e 1 do Deputado Municipal Independente) e 11 abstenções, (8 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP).

**1.5 - Pedido de Autorização Prévia à Assembleia Municipal no sentido de a Câmara Municipal proceder à abertura do correspondente procedimento de contratação pública para a aquisição do serviço de impressão pelo prazo de cinco anos, cujo valor estimado anual é de € 11 111,52, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de junho.**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O grupo municipal do PSD é sempre favorável a todas as medidas que levem a uma poupança por parte da Câmara Municipal. De facto, perante o exemplo que aqui temos da proposta do ESCRITÓRIO DIGITAL, parece-nos muito significativa, uma poupança de quase 40% nas despesas da impressão da Câmara, o que nos agrada.

Há, no entanto, uma questão que tenho que colocar, se este procedimento visa a aceitação da proposta do ESCRITÓRIO DIGITAL ou se serão auscultados outros fornecedores no mercado, para se ver se os outros concorrentes desta empresa fazem propostas ainda mais vantajosas. Era esta a nossa dúvida.

**Sra. presidente da Câmara:** – Penso que os senhores deputados municipais terão conhecimento dessa matéria. As próprias empresas propõem um conjunto de serviços, alguns sem interesse.

Esta proposta apresentada pelo ESCRITÓRIO DIGITAL foi devidamente avaliada pelo engenheiro Pedro Semião com a colaboração dos colegas da divisão financeira, verificando-se que poderia ser interessante.

Entretanto, temos conhecimento e que há outras empresas da área que prestam serviços semelhantes. Neste momento vai ser elaborado um Caderno de Encargos sobre os requisitos de admissibilidade das propostas. Após a sua avaliação, será escolhida a que nos trazer mais vantagens. Os 40% são o mínimo alcançável no âmbito desta proposta.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Coloquei a questão apenas pela última frase do Parecer da informação do coordenador técnico de informática da Câmara Municipal que diz: «*Recomendamos assim, a adoção desta proposta do ESCRITÓRIO DIGITAL*». Isso é que levantou alguma confusão.

Achamos que se trata de uma boa proposta, revela uma poupança considerável, mas porque não haver uma ainda melhor de outro concorrente. Esta última frase lançou a dúvida e era só isso que gostaríamos de ver esclarecido.

**Sra. presidente da Câmara:** – É a proposta do ESCRITÓRIO DIGITAL, na sua componente técnica e logística e não no futuro procedimento a adotar. Já sabemos que a SOFTER presta um serviço idêntico.

À partida, haverá 2 empresas a serem consultadas: ESCRITÓRIO DIGITAL e SOFTER. Não sei se a empresa JOÃO MEDEIROS fornecerá este serviço mas temos a informação de que existem pelo menos 2.

**Sr. d. m. Nuno melo Alves:** – Se calhar, a resposta anterior ajuda a esclarecer porque, aqui, está um prazo de 5 anos. A dúvida é se a Câmara tem alguma intenção de analisar a possibilidade de outros prazos mais curtos, uma vez que a rotação destes equipamentos tende a provocar algum desgaste.

Embora em certas situações, devido a legislação comunitária, não seja possível favorecer as empresas locais, acho importante, como órgãos políticos e administrativos, que se dê um sinal como este, através de concursos acessíveis a empresas locais, fator de satisfação e felicitação.

Não se registando mais intervenções, posto à votação, **o Pedido de Autorização constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade.**

**1.6 - Pedido de Autorização Prévia à Assembleia Municipal, no sentido de os Serviços Municipalizados procederem à abertura do procedimento de contratação pública para a aquisição de combustíveis rodoviários para os Serviços Municipalizados, Câmara Municipal, Culturangra EEM e TERAMB, durante o biénio 2012/2013, nos termos dos n.º s 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho. Vem acompanhado de informação que contém a discriminação dos valores de consumo de cada uma das entidades, sendo de €578 481,00 (quinhentos e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e um euros), o valor estimado global da despesa.**

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Pergunto se este é um volume fixo com base nos valores que aqui estão e se envolve os valores da TERAMB. Por se tratar de uma empresa de 2 municípios, não vá a Praia incluir também isso no seu agrupamento municipal por concurso prévio.

Suponho que isto tenha sido conversado entre ambas as autarquias e a Praia da Vitória não esteja a fazer uma aquisição de combustíveis semelhante a esta onde inclui os volumes da TERAMB. Espero que isso tenha sido acautelado.

Penso que a TERAMB não vai funcionar recebendo 40% dos combustíveis da Câmara da Praia e 60% da Câmara de Angra. Parto desse pressuposto mas alerta antes que isto esteja agrupado.

Tenho algumas dúvidas, não sei se serão legais, se se deve ou não, incluir a TERAMB neste conjunto porque, sendo de 2 municípios, não está abrangida exclusivamente no agrupamento de entidades públicas da Câmara de Angra, ao contrário das outras duas. Os Serviços Municipalizados são da Câmara de Angra e nem sequer têm número de contribuinte próprio. A CULTURANGRA é exclusivamente tida pela Câmara; não é o caso da TERAMB.

Também não temos informações sobre o número de viaturas que transitam dos Serviços Municipalizados para a TERAMB para sabermos o que poderão consumir.

Acho que são questões importantes que nos suscitam esta dúvida, mais de conteúdo do que de forma, porque a TERAMB, com os propósitos que não ficaram mas que estavam anunciados inicialmente de outras atividades... Esses saíram, mas a possibilidade de abertura a capitais privados, essa não saiu, começará, cada vez mais, a fugir do âmbito do agrupamento municipal.

Não sei se este contrato prevê alguma penalização em termos de agravamento de preço no caso do incumprimento de volume por parte das entidades compradoras. Às vezes são contratadas empresas em contratos semelhantes a estes que preveem penalização por incumprimento de volume.

Quando falo nisto e na questão da TERAMB ser de 2 municípios e haver a possibilidade de a Praia também querer fazer alguma coisa com estas contas, em termos de combustíveis e de litragem que está a pensar gastar no seu espectro empresarial e de entidade pública, é com a preocupação de salvaguardar para que não haja penalizações futuras apesar de se tratar de um contrato curto por 2 anos.

O conceito deste procedimento não nos levanta qualquer objeção e parece-nos uma medida bastante positiva do ponto de vista da racionalização de custos.

**Sra. presidente da Câmara:** – Este contrato de combustíveis tem como valores de referência os que foram consumidos em anos anteriores mas não há a obrigatoriedade de se consumir tudo. É desejável que poupemos. O que fica aqui definido é um preço por litro com uma estimativa global. Carece de vir aqui porque estamos a falar de 2 anos consecutivos.

Penso que isto esclarece uma parte da questão, ou seja, não há penalização, à semelhança de outros fornecimentos contínuos da Câmara Municipal. Este fornecimento contínuo garante-nos um preço por litro com uma estimativa bianual de consumo.

À semelhança dos Serviços Municipalizados e da CULTURANGRA, também o conselho de administração da TERAMB teve que concordar com a inclusão neste agrupamento já que integra a vice-presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória. É óbvio que, incluindo este agrupamento, não pode incluir agrupamentos na Câmara da Praia da Vitória.

Atendendo a que a Câmara de Angra detém a maioria do capital, está-se a negociar preços e cada entidade pagará a sua fatura. A TERAMB pagará o que consumir neste agrupamento. Os preços apurados decorrem do acordo 4 que resulta de uma base de dados nacional que confere um conjunto de preços mais favoráveis ao nível da Administração Central.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Uma vez que está envolvida uma central de compras a nível nacional, gostaria que me explicasse um pouco melhor como isto funciona. Como é que, da central de compras nacional, chegamos às gasolinehas ou aos distribuidores locais?

Julgo que temos aqui uns preços da QUINTA DA MAIA, aquela bomba de combustíveis da GALP da Circular junto à Silveira. Como é que o processo se faz? Vão ser auscultados os outros distribuidores locais? É a central de compras que decide qual o distribuidor local que fornecerá as viaturas da Câmara?

Peço desculpa pelas questões, mas gostaria de saber como tudo funciona porque isto não é assim tão linear para quem estuda esta documentação.

**Sra. presidente da Câmara:** – O Preço é fixado na central, neste caso, da GALP, que tem um conjunto de postos de abastecimento. Os nossos carros, quer da Câmara, quer dos Serviços Municipalizados, da CULTURANGRA ou da TERAMB, podem abastecer em qualquer posto da GALP pelo preço que está fixado. Temos «GALP FROTA». Funciona com cartão.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, **o Pedido de Autorização constante do Ponto 1.6 foi aprovado por unanimidade.**

**1.7 - Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitações em Regime de Renda apoiada, para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.**

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Temos 2 ou 3 observações em relação a isto. Não sei se esta cópia que nos foi fornecida é a cópia final do texto, mas julgo que há aqui um erro de português que talvez não tenha sido detetado na reunião de Câmara.

No artigo 2, n.º 3, parece-me que falta uma palavra. Há qualquer coisa no português que convinha esclarecer: «... *Está percebido que no n.º 3, a competência está no procedimento de atribuição da habitação no n.º anterior...*». Julgo que falta aqui uma palavra. É só uma questão de português.

Em relação a questões de conteúdo formal, há aqui alguma informação prévia que não tivemos e que provavelmente foi tida em conta na elaboração deste regulamento. A Assembleia Municipal não a teve e não nos conforta esse facto que tem a ver com alguns aspetos aqui previstos. Desde logo, o rendimento mensal *per capita* de um agregado familiar.

O salário mínimo regional é de cerca de 509,25€. Para um agregado familiar com 2 adultos, 3 crianças e um idoso, portanto com 6 pessoas, significa que os 2 adultos e o idoso, (eventualmente reformado), poderão estar a auferir em conjunto, cerca de 3 000€ por mês. São 6 pessoas. 3 000€ a dividir por 6, que eu saiba, dá 500 a não ser que haja uma nova matemática.

O diz aqui é: «*Rendimento mensal per capita.*» Não sei se, atendendo à situação económica e à crise que o país atravessa, não será um valor um pouco elevado no âmbito da Habitação Social.

Vou tentar ser mais claro: um casal com 3 filhos que tenha um adulto à sua custa com uma pensão de 200€ e o casal, em conjunto, tiver um rendimento de 3 000€, por este critério, podem ser abrangidos na Habitação Social. Pergunto se o leque não está demasiado aberto e o funil demasiado largo. Não sei se há estatísticas ou algum valor que a Câmara tenha. Há outros critérios mais à frente, da classificação e da ponderação. Também os vimos.

Por outro lado, não percebi porque é que num dos artigos se refere que as empregadas domésticas devem apresentar, sempre que possível, a declaração da Segurança Social que, hoje em dia, é obrigatória. O «sempre que possível» dá a entender que não é obrigatório. Estamos a chamar a atenção para correções ao texto e coisas que aqui estão e não fazem sentido.

O texto diz: «*Sempre que possível.*». Isto parece que abre a porta a que não estejam inscritas na Segurança Social e, mesmo assim, possam usufruir de um apoio concedido pela Câmara. Parece um contra senso, uma vez que qualquer empresa que concorra para o fornecimento de bens à Câmara, tem que ter em dia todos os pagamentos à Segurança Social e às Finanças. Estou a falar do artigo 7.º, n.º 1, alínea d). Julgo que este texto deveria ser corrigido.

Tendo em conta o exemplo que dei há pouco, também nos parece que, aqui nos critérios, há algumas coisas que poderíamos ter apontado, como é o caso das famílias mono parentais com menores, terem uma ponderação maior do que uma família que não seja mono parental, porque não está especificado assim no critério família com 3 ou mais dependentes.

Uma família com 5 dependentes, mesmo que tenha 2 adultos com rendimentos, se calhar, tem mais dificuldades do que uma família mono parental com uma criança menor. Julgo que estes critérios poderiam ter sido um pouco diferentes.

Porque é que surgem estas dúvidas? Porque a Câmara já possui muitas destas casas alugadas e muitas destas famílias alojadas e deve tipificar quais os ocupantes em termos de rendimentos.

Infelizmente, a nota justificativa deste regulamento não contém uma única referência quanto à tipologia de famílias que ocupam as habitações da Câmara. Este regulamento prevê o trabalho futuro mas a nota justificativa devia apresentar as situações atuais.

Há uma palavra que não faz muito sentido num regulamento desta natureza no artigo 13.º: «*Utilização de habitações. Prosseguir atividades ilegais e imorais...*». Cabe um pouco de

tudo na questão da moralidade. Não sei a quem compete definir esta moralidade. Julgo que «... ilegais ou suscetíveis de perturbar a ordem pública...» seria suficiente porque alguém se queixaria. A questão da «moralidade» não devia estar aqui porque os costumes mudam.

O que mais nos preocupa é o facto de não conhecermos a realidade e a tipificação, não sabermos o tipo de famílias que ocupam para podermos avaliar estes critérios e dizermos se concordamos com eles ou não.

Há aqui vários critérios de pontuação no momento da atribuição dos fogos. Todos fazem sentido mas não nos foram apresentados quaisquer dados sobre a tipificação de situações espectáveis e existentes.

Ao fim e ao cabo, estes critérios de atribuição são a questão chave na distribuição, justificando porque é que a família (A) teve acesso a uma habitação de um tipo e a família (B) não teve. Penso que é esse o ponto fulcral da decisão que não tem nenhuma fundamentação na nota justificativa nem foi apresentada de outra forma a esta Assembleia ou em reunião de Câmara.

Postas estas observações, não nos sentimos muito confortáveis com este regulamento.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Penso que, de um modo geral, este regulamento está bem feito; é importante que exista um e concordo com algumas das correções de pormenor apontadas pelo senhor deputado Nuno Melo Alves.

Para além do rendimento *per capita* das famílias, julgo que seria aconselhável haver também um valor limite de rendimento, a partir do qual, a família ficasse desenguiçada do benefício deste tipo de apoios.

Quanto à questão dos 3 000€, julgo que, à partida, uma família com esse nível de rendimentos *per capita*, não desejará ter uma renda apoiada ou uma habitação social. Penso que esse limite deveria estar referido no regulamento mas, mais importante que essas questões de detalhe, será o cumprimento do mesmo.

Há aqui normas muito importantes que disciplinam os beneficiários deste tipo de apoios, desde que se façam cumprir. A capacidade da Câmara na fiscalização deste regulamento é importante, garantindo também, a justiça da própria atribuição destes apoios, a conservação do património municipal e a eficácia das medidas sociais.

Mais importante do que as questões de pormenor da redação do regulamento, é a capacidade de o fazer cumprir. Vamos votar a favor.

**Sr. d. m. Francisco Barros:** – Creio que se está a provocar aqui alguma confusão com o conceito «rendimento *per capita*». De uma forma muito simples, o rendimento *per capita* é o total de rendimentos auferidos pelo agregado familiar a dividir pelo número de elementos do mesmo agregado.

Se houver um casal com 3 filhos e 1 idoso reformado, em que, cada um aufera o salário mínimo regional de 500€ em números redondos e o idoso aufera uma pensão de igual montante, dividem-se os 1 500€ pelos 6 elementos do agregado familiar. É assim que se determina o rendimento *per capita* e não ao contrário. Não se multiplica por 3, 4, 5 ou 6...

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Queria esclarecer uma coisa: dei outro exemplo que tem a ver com o artigo 5º que define que o agregado familiar é um conjunto de pessoas que vivem em comunhão de habitação... etc., etc., etc. Consideram-se dependentes do agregado familiar, elementos com menos de 25 anos...

**Sr. d. m. Francisco Barros:** – Senhor deputado! Leia a alínea b) do nº 2. O que diz é que os rendimentos são os que constam da declaração de IRS. Não quero diálogo.

**Sr. presidente da Mesa:** – Eu autorizei o diálogo porque acho que é importante que esclareçamos esta questão. Cada um deve ter a calma suficiente para ouvir o outro para percebermos o que está em causa.

**Sr. d. m. Francisco Barros:** – A questão é simples. Quando se fala em rendimento *per capita* significa o seguinte: se houver um agregado de 10 pessoas e o rendimento forem 1 000 euros, há um rendimento *per capita* de 100 euros por pessoa. É isso que deve ser calculado.

Outro fator que devemos ter em atenção é que, a mim não me passará pela cabeça que os critérios tenham sido definidos, sem que tenham sido objeto de análise prévia por parte da Divisão de Ação Social deste município, percebendo de que tipo de agregados familiares se está a falar.

Como nota final, o artigo 13º, na sua alínea d) do nº 1 diz: «... *Prosseguir atividades ilegais, imorais...*». Percebo o imoral. Se o agregado transformar a casa numa «casa de meninas», pode não ser ilegal mas é imoral.

«... *ou outras suscetíveis de perturbar a ordem pública, a tranquilidade e os bons costumes*». Devo confessar que «os bons costumes» é uma expressão já um pouco em desuso.

À parte estas pequenas notas, acho que este regulamento é extremamente positivo e merecerá o nosso voto favorável.

**Sra. presidente da Câmara:** – Vou atalhar caminho e dizer que a fixação do rendimento mensal *per capita* é o que a lei determina. Estamos a falar de um teto máximo.

Como poderão ler um pouco mais abaixo, faz-se uma avaliação de todos os candidatos em que, em caso de empate, os que auferirem menos serão privilegiados. Estamos a falar de um limite máximo de acesso. Depois as pessoas serão colocadas por hierarquia em função de todos os critérios e os que tiverem maiores rendimentos ficam para o fim da lista.

Não temos expectativas de que o rendimento das pessoas suba em flecha, pelo menos nos próximos anos, para que isto ficasse desatualizado. Isso não se coloca. Estamos a falar de limites máximos.

Os tipos de casos que temos na Habitação Social são de pessoas desempregadas ou em que, apenas trabalha um elemento do agregado familiar, famílias mono parentais, idosos com pensões demasiado baixas ou beneficiários do rendimento social de inserção. Temos um leque bem distanciado dos rendimentos de 3 000€ de que estávamos a falar. Não é essa a realidade da nossa Habitação Social, por isso não vale a pena dissertarmos muito sobre essa questão.

É óbvio que podíamos fingir que não sabíamos que há empregadas domésticas que não fazem descontos para a Segurança Social e favorecê-las por 2 vezes: porque não fazem os descontos e porque não considerávamos esses rendimentos. Mesmo para aquelas que não fazem desconto, a entidade empregadora é obrigada a fazer a declaração e isso conta como rendimentos.

É esta a realidade, não falando do caso das empregadas domésticas que desempenham um trabalho mensal em casa de alguém. Todos sabemos que estas, habitualmente, fazem os seus descontos. Refiro-me a muitos dos casos que temos ao nível da Habitação Social, em que trabalham 1 ou 2 dias por semana e não descontam para a Segurança Social.

No caso das empregadas que trabalham em várias casas, há sempre alguma que faz descontos para a Segurança Social. Estamos a considerar os rendimentos para efeitos de capitação.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – O exemplo da capitação que dei há pouco estava inteiramente correto. Falei de uma família de 6 membros em que os 2 membros que auferem rendimento ganhem, em conjunto, 3 000 euros por mês. Essa família, quer tenha 3 crianças e 1 idoso ou 2

crianças e 2 idosos, auferem 3 000 euros por mês. De acordo com o Estado português é suficientemente rica para ter o seu ordenado reduzido, se um ou ambos forem funcionários públicos.

Estamos a falar de um teto que é uma condição de acesso. É óbvio que não é o único critério mas é uma condição de acesso. Pensamos que os casos atuais de pobreza começam a ser tão gritantes que, se calhar, este é um teto demasiado elevado. É essa a questão. Podemos discutir se o Estado, erradamente, acha que as pessoas são ricas, mas isso é outra questão.

Na minha opinião, o Estado tributa em ordenados demasiado baixos começando com escalões muito baixos. Isso viu-se nos cortes da função pública que, aqui nos Açores, foram mitigados pelo aumento de 5%. A realidade é que, a nível nacional, esse parâmetro dos 1 500€, (não o fui buscar por acaso), foi estabelecido dessa maneira, a partir do qual se podem fazer cortes nos ordenados.

A própria Câmara, na sua compensação e numa coisa que votámos há pouco, fazia a referência que tinha 2 funcionários entre os 1 500 e os 2 000€, que iriam beneficiar do aumento dos 5%, certo? Certo. É desde valor de ordenado que estamos a falar. O que me parece é que este valor, capitado por uma família de 6 pessoas, já é equivalente a 500 euros que é inferior ao salário mínimo nacional.

São condições de acesso tal como residir num concelho. Não passaria pela cabeça de ninguém que um residente do concelho da Praia viesse pedir habitação social em Angra quando existem cá carências. Primeiro, para os angrenses. Essa é uma condição de acesso correta.

Também não faz sentido que alguém seja proprietário ou coproprietário de alguma habitação e venha pedir habitação social. São coisas que fazem algum sentido.

É fácil usar este salário mínimo regional porque é uma referência razoavelmente objetiva. A questão que levanto é, mesmo sendo uma referência razoavelmente objetiva e identificável, se não é demasiado elevado, atendendo à situação de crise e às dificuldades referidas pelo Banco Alimentar e outras.

A questão é, se o leque não estará aberto demais para virem demasiadas pessoas e depois serem distribuídas, no artigo 8º, por todos os outros critérios.

Se o Sr. deputado Francisco Barros não tem dúvida que tenham sido utilizados esses dados para se tipificar isto, ótimo. Gostaríamos de ter tido acesso a alguma tipificação do que há neste momento, porque a Câmara tem habitações sociais com famílias a pagarem rendas de acordo com os critérios estabelecidos pela lei.

É preciso saber também se este novo regulamento, sendo aplicado a essas famílias, implica mexidas ou não. Acho que seria interessante conhecer-se as consequências disso.

Por outro lado, há aqui coisas que, se calhar, deviam estar no regulamento, mas podiam ser remetidas para a lei geral como o período de ruído entre as 22 e as 8 horas. Salvo erro, esses horários são definidos em termos municipais. Não espantaria nada, que ficasse aqui a referência a essa postura municipal que pode ser alterada a qualquer altura que a Câmara assim o entenda ou que as situações o obriguem. São pormenores que não tocam no cerne da questão, que são as condições de acesso referidas no artigo 8º que tem a ver com os critérios de distribuição e de afetação.

Na nota justificativa também não temos a quantificação das famílias que poderão vir a ser abrangidas por este regulamento.



Há pouco alguém dizia que, a propósito das questões de segurança, é importante haver outras coisas na política social que possam ajudar a evitar crimes como aquele de que se falou há pouco.

Não tenho forma de saber se a Câmara usou ou teve mais informações da Secretaria da Segurança Social para criar isto, porque não nos foi apresentado nada nesse sentido.

**Sra. presidente da Câmara:** – Em relação aos abrangidos, esclareço já. São as 400 e tal famílias que habitam os nossos focos sociais e todas as que vierem a habitar as casas que vagam.

Senhor deputado municipal! Nenhuma tem a sua situação alterada porque, este regulamento, na sua maioria, resulta da transcrição de normas nacionais que já se aplicavam a toda a Habitação Social.

Todas as autarquias do país que concorreram aos programas de erradicação de barracas têm um conjunto de normas a cumprir. Porque é que este regulamento foi criado? Porque, até agora, todas as casas foram ocupadas através de uma avaliação que era feita pelo Instituto Nacional de Habitação. Agora, que já passámos esta primeira fase, há casas que vão ficando vagas devido a falecimentos ou a pessoas que melhoram a sua condição económica.

Como há casas que vagam, precisamos de as reocupar. É, em função dessa necessidade de reocupação, que se cria este regulamento para estabelecer as condições de habitação que, para mim, é o mais importante de tudo isto.

Por exemplo, ninguém pode ter cães perigosos. Diz-me que vai mudar. Se calhar até muda porque as famílias que têm cães perigosos nos seus quintais, (o senhor Rómulo sabe da existência de algumas e, se calhar, até consegue dar o número da porta), terão que deixar de os ter.

Já temos um regulamento que nos permite interceder junto destas famílias e obrigá-las a retirarem os cães do quintal. Temos uma norma reforçada que nos permite também interpelar quem possua construções ilegais ou não conserve as suas habitações. Ficam aqui expressas as competências da Câmara e dos moradores porque isto andava um bocadinho nublado.

Partiu-se um vidro, o morador é que tem que o repor; não é da responsabilidade da Câmara. A nós, cabe-nos a manutenção da grande infraestrutura como a reabilitação das coberturas, a pintura dos exteriores, a manutenção dos espaços circundantes, etc.

As questões interiores serão da responsabilidade dos moradores. São regras disciplinadoras do funcionamento porque a maioria das pessoas não estavam habituadas a viver em apartamentos. É preciso que tenham normas de conduta que são transmitidas neste regulamento.

A prioridade dada às famílias mono parentais é determinada por lei, à semelhança do rendimento. A lei diz que temos que dar prioridade às famílias mono parentais; quando disser outra coisa, havemos de alterar as normas aqui expressas.

**Sr. d. m. Francisco Barros:** – Telegraficamente, apenas para louvar a espetacular capacidade de síntese revelada pelo Sr. deputado Nuno Melo Alves e, em nome de todos os presentes, congratular-me pelo aumento de 5% que, pelos vistos, houve para os funcionários da administração pública regional. Muito obrigado.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, **o Projeto de Regulamento Municipal constante do Ponto 1.7 foi aprovado por maioria** com 26 votos a favor (16 do Partido Socialista, 9 do Partido Social Democrata e 1 do Deputado Municipal Independente) e 3 votos contra do CDS-PP.

**1.8 - Proposta da Câmara Municipal, para a minoração da taxa no valor de 30% para as Freguesias de Doze Ribeiras, Serreta e Santa Bárbara e no valor 15% para as freguesias de Altares e Raminho, incidente sobre os prédios rústicos, urbanos e urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), vigente no ano de 2012, para aprovação, nos termos do n.º 6 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).**

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Em termos gerais, concordamos com estas reduções. Já as votámos favoravelmente no passado e vamos voltar a fazê-lo. Sabemos que o motivo desta diferenciação de 15% para um lado e 30% para o outro tem a ver com dados obtidos dos últimos censos. Penso que foi essa a justificação dada em reunião de Câmara.

Se calhar, os movimentos da população não seriam suficientes para a manutenção dos 30% nos Altares e Raminho. Se toda aquela zona fosse tratada como um conjunto e como uma das áreas mais distantes com mais fragilidades, não seria condenável que se tivessem mantido os 30% nas 5 freguesias aqui propostas.

Seja como for, continuamos a achar que é uma medida positiva a vamos votar favoravelmente.

Não havendo mais intervenções e posta à votação, **a Proposta constante do ponto 1.8 foi aprovada por unanimidade.**

**1.9 - Proposta da Câmara Municipal, para a minoração da taxa no valor máximo de 30%, incidente sobre os prédios urbanos e urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), vigente no ano de 2012, sítios na área territorial abrangida pelos limites da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, definidos no art. 3.º, n.º 1 do supra citado Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/A, de 6 de abril, tendo em vista a sua reabilitação urbana, para aprovação, nos termos do n.º 6 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).**

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Também concordamos com esta proposta. Não me recordo bem mas, penso que em 1997 ou 1998, sugerimos aqui que fosse elaborada uma proposta, (que a Câmara não entendeu fazer na altura), de negociação com o Governo Regional e/ou com o Governo da República para que as zonas do país, classificadas de património mundial, ficassem isentas e ressarcidas da redução do IMI que daí adviesse, pelo Orçamento de Estado ou pelo Orçamento regional.

Com pena nossa, na altura, a Câmara de Angra não entendeu seguir este caminho que poderia ter beneficiado durante muitos anos, os residentes, não só de Angra, mas do Porto, Guimarães e Évora, com prejuízo do orçamento de Estado. Na altura eram 4. Teria sido benéfico para toda a região.

Neste momento, isto é o que é possível e a Câmara é quem tem que arcar com este sacrifício mas achamos que se trata de uma medida positiva enquanto a *troika* for permitindo e não houver alteração à legislação. Enquanto se puder manter esta redução, é salutar que assim seja.

Não havendo mais intervenções e posta à votação, **a Proposta constante no ponto 1.9 foi aprovada por unanimidade.**

**1.10 - Proposta da Câmara Municipal, no sentido de serem fixadas as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar para o ano de 2012 no valor de 0,4 % para os**

**prédios urbanos e no valor de 0,2 % para os prédios urbanos avaliados, para aprovação, nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).**

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – Apenas um esclarecimento: na antepenúltima proposta relativa àquelas 5 freguesias, há uma minoração relativa aos prédios rústicos. Nesta proposta há apenas uma referência aos prédios urbanos.

Pergunto por que razão há aqui uma redução de IMI sobre os prédios urbanos e não, sobre os rústicos se, nas outras freguesias, há uma minoração sobre os rústicos...

**Sra. presidente da Câmara:** – Já estamos na discussão da fixação do mínimo, não é?

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – Estou apenas a pedir um esclarecimento. Por que razão há uma minoração e não há uma redução da taxa nos rústicos?

**Sra. presidente da Câmara:** – Vou explicar: do intervalo que a lei prevê para os prédios urbanos e urbanos avaliados, compete às Assembleias Municipais estabelecer a taxa. No que respeita aos rústicos, a lei já fixa o único valor possível de 0,8. Aqui não há lugar a deliberação da Assembleia Municipal.

No caso dos impostos municipais sobre imóveis de prédios urbanos e urbanos avaliáveis, é dado um intervalo em que os municípios podem decidir qual a taxa a afixar. Para além disso, (que foi o que fizemos antes), de entre as freguesias do nosso concelho ou zonas em que se verifique a tendência de desertificação ou problemas ao nível da reabilitação urbana, podemos afixar uma redução que pode ir até aos 30%.

Fixamos o mínimo nos urbanos e urbanos avaliados e as pessoas das freguesias a que fizemos referência, (Altares e Raminho), ainda têm uma redução de 15% sobre estes mínimos.

Santa Bárbara, Serreta, Doze Ribeiras e a zona classificada de Angra têm uma redução de 30%. Não sei se me fiz entender.

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – A senhora presidente explicou muito bem no que toca aos prédios urbanos e urbanos avaliados mas volto a perguntar sobre os rústicos. Na antepenúltima proposta há uma minoração dos prédios rústicos.

Oh senhor coronel! A não ser que eu não saiba ler! Está aqui: «*Rústicos, urbanos e urbanos avaliados*» para as 5 freguesias.

**Sra. presidente da Câmara:** – Sim. Mas isso é outra coisa. É a minoração do que a lei dispõe.

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – Então, porque é que os prédios rústicos das Cinco Ribeiras ou de S. Sebastião, não são também minorados?

**Sra. presidente da Câmara:** – Porque a minoração aplica-se na globalidade à freguesia para qualquer tipo de prédio.

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – Então, porque é que especificam? Porque é que um proprietário que tenha um cerrado nos Altares, há-de pagar menos 15% do que um outro que tenha um cerrado nas Cinco Ribeiras?

Ainda percebo que haja uma minoração numa habitação em freguesias, como explicou e muito bem, porque há uma diminuição de população mas, no caso dos Altares ou Raminho, como aumentou a população, essa minoração foi reduzida.

Percebo perfeitamente no que toca aos prédios urbanos. Quando se trata de prédios rústicos, não percebo porque é que um proprietário dos Altares há de pagar menos do que um das Cinco Ribeiras.

**Sra. presidente da Câmara:** – É o que a lei determina...

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – Não, não! Não é o que a lei determina. É o que acabámos de aprovar aqui na proposta 1.8. O que diz aqui, é uma «... *minoração... dos prédios rústicos, urbanos e urbanos avaliados*». Está aqui.

**Sra. presidente da Câmara:** – Porque é que votamos primeiro estas e a outra vem no fim? À taxa fixa de 0,8, em que não há intervalo, não temos qualquer hipótese de deliberar...

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – Já percebi isso.

**Sra. presidente da Câmara:** – A lei determina que apliquemos uma minoração aos 3 tipos de prédios. Nós assumimos o critério da desertificação. Havendo desertificação, podemos aplicar a minoração.

Não se registando mais intervenções, posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 1.10 foi aprovada por unanimidade.**

**1.11 - Carta Educativa de Angra do Heroísmo 2010/2011, aprovada pelo Conselho Local de Educação, para aprovação, de acordo com o n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro.**

**Sr. d. m. Guilherme Melo:** – Esta Carta Educativa é basicamente um levantamento quase exaustivo da rede de estruturas da educação pré-escolar e do ensino básico, sendo conseguido um dos objetivos previstos no artigo 14 do decreto legislativo regional 27/2005/A de 10 de novembro, contendo a caracterização sumária, a localização e organização espacial dos edifícios e os equipamentos educativos disponíveis.

Esta Carta Educativa tem falhas e omissões que destacamos: não tem o Parecer do Conselho Local de Educação que deveria acompanhar a respetiva Carta conforme o instituído no nº 1 do artigo 17º do diploma referido.

A Carta Educativa contém dados dos CENSOS 2001, quando se conhecem, há algum tempo, os dados dos CENSOS 2011, sabendo-se que em 10 anos houve alterações que importa ter em consideração para que se possa elaborar um diagnóstico estratégico bastante atualizado.

Apesar de não ser obrigatório, entendemos que também deveria conter um levantamento dos centros ATL referindo a sua localização e o número de crianças que os frequentam.

Parece-nos que são de todos conhecidas as dificuldades de muitos pais das crianças do ensino básico, sobretudo os que trabalham em horários diurnos, em deixar os seus filhos. Têm sérias dificuldades em colocar os seus filhos em ATL's, sabendo-se que muitas escolas não têm os chamados complementos de horário.

Os complementos de horário das escolas ou a sua substituição por centros ATL devem merecer toda a atenção, visto tratar-se de um problema sério sem uma resposta adequada, com a agravante de, numas escolas terem sido criados complementos por parte da tutela e noutras não, o que coloca as crianças numa situação discriminatória já que não são tratadas por igual, indo contra os direitos da criança que constam do prefácio da Carta Educativa.

Esta Carta não contém uma articulação estreita entre a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a Direção Regional de Educação, conforme decorre dos artigos 14º, alínea c) e 17º, nº 5. Não existe uma articulação entre a Carta Educativa e a Carta Escolar.

A Carta Educativa é omissa quanto ao encerramento das escolas básicas da Conceição, Feteira, Ribeira Seca e S. Sebastião, sabendo-se que no início deste ano letivo estas encerraram apesar das excelentes condições em algumas delas, como é o caso da Feteira.

A Carta Educativa nada refere quanto à construção da escola da Ribeirinha e à construção da nova escola de Santa Bárbara ou a ampliação do atual edifício escolar.

Neste caso refere: *«A escola de Santa Bárbara esteve, até ao ano de 2007, dividida por 2 edifícios escolares. Num, funcionava o 1º ciclo e no outro, o pré-escolar. No entanto, dada a escassez de alunos, bem como a possibilidade de permuta de um terreno com um dos edifícios escolares para posterior construção de uma nova escola, este foi encerrado e todas as crianças ficaram concentradas no mesmo espaço.»*

*Apesar de prevista a construção da nova escola nesta freguesia, tornou-se imperativo fazer uma intervenção na atual, dado o estado em que se encontrava o edifício, estando a mesma já concluída.*

*Neste momento esta escola tem o seu espaço todo lotado com as condições básicas necessárias ao seu funcionamento. Sem as melhores condições desejadas, aguarda a construção e transição para o novo edifício.»*

Todos sabemos que o novo edifício, largamente anunciado, não se irá concretizar porque o PS faltou à promessa deste investimento.

Face a essas situações desatualizadas, será que qualquer um de nós se sente em condições de aprovar este documento? Reparem que até as fotos que constam desta Carta Educativa estão bastante desatualizadas.

A Câmara Municipal investiu milhões de euros na requalificação do parque escolar. Foram milhões de euros gastos na recuperação, ampliação ou requalificação de edifícios escolares. A escola do Porto Judeu, por exemplo, reúne todas as condições para funcionar em pleno, ocupando todas as suas salas. A escola da Feteira foi ampliada acabando por ficar dotada dos equipamentos necessários para funcionar em boas condições.

Passo a citar uma das conclusões da Carta Educativa: *«O antigo critério de dispersão de edifícios também esteve relacionado com o maior número de crianças e ausência de transportes. É agora abandonado por se manifestar impossível dotar todos os edifícios do concelho com as condições ideais.»*

Esta conclusão é absolutamente contraditória com a situação da Feteira. Refere o seguinte na página 12: *«De salientar que a intervenção recentemente realizada permitiu garantir a este estabelecimento, um prolongamento útil do seu tempo de vida consistente com os propósitos políticos atuais no que se refere à qualidade das infraestruturas educativas.»*

Parece-me que, em nenhum país do mundo se amplia e se gastam milhares de euros numa escola que se encerra passado pouco tempo e se transferem os alunos para outra escola onde se gastaram milhões que todos nós vamos pagar.

Termino com a conclusão desta Carta Educativa na página 56: *«Deste levantamento chega-se à conclusão que a rede escolar do concelho de Angra do Heroísmo, apesar de sofrer permanentes intervenções, é maioritariamente antiga e desadequada às atuais exigências para o ensino, constituída, na sua quase totalidade, por edifícios do Plano dos Centenários.»*

Não poderemos aprovar uma situação dessas porque toda a gente sabe que todos os edifícios que foram objeto de intervenções estão bastante melhores.

Pergunto novamente às senhoras e senhores deputados: sentem-se na disposição de votar este documento?

O grupo municipal do PSD propõe à Câmara que a Carta Educativa seja retirada da ordem de trabalhos, seja atualizada com os dados relativos aos CENSOS 2011, seja articulada com a Carta Escolar e que conste de uma proposta das intervenções que venham a ser necessárias em total consonância com a rede educativa.

**Sra. presidente da Câmara:** – Estamos a votar uma Carta Educativa que devia ter sido votada no início do ano e não o foi porque, para além da sua atualização, carecia da apreciação do Conselho Local de Educação.

Como os senhores sabem, porque prestei esta informação aqui, foi difícil reunir o referido Conselho devido à falta de designação dos elementos por parte das escolas. Levámos alguns meses à espera dessa designação.

Quando submetemos a Carta Educativa, estávamos a terminar o ano letivo correspondente. Por isso, não avançámos muito na sua elaboração, além da atualização dos dados relativos ao número de alunos e algumas referências aos investimentos efetuados. A atualização foi feita nestes moldes e foi assim que foi apresentada ao Conselho Local de Educação.

Também me penalizo porque desejava que a Carta tivesse sido apresentada em janeiro. Está a sê-lo agora, por um lado, devido à dificuldade de reunião dos elementos do Conselho Local de Educação e porque isto aconteceu eu junho e a reunião seguinte da Assembleia Municipal só aconteceu hoje em finais de setembro.

O Parecer do Conselho Local de Educação existe, embora não esteja anexo. O Conselho reuniu e deu Parecer favorável a esta Carta Educativa.

Importa também dizer que, atendendo a estas circunstâncias, o mesmo Conselho reunirá no próximo mês de janeiro, incluindo elementos desta Assembleia, para aprovar a próxima Carta Educativa. Será feita uma atualização mais aprofundada deste documento.

Este é um retrato mais restrito que diz essencialmente respeito às condições físicas das escolas e ao número de alunos de cada uma delas. Não se pronuncia muito em relação ao futuro porque seria desadequada a sua aprovação no final do ano letivo.

Foi esta a opção que foi votada no Conselho Local de Educação, tendo merecido Parecer favorável. Poderia ter sido dada justificação à Assembleia Municipal, não apresentando qualquer documento, mas entendemos que seria útil desta forma, quase em jeito de balanço final do ano letivo.

Penso que esta é a primeira atualização à Carta Educativa porque fora aprovada em primeira instância, na sequência de um trabalho desenvolvido por um deputado municipal desta casa que, na altura, era presidente do Conselho Local de Educação. Penso que sabem a quem me refiro.

As críticas que aqui estão a ser tecidas, são-no também à pessoa à qual me refiro e que foi vosso colega de bancada até há pouco tempo.

A Carta manteve exatamente o mesmo formato, carecendo exclusivamente da atualização dos dados, nada tendo a ver com os CENSOS 2011, que serão apresentados apenas no final do ano. Para já, são apenas dados provisórios, prevalecendo os dados dos CENSOS 2001.

Este documento está perfeitamente conciliado com a DRE e com todas as escolas porque foram elas que, na reunião, atualizaram alguns dados e forneceram informações mais concretas que entendiam que deviam constar da Carta.

Relativamente aos investimentos, esta foi claramente uma opção. Sabemos que os Srs. deputados conhecem muito bem, porque aprovaram o Plano e Orçamento da autarquia e sabem quais os investimentos em curso na rede de equipamentos escolares do concelho.

No ano letivo 2010/2011 não era desatualizado falar-se do Plano dos Centenários porque ainda estão a ser utilizados vários equipamentos desta tipologia na freguesia de Santa Bárbara, Doze Ribeiras, Cinco Ribeiras e Ribeirinha. Também tínhamos equipamentos obsoletos na freguesia de S. Sebastião.

É perfeitamente atual dizer que ainda temos um conjunto de equipamentos que devem ser retirados de funcionamento.

Falou na escola da Feteira. Está aí dito que aquela escola reúne as condições físicas. O problema tinha a ver com a falta de crianças; por isso é que as que lá estavam foram transferidas para o novo equipamento escolar em S. Sebastião. É a única questão que se coloca aqui. Em termos de diagnóstico, número de alunos, condições dos edifícios, está cá tudo.

Já me penalizei e volto a fazê-lo. De facto, é lamentável que só tenha sido possível trazer a Carta nesta altura por razões que me ultrapassam. O documento estava preparado mas não estavam reunidas as condições para a sua aprovação prévia por parte do Conselho Local de Educação, como é obrigatório.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – A autonomia tem coisas que às vezes não correm tão bem. Isto não é nenhum juízo de valor sobre os titulares dos cargos nem sobre a estrutura; tem a ver com uma questão simples: no continente, nessa parte da república, as competências escolares são, em grande parte, empurradas para cima dos municípios. Nos Açores, parte dessas competências passaram do ministério e dos municípios para a Secretaria.

Quando digo que há coisas que não foram articuladas da melhor forma, é que não faz sentido haver uma Carta Educativa concelhia sem qualquer referência explícita e direta às políticas da Secretaria Regional de Educação. Foram aqui mencionados alguns casos.

No ano letivo 2010/2011 a escola de S. Sebastião não era uma realidade mas já o era para uma análise de fluxos de estudantes que saíam de escolas aqui contempladas para essa escola. Isso implica uma coordenação entre a Secretaria e as Câmaras.

Não sei se essa coordenação existe mas o que me parece, é que esta Carta Educativa peca por não ter estas referências explícitas e por não começar uma análise, tendo em conta a política da Secretaria o que, quer queiramos quer não, condiciona em grande parte a afetação de recursos financeiros e humanos e as próprias decisões de afetação de recursos pelo orçamento municipal destinado a reparações, etc.

Quando o CDS-PP votou contra isto em reunião de Câmara Municipal fez referências claras a um modelo de Carta Educativa que existe e que é proposto pela Associação Nacional de Municípios que nunca foi adaptado à região. Se calhar, a Associação Nacional de Municípios ou a Assembleia Legislativa Regional já deveriam ter feito isso mas o facto é que, o reflexo desta articulação entre a Secretaria devia estar contemplado nesta Carta.

Por outro lado, o facto de não haver essa Carta também não é desculpa para não recorrer a alguns ensinamentos desse modelo nacional, mantendo esta Carta bastante incompleta no que toca à caracterização e evolução previsível do sistema educativo. Aqui tem que ser feito em coordenação com a Secretaria.

Não há aqui qualquer informação sobre o abandono e insucesso escolar. Vou ler o índice do modelo da Carta Educativa Nacional: «*Classificação de exames no ensino secundário por escola, análise de fluxos de educação pré-escolar e primeiro ensino, análise de fluxos do 2º ciclo do ensino básico...*» Há um conjunto de situações da análise do funcionamento do próprio sistema, que não estão contempladas em previsões para o futuro.

Não sei se foi o primeiro ano em que foi feita; suponho que sim porque não me recordo disto em anos anteriores. Não sei se já existiu e se isto é uma atualização recente mas há aqui arestas a limar.

Infelizmente, a sensação que se tem é que é um *WIP*, em linguagem de internet, um «*Work In Progress*», um trabalho que ainda não está concluído e que está a ser elaborado mediante um conjunto de condicionantes. Se há interação com a DRE, isso não está aqui refletido o que, para mim, é uma lacuna muito grave.

Não se pode ter uma Carta Educativa referente a 2010/2011, muito menos, a 2011/2012, sem qualquer referência ao impacto da nova escola de S. Sebastião que vai abrir no ano letivo 2011/2012, vai receber alunos e afetar estruturas aqui contemplados em 2010/2011.

Não parece razoável que a Carta Educativa seja uma mera síntese do ano letivo em curso. Está desfasada de 2 documentos muito importantes: primeiro, a própria política da Secretaria Regional da Educação para o sector educativo nos anos aqui contemplados e, segundo, do próprio Plano de Investimentos da Câmara que, às vezes se prolonga até 4 anos, tendo que ser alterado por força de intervenção da Secretaria ou devido a mudanças de percurso.

Não estou a mandar recados ou bocas nem estou com segundas intenções. Comecei por falar num contexto mais teórico de competências retiradas aos municípios, precisamente para me distanciar de casos específicos. Não há aqui qualquer comentário em relação a situações concretas, embora estejamos a analisar um documento específico. São comentários gerais e aplicam-se aqui.

É um documento que não nos transmite conforto para o votarmos a favor. Tem uma descrição muito detalhada das escolas, há um bom levantamento da situação em alguns aspetos, mas está incompleto, o que se torna insuficiente.

Manteremos a posição que transmitimos aquando da votação em reunião de Câmara em que votámos contra este documento.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Penso que as lacunas desta Carta já foram, e muito bem, elencadas pelos deputados municipais Guilherme Melo e Nuno Melo Alves. Este documento tem lacunas. Hoje em dia já existem dados mais atualizados devido aos CENSOS 2011.

Por todas as circunstâncias que o precederam, é um documento que não está em condições de ser aprovado. Independente das nossas divergências políticas, acho que é do interesse de todos que, desta Assembleia, emanem documentos úteis e atualizados.

Num documento desta natureza, é uma falha enorme, a falta de referência à escola da Ribeirinha, de S. Sebastião, às escolas que vão fechar e ao que acontecerá em relação à situação de Santa Bárbara porque ainda nada está decidido.

É um facto, que tem havido algumas divergências entre as políticas educativas do concelho e as políticas educativas regionais. Importava vê-las conciliadas e explanadas neste tipo de documentos.

Uma vez que há dados mais recentes e será elaborada uma nova Carta Educativa para o próximo ano que será votada lá para Janeiro ou Fevereiro, haverá mesmo a necessidade de aprovarmos esta? Porque não, fazer-se um documento melhor, mais atualizado com os dados dos CENSOS 2011 mais aprofundados e com uma situação educativa mais adequada à realidade, tendo em conta um parque escolar mais modernizado, para ser votado no início do próximo ano?

Entendemos que não seria ideal votar este documento agora. Mantendo-se tal como está, o grupo municipal do PSD votará contra, pelas razões já elencadas.



**Sr. d. m. Francisco Barros:** – Comecemos pelo princípio: o defeito deste documento, que já foi reconhecido, é o hiato temporal excessivo entre a sua elaboração e a atual discussão. Em bom rigor, este documento está com cerca de 9 meses de atraso ou mais.

O que estamos aqui a discutir em primeira instância é, (passe a alegoria), uma fotografia que já está desatualizada. Um retrato tirado que fazia uma caracterização à data. É como uma fotografia de arquivo. É o mesmo que, um senhor jornalista que queira fazer uma notícia sobre esta Assembleia, não trazendo o fotógrafo consigo, recorre ao arquivo e utiliza uma fotografia de há um ano. Se calhar, alguns membros não eram os mesmos, tinham mais cabelo ou qualquer coisa do género.

Que fique registado que não estamos aqui a aprovar um documento estratégico, estruturante ou definidor da política educativa do município de Angra. É um retrato à data com desatualizações; o que hoje não é realidade, era-o à data da elaboração do documento. Em termos de efeitos práticos, é mais um documento de natureza quase histórica ou conceptual, do que um instrumento de ação.

Há pouco, o deputado Nuno Melo Alves referiu a existência de um poder intermédio na região que também tem competências na área educativa, ao contrário do que se passa na república, onde as competências são atribuídas diretamente aos municípios. Poderá ter discutíveis desvantagens mas também tem enormes vantagens no que, aos custos e oneração dos municípios diz respeito, necessitando de investir menos.

Como é óbvio, há que conciliar uma política educativa prospetiva e que faça estimativas sobre o aumento ou redução de alunos, etc., que é uma competência da Secretaria Regional de Educação e Formação. A competência municipal é garantir um parque escolar nas melhores condições possíveis.

Recordo a última reunião da Assembleia Municipal decorrida na freguesia de Santa Bárbara onde, quando se discutiu a questão da escola, se votou favoravelmente uma recomendação do PSD.

Houve o cuidado de referir que apoiávamos e aprovávamos a proposta de recomendação para que, enquanto não fosse feito um novo estabelecimento escolar naquela freguesia, se procedesse à requalificação e reparação, visando a melhoria das condições daquela e de outras escolas porque a recomendação não versava apenas aquela escola.

Deixámos a ressalva que o nosso propósito final não seria a requalificação das escolas mas sim, a construção de um novo equipamento escolar, para que amanhã não dissessem que se gastou dinheiro num edifício que agora foi fechado.

Foi exatamente isto que há pouco se ouviu: a Câmara de Angra desbaratou verbas do seu orçamento requalificando escolas, dando-lhes condições para depois as fechar. Em primeiro lugar, não é a Câmara que fecha as escolas. Em segundo, a escola da Feteira que foi aqui citada, sofreu obras de melhoramento? Sofreu sim senhor! Ficou em boas condições? Ficou sim senhor!

Gostava de saber qual seria a posição dos senhores deputados dos diferentes grupos municipais se, durante o período em que a escola esteve a funcionar sem condições, já se perspetivando a transferência dos alunos, a Câmara tivesse ficado de braços cruzados e, questionada sobre o assunto, dissesse: «Não, não vamos fazer obras porque se vai construir uma escola ali em baixo!».

Vivi na Feteira há uns anos e há muito que se falava, (por volta de 2002 ou algo do género), do problema da redução do número de alunos e da existência de uma só sala para os 4 anos de escolaridade.

Grande parte dos pais das crianças que frequentavam aquela escola não vive ou não trabalha na freguesia, grande parte do dia. Esse era um dos grandes problemas da escola. Sei muito bem do que falo. Não escolhi o exemplo da Feteira por mero acaso.

Faz-se aqui o apelo e exige-se que a próxima Carta Escolar seja apresentada atempadamente com dados atualizados porque, neste momento, os resultados preliminares dos CENSOS 2011 têm unicamente a ver com população e número de fogos por cada ilha e por cada concelho. São os únicos 2 dados dos CENSOS 2011 que estão disponíveis neste momento no que, à região diz respeito.

Por concelho, sabe-se se a população evoluiu ou regrediu, quantas pessoas são e o número de fogos. São apenas estes, os dados que existem.

Se quiserem, este é um documento inócuo na sua aprovação porque não define estratégias nem linhas orientadoras. Volto a dizer que é de lamentar que seja apresentado a esta casa, 1 ano depois do que deveria ter sido.

**Sr. d. m. Guilherme Melo:** – Gostaria de lembrar algumas coisas porque parece que a Carta Educativa não o refere. Tive o cuidado de ler o diploma do qual emana a Carta.

Lembro que não deve ser uma mera fotografia do atual estado da rede escolar e dos edifícios; não pode ser. Mesmo que fosse, não teria custado nada a quem elaborou isso, passar nas freguesias e tirar uma fotografia aos edifícios atuais porque eles estão completamente diferentes.

Quem ler isto e vir a escola dos Altares ainda em construção poderá pensar que a mesma estava em construção no ano letivo 2010/2011 e que a escola da Conceição ficou concluída nesse mesmo ano.

Lembro aos senhores deputados que a Carta Educativa, no artigo 12º do decreto legislativo regional nº 17 de 2005, refere 3 situações específicas:

*«Tem que promover o desenvolvimento do processo do agrupamento escolar com vista à criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento dos centros de excelência bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.*

*Incluir uma análise prospetiva fixando objetivos de ordenamento progressivo a médio e longo prazo.*

*Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município e a articulação à rede educativa do ensino secundário, tendo em conta as infraestruturas existentes e as constantes dos instrumentos de planeamento incluindo a Carta Escolar.»*

A Carta Escolar é o documento do ordenamento do Governo Regional elaborado pela DRE e não vemos aqui qualquer entrosamento que também não existia no início do ano letivo 2010/2011. Já existia o procedimento para a construção da escola da Ribeirinha e não havia aqui nenhuma orientação em relação a isso.

Senhor deputado: o artigo 16º desse mesmo diploma refere concretamente o conteúdo da Carta Educativa. A primeira coisa é: «... a caracterização sumária, a localização e a organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos». É apenas isso que temos nessa Carta Educativa.

Logo a seguir, refere: «... um diagnóstico estratégico...». Onde é que vemos um diagnóstico estratégico nesta Carta Educativa?

Uma proposta de intervenção relativamente à rede pública: «... que são diferentes dos princípios orientadores para a intervenção do parque escolar».

Por fim: «... *um relatório contendo as principais medidas adotadas e a sua justificação*».

Pelo amor de Deus! Se querem pintar a Carta Educativa apenas com um sumário, pintem! Não será com o grupo municipal do PSD.

Digo mais: a nossa postura vai no sentido de apelar a todos para que possamos colaborar e melhorar as coisas. Propomos que este documento seja retirado, melhorado e elaborado de acordo com este diploma. Não custa nada. Não vejo que mal poderá vir ao mundo.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Não se trata de haver um hiato de um ano na elaboração deste documento. O hiato é de 8 meses na votação.

Pelo que percebi da intervenção da senhora presidente da Câmara há pouco, o documento já tinha sido preparado e não foi possível reunir o Conselho Local de Educação em tempo útil para que isto fosse votado em janeiro.

Por outro lado, é preciso questionar a votação de um documento em Assembleia Municipal em fevereiro, na altura do princípio do 2º período letivo na maior parte das escolas.

Há aqui algo que não está a correr bem. Se calhar a data das reuniões preparatórias para a elaboração das Cartas Educativas para o ano letivo têm que ser antecipadas para que isto seja votado e discutido e seja útil antes e não a meio do ano letivo.

**Sra. presidente da Câmara:** – Não há presidentes das associações de pais.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Havia nos anos anteriores.

**Sra. presidente da Câmara:** – Não há do ano letivo em curso. Essas pessoas são designadas *a posteriori*.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Este é um documento de preparação para o ano seguinte. O hiato de alguns meses na votação não desculpa isto. Estão caracterizadas as 2 escolas da freguesia de S. Sebastião mas não há referência nenhuma à construção de outra escola naquela freguesia e do impacto que terá nestas 2.

Parece um documento que ficou por acabar em que se fez o levantamento e alguém tinha que tirar conclusões daqui depois de ter incorporado a estratégia educativa da Secretaria Regional da Educação.

As comissões de pais são eleitas em outubro. Se calhar, a legislação tem que ser alterada neste sentido.

A Câmara também tem uma associação de municípios nos Açores que tem voz ativa para estas coisas para propor alterações à Assembleia Legislativa Regional. Não é uma associação coitadinha que não tenha voz ativa. Tem voz quanta baste para muita coisa, também haveria de ter para isto para intervir junto dos deputados no sentido de alguma alteração legislativa para que este documento seja útil e não, apenas, uma aprovação de uma espécie de fotografia que nem é muito realista.

A questão não é o facto de se tratar de um retrato do ano letivo que findou há 3 meses. Não há mal nisso. O problema é que é um mau retrato, uma fotografia desfocada desse ano letivo. Não pode ser um bom retrato quando, nas 2 páginas e pouco dedicadas à freguesia de S. Sebastião, não há, sequer, uma referência à escola em construção.

É impossível que isto não tenha reflexo numa Carta Educativa. Nem que seja uma mera referência especulativa: «Bom, está a ser construída uma escola, aguardamos os desenvolvimentos da política da Secretaria da Educação para sabermos o que vai acontecer aqui.»

Como há pouco foi referido pelo senhor deputado Francisco Barros que não se sabe qual a solução para a escola de Santa Bárbara, com a aprovação unânime de toda a Assembleia Municipal, a Câmara vai continuar a investir nas escolas existentes para garantir a qualidade no ensino. Isso faz sentido. Estamos a partir de pressupostos e está-se a decidir em função da informação. Isso não está plasmado aqui. Há um conjunto de lacunas que nos levam a dizer que parece um trabalho incompleto.

Não é uma crítica ao que está feito. É uma experiência que não correu bem e precisa de correções. Contem com o apoio do grupo municipal do CDS-PP para qualquer proposta que possa sair desta Assembleia no sentido de pedir à Assembleia Legislativa Regional, alterações legislativas para que este documento tenha outra relevância e outra utilidade.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Carta Educativa de Angra do Heroísmo 2010/2011 foi aprovada por maioria** com 17 votos a favor (16 do Partido Socialista e 1 do Deputado Municipal Independente) e 13 votos contra (10 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP).

## **2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**

**2.1 - Recomendação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, datada de 21 de setembro de 2011, no sentido de a Assembleia Municipal recomendar à Secretaria Regional da Economia a concessão da exploração, manutenção e promoção dos trilhos pedestres do Concelho de Angra a entidades locais. Recomenda ainda que seja estudada a possibilidade de abertura de trilhos novos e eventual reabertura dos anteriormente ativos de modo a potenciar e diversificar a oferta ao nível do pedestrianismo no Concelho de Angra do Heroísmo.**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Esta proposta, apesar de longa nos considerandos, acaba por ser muito simples no conteúdo. Cada vez queremos oferecer mais e melhor do que temos de bom a quem cá reside e a quem nos visita.

As nossas belezas naturais, fauna e flora, têm uma riqueza muito grande que não está tão acessível como noutras ilhas do nosso arquipélago.

Felizmente tenho tido a oportunidade de percorrer alguns trilhos pedestres do nosso concelho e da ilha, quer os atuais, quer os que já não estão em funcionamento por falta de manutenção, entre outras razões.

Temos sítios fantásticos dotados de uma tremenda riqueza natural que são procurados por muita gente incluindo os locais. Isso vê-se pelo sucesso que têm tido os passeios d' «Os Montanheiros» e pelo número de estrangeiros que cá se deslocam de propósito para a prática do pedestrianismo.

Em tempos idos, a Terceira era a ilha dos Açores com o maior número de trilhos pedestres qualificados, sinalizados e abertos ao público. Nessa área «Os Montanheiros» fizeram um trabalho fabuloso.

Ao que julgo, hoje em dia, a exploração e cuidado dos trilhos está a cargo de uma associação sediada em S. Miguel, «Os amigos dos Açores» e temos assistido a alguma deterioração dos pisos e da sua sinalização devido à falta de manutenção e ao aparecimento de infestantes como «silvado» e «roca de velha».

Acho que isto é uma mais-valia que temos ao nosso dispor. Não se exige nenhum tipo de investimento especial para a abertura e conservação de um trilho pedestre. Há trilhos muito bonitos que neste momento não estão a ser utilizados, como por exemplo o de S. Sebastião, que vai do Pico dos Cornos na Baía das Mós até ao centro da freguesia e 2 trilhos na Terra Chã, entre outros que aqui estão referidos na recomendação.

Parece-me algo simples. Acho que tem que haver um olhar com outra atenção para esta realidade, por parte da Secretaria da tutela. Com baixo investimento e algum cuidado pode revelar-se uma mais-valia, quer em termos turísticos, quer em atividades de lazer, permitindo um melhor conhecimento da nossa terra.

Não tendo nenhum conteúdo ou conotação política e apenas pretendendo aumentar-se o leque de mais-valias do nosso concelho, apelaria ao sentimento dos deputados municipais para a aprovação desta recomendação à Secretaria de Economia, no sentido de preservar e valorizar o que temos e estudar alternativas para a criação de novos trilhos

É de louvar o trabalho feito nesta área pelos «Montanheiros», ano após ano. Quando eram eles, os responsáveis, a situação era mais favorável ao concelho e à ilha do que a que temos hoje.

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – A bancada do Partido Socialista está perfeitamente de acordo com a ideia base desta vossa proposta de recuperação e manutenção de trilhos pedestres no concelho. No entanto, gostaríamos de fazer aqui algumas precisões acerca do seu conteúdo.

Em primeiro lugar, a questão dos trilhos está prevista no decreto legislativo regional nº 16/2004/A. É uma situação que não pode ficar ao critério de qualquer um, embora, no preâmbulo deste decreto legislativo, se afirme que, canadas, passagens, etc., podem perfeitamente servir de trilhos ou de caminhos históricos. A partir desta legislação passou a haver alguns trilhos certificados ou homologados, havendo outros que não o são.

A legislação regional prevê que a manutenção dos trilhos dependa dos seus promotores, podendo tratar-se de entidades públicas ou privadas, o que significa que recai sobre esse promotor, a obrigação de manter o trilho aberto, concedendo-lhes também o direito de o encerrar.

Neste momento no concelho de Angra só existem estes 3 trilhos porque são os únicos que estão certificados, o que é muito diferente dos passeios que «Os Montanheiros» promovem e muito bem. Nada os impede ou outra associação qualquer de promoverem a abertura de trilhos. Podem mantê-los não homologados mas, para que apareçam no *site* que você, provavelmente consultou e que está bem feito, ([www.trails-azores.com](http://www.trails-azores.com)), têm que estar homologados.

Ninguém sabe quem foram os promotores dos outros 6 trilhos que elencam aqui e que estão fechados. Segundo informações que obtive, estão fechados por 3 razões: atravessam propriedades privadas e os proprietários reclamaram porque não queriam que se passasse pelas suas propriedades ou atravessam caminhos de alcatrão e, não fazia parte da ideia do pedestrianismo, a travessia de estradas alcatroadas.

Finalmente, os últimos 2 trilhos que aqui apontam foram fechados porque atravessavam zonas de criação de gado bravo.

Ainda segundo a informação que obtive e me parece correta, a manutenção dos trilhos não estava a cargo da associação «Amigos dos Açores». Essa associação, por vezes, tem sido inimiga da ilha Terceira. Já o disse aqui e não tenho medo nenhum de o reafirmar.

Colocaram uma petição na internet para ser assinada e enviada à UNESCO a fim de desclassificar a cidade de Angra porque termos touradas. Isso foi promovido por esses «ditos» amigos dos Açores que não nos merecem consideração absolutamente nenhuma.

A informação que tenho da Secretaria Regional da Economia é que os «Amigos dos Açores» não têm a seu cargo a manutenção dos 3 trilhos que aqui estão indicados e que estão homologados.

Segundo este decreto legislativo regional conjugado com o decreto que saiu agora da instituição do parque natural da ilha Terceira, a manutenção destes trilhos, (2 deles estão inseridos no parque natural da ilha), passa para a entidade gestora desse parque.

Resumindo e concluindo: estamos de acordo com a ideia base do PSD sobre a existência de trilhos e esperamos que haja mais mas, para isso, é preciso haver promotores, o que não depende desta Assembleia; a não ser que o senhor deputado queira promover. Pode ser promotor de trilhos.

Não nos parece bem esta frase: «... *bem como a reabertura dos trilhos que, neste momento, não estão ativos...*», pelas razões que indiquei. Os proprietários não deixam que se atravesse esses terrenos porque, segundo as informações de que disponho, estes 2 últimos trilhos atravessavam propriedades de criação de gado bravo. Foram fechados porque eram perigosos.

Estamos perfeitamente de acordo com a proposta, desde que retirem esta pequena referência. Consideramos que os trilhos que estão fechados teriam que ser redimensionados, necessitando de promotores para a sua reabertura.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Penso que a intervenção do senhor deputado João Maria Mendes não vem contra o espírito da recomendação que apresentámos.

Gostaria de acrescentar mais alguns dados porque também tenho conhecimento de algumas situações particulares. Aconteceu um problema com um privado num trilho de S. Sebastião, por não ter sido executada uma contrapartida que ele pretendia, que era a conservação de uma vedação num dos terrenos por onde passava o trilho pedestre.

Quem concede a estranhos a passagem nos seus terrenos poderá, no mínimo, pedir uma contrapartida como: fechar uma parede, uma vedação, não deixar cancelas abertas, etc., pequenas coisas que se resolvem com alguma facilidade.

No que diz respeito aos trilhos que atravessam zonas de criação de gado bravo, entramos numa outra discussão que julgo proveitosa: a Tertúlia Tauromáquica Terceirense tem sido incansável na implementação, na ilha Terceira, de um roteiro turístico ligado ao toiro: o TAUROTOUR.

A universidade dos Açores tem um curso de guias da natureza e está a formar profissionais. É importante que os mesmos possuam atividade económica e venham a ser promotores de trilhos, passeios ou atividades ligadas à natureza.

Poderá haver vários tipos de trilhos, alguns deles abertos ao público durante todo o ano podendo ser visitados por qualquer pessoa que obtenha um mapa em qualquer página da internet.

Poderá haver outro tipo de trilhos cuja frequência será limitada com determinadas condicionantes, como a falta de um guia ou devido a questões horárias. A existência de toiros no percurso de um trilho pedestre poderá ser uma mais-valia para alguém que até seja aficionado e procure os trilhos com a presença de gado bravo para ver como ele é criado na Terceira.

Isto leva-nos a outra discussão: se é ou não correta a existência de gado bravo em pastoreio nalgumas zonas onde, se calhar, não deveria estar devido à existência de plantas endémicas e outras características do solo.

Tudo isto são questões a discutir. Se calhar seria mais útil, termos cá na terra um tipo de turista que preserva, não estraga, vem à procura da natureza e gasta dinheiro, do que o gado bravo que pisa, come as plantas que não deve e até poderá contaminar o solo em zonas de captação de água. Tudo isto são discussões pertinentes.

Julgo que o tema é importante. Não tem conotações ideológicas, por isso é mais fácil, chegarmos a acordo. Nos casos em que o enquadramento legal seja um obstáculo à resolução de um problema, podemos desviar o trilho em termos de percurso, em regime de exploração, etc.

Quanto aos trilhos que estão ativos, poderia chamá-los de três tristes trilhos porque a sua manutenção não está bem. Estão referidos no *site*, as pessoas visitam-nos, muitas vezes ficam satisfeitas porque os lugares são bonitos mas podiam estar melhores. O excesso de vegetação resolve-se em poucas horas com cortes ou desinfestantes. Em poucas faz-se a limpeza de um trilho pedestre.

Percebo os seus argumentos e entendo-os de forma construtiva que vai além da necessidade de retirar pontos desta proposta. Penso que, no enquadramento legal da Secretaria da tutela, isto não vai contra a sua intervenção. Poderá haver diferentes níveis de trilhos de acordo com a sua dificuldade, zona ou a existência de um guia para melhor os apresentar e preservar.

**Sr. d. m. Francisco Barros:** – Este é um assunto que me interessa e pelo qual tenho particular simpatia. Obtive algumas informações que, de grosso modo, coincidem com as vinculadas pelo meu colega João Maria Mendes, se calhar, vindas de fontes diferentes.

É evidente que os trilhos são todos diferentes, quer pelo seu grau de dificuldade, quer pelas suas características ou pela existência de guias porque há quem se dedique aos passeios pedestres e não goste de ser guiado. Gosta de ir à descoberta do trilho pelos seus próprios meios, daí a necessidade da marcação dos mesmos há uns anos com uma nomenclatura internacional que permite a qualquer caminhante conhecer o seu grau de dificuldade, independentemente da língua que fale.

Parece-me que é objetivo comum, que o concelho de Angra tenha mais dos que os 3 trilhos atuais, (os três tristes trilhos), que poderão ficar um pouco mais alegres, já que, 2 deles, ficaram incluídos no parque natural da ilha Terceira.

Poderá haver trilhos, à semelhança do que se passa na Praia da Vitória com os trilhos das Lagoinhas da Agualva e de S. Brás, cuja manutenção e exploração estão garantidas pelas próprias juntas de freguesia com base num protocolo de delegação de competências. Se calhar, poderá ser uma solução entre outras. Poderá ser preferencialmente com entidades locais públicas ou privadas como os Escuteiros, «Os Montanheiros», etc.

A história de S. Sebastião tem barbas. Não sei se o santo as tinha mas a história tem. Não era só por causa de uma cancela.

Quanto à recomendação, não deveria ser colocada na afirmativa, mas sim como uma hipótese, porque poderá não haver a possibilidade de reabrir os trilhos que já existiam, propondo a abertura de novos. Se houver acordo por parte do grupo preponente, isto poderá ser consensualizado desta forma.

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – É só para reafirmar que, contrariamente ao que o senhor deputado Luís Rendeiro tenha percebido, não estávamos contra isto. Talvez o senhor

Francisco Barros tenha explicado melhor do que eu. Parece que propunham taxativamente que se reabrisse aqueles 6 trilhos. Isso é que me parece que teria que ser modificado e repensado.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O importante é abrir portas e não fechá-las.

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – Sempre admitimos que isso é importante e também é importante que haja uma rota do toiro. Uma coisa é um conhecedor que saiba muito bem como se atravessa uma propriedade com toiros, outra coisa é um turista incauto que se mete lá dentro...

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Cada trilho pode ter um regulamento.

**Sr. d. m. João Maria Mendes:** – Também é muito importante que haja promotores. Não se pode atirar isto assim vagamente para a Secretaria de Economia. Teria que haver aqui um empenhamento das juntas de freguesia ou podia-se começar pelos «Montanheiros» que têm feito um trabalho meritório nesta área.

Fazemos o apelo para esta alteração. Estamos perfeitamente de acordo. Quanto mais trilhos houver, melhor e que não sejam «três tristes trilhos».

**Sr. d. m. José Cipriano Martins:** – A propósito de propriedades privadas, nada se passa como se está aqui a falar. Portões ou cancelas não servem para trilhos que passem por propriedades privadas.

Falo por experiência própria porque sei como as coisas se passavam nas Cinco Ribeiras, S. Bartolomeu e nas freguesias vizinhas. Um trilho que passe em propriedade privada não pode ter um portão nem uma cancela porque ela vai ficar aberta e os animais vão sair.

Antigamente faziam-se escaleiras. Não sei se sabem o que isto quer dizer. As pessoas passavam mas não abriam nenhuma cancela. Se apresentarem isso aos lavradores eles dirão que não querem ninguém a passar nas suas pastagens com receio que lhes deixem os portões abertos. Seria bom que pensassem. Se enveredarem por esse caminho, não há portões nem cancelas.

**Sr. presidente da Mesa:** – Antes de passarmos à votação, gostaria de esclarecer que vamos votar a recomendação com a alteração proposta pelo senhor deputado Francisco Barros. Pedia-lhe que fizesse essa alteração para entregar na Mesa.

Enquanto o senhor deputado faz a redação, penso que o trilho dos toiros é fácil: é só subir a rua do Galo, passar a Guarita, virar à direita em S. Bento e lá está.

*O senhor deputado municipal Francisco Barros procedeu à leitura da nova redação da Recomendação constante do Ponto 2.1.*

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 2.1 foi aprovada por unanimidade.**

**2.2 - Recomendação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, datada de 21 de setembro de 2011, no sentido de a Assembleia Municipal recomendar à Secretaria Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos a avaliação da construção de rotundas nos cruzamentos da ETAR – Grota do Vale e Ladeira Grande – Feteira – Estrada da Serretinha, ou outra solução que melhore as condições de circulação.**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Julgo que todos concordam, que aqueles cruzamentos são dos mais perigosos e daqueles onde ocorre o maior número de acidentes no nosso concelho.



Tendo em conta que qualquer obra exige investimento e a época não está muito para aí virada, julgo que uma das maneiras mais simples, económicas e seguras de resolver este tipo de confluências de trânsito e diminuir a sinistralidade, será a construção de uma rotunda. Julgo que os locais em questão são suficientemente amplos para a construção da mesma.

Estes cruzamentos têm assistido a acidentes gravíssimos ao longo do tempo. Quem desce da Ladeira Grande e quer inverter o sentido em direção ao centro equestre «O Ilhéu», não o consegue fazer porque o cruzamento não tem espaço para isso.

O objetivo é tentar resolver do modo mais simples, económico e seguro possível, estes cruzamentos cuja conceção não foi a melhor e que se têm traduzido em inúmeros acidentes, alguns deles de muita gravidade.

**Sr. d. m. Francisco Barros:** – Na sequência da recomendação anterior, o objeto e o propósito desta parece-nos extremamente válido porque identifica uma situação que é preocupante e sugere uma solução. No entanto, permitam-me levantar aqui uma dúvida: não sei se esta recomendação do PSD assenta em alguma identificação clara e objetiva que a solução «rotunda» é viável e exequível nestes 2 espaços.

Teoricamente, olhamos para ali e dizemos: «Eh pá! Isto resolve-se com uma rotunda. Às páginas tantas, mete-se um fontanário no meio e depois mete-se o Exaltino na cadeia».

A questão que se coloca é encontrar a solução ou soluções que possam minorar os problemas de trânsito que existem. Só com conhecimentos técnicos é que poderemos saber se será através de uma rotunda ou outra alternativa que nos possa escapar.

Como há pouco se referia, os recursos financeiros são parcos. Isto pode servir de motivo para que se diga: «Eh pá! Vocês pedem-nos para fazer uma rotunda mas aqui não há hipótese de se fazer.» A recomendação pode morrer por si.

Havia os copistas e agora, pelos vistos, também há os revisores. À semelhança do que foi feito na recomendação anterior, sugerimos que os 2 considerandos sejam alterados. Não é a geografia, mas sim, a orografia dos locais que pode determinar a possibilidade das rotundas.

***O senhor deputado municipal Francisco Barros procedeu à leitura das alterações sugeridas à Recomendação constante do Ponto 2.2.***

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O PSD está disposto a aceitar as revisões do revisor oficial de serviço desde que, na eventual construção de uma rotunda, não seja lá colocada nenhuma caixa de robalos.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 2.2 foi aprovada por unanimidade** com as referidas alterações.

**Sr. presidente da Mesa:** – Gostaria de vos propor também uma recomendação e vão perceber a necessidade de a fazer agora.

### **3 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

#### **3.1 - Recomendação ao Ministério das Finanças no sentido de manter a Direção e Repartição de Finanças em funcionamento no Concelho de Angra do Heroísmo:**

**Sr. Presidente da Mesa:**

- *Considerando as notícias recentemente divulgadas pelo Ministério das Finanças no sentido de reduzir as direções de finanças bem como o número de repartições existentes na região e no país.*
- *Considerando que seria altamente lesivo dos interesses do concelho e em particular dos seus agentes económicos a extinção de qualquer uma das estruturas tributáveis existentes.*
- *Considerando a centralidade da cidade património mundial relativamente aos restantes concelhos da região.*
- *Considerando ainda o papel histórico desempenhado pela cidade de Angra do Heroísmo na arrecadação de receitas, nomeadamente durante o período dos descobrimentos, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão plenária no dia 30 de Setembro de 2011, aprovou a presente recomendação ao Ministério das Finanças no sentido de que, na eventual remodelação das estruturas tributáveis, sejam preservadas a repartição e a direção de finanças existentes no nosso concelho.*

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – O CDS-PP não tem nada a opor, embora há quem discuta hoje se a manutenção da direção de finanças faz sentido ou se haverá outras formas de operacionalizar e assegurar o expediente.

Por outro lado, penso que esta proposta não deve servir de desculpa para que os órgãos regionais nos Açores tenham alguma estratégia para este assunto ou que se tente chegar a algum consenso a nível regional sobre propostas a apresentar a respeito dessa matéria, como o caso dos tribunais, por exemplo. Para o mapa autárquico poderá estar outra coisa em cima da mesa.

São coisas que, se calhar, serão forçadas e impostas na região, quando seria preferível que fosse a região (tal como estamos a fazer agora), a enviar um sinal para fora dando conta do que gostaria de manter e o que é mais importante no âmbito da política desenvolvida dentro das suas competências.

É algo que os órgãos regionais deveriam ter feito há algum tempo. Penso que ainda vão a tempo de o fazer nalgumas coisas.

Concordo com esta Recomendação e votá-la-emos a favor, mas não podia deixar de transmitir esta chamada de atenção aos órgãos regionais que têm que ter alguma capacidade de antecipação em relação às medidas de risco que aí vêm e que podem afetar as ilhas, indo em sentido contrário às consequências desejadas de certas políticas regionais.

**Sr. presidente da Mesa:** – Como calculam, interessa que isto seja apressado para que não tenhamos que fechar a repartição e a direção de finanças porque é uma das hipóteses que está em cima da mesa. Que se preserve, pelo menos, a direção de finanças.

Pode ser que isto pegue se quem olhar para esta proposta tiver uma sensibilidade histórica. Se não tiver é mais complicado.

Posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 3.1 foi aprovada por unanimidade.**

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.*

*O senhor presidente da Mesa, antes de encerrar a sessão, agradeceu o empenho de todos os presentes e desejou um bom fim-de-semana.*

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 16H50M do dia 30 de Setembro de 2011, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, 1º secretário da respetiva Mesa.

**O Presidente da Mesa**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues Barros**

**O 1º Secretário**

---

**Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz**